

ISSN 0102-700-X

# ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 32 • NÚMERO • 1 • JAN/ABR • 2019



ESTADO DA ARTE  
DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL | 2

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
E SEGURANÇA PÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Arquivo Nacional

# ACERVO

Revista do Arquivo Nacional

Rio de Janeiro • v. 32, número 1 • janeiro/abril • 2019

© 2019 Arquivo Nacional  
Praça da República, 173  
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel. (21) 2179-1341  
E-mail: revista.acervo@arquivonacional.gov.br  
Site: revista.arquivonacional.gov.br

Criada em 1986, a revista Acervo, periódico do Arquivo Nacional, tem por objetivo divulgar a pesquisa e a produção científica nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, privilegiando uma abordagem arquivística e histórica. Sua periodicidade é quadrimestral.

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

### Ministro da Justiça e Segurança Pública

Sergio Fernando Moro

## ARQUIVO NACIONAL

### Diretora-geral

Neide Alves Dias De Sordi

### Coordenador-geral de Acesso e Difusão Documental

Marcos André Rodrigues de Carvalho

### Coordenadora-geral de Administração

Ana Paula Teixeira Pereira

### Coordenadora-geral de Gestão de Documentos

Larissa Candida Costa

### Coordenadora-geral de Processamento e Preservação do Acervo

Aluf Alba Vilar Elias

### Coordenadora-geral regional no Distrito Federal

Mariana Rodrigues Carrijo

### Coordenadora de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo

Leticia dos Santos Grativol

### Supervisora de Editoração

Mariana Simões

### Supervisora de Programação Visual

Giselle Teixeira

### Edição de texto e revisão

Flora Matela Lobosco | José Claudio Mattar | Maria Cristina Martins

### Projeto gráfico

Judith Vieira | Alzira Reis

### Diagramação

Simone Kimura

### Capa

Alzira Reis

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional)

Acervo : revista do Arquivo Nacional. – Vol. 1, n. 1,  
(jan./jun. 1986)- - Rio de Janeiro : O Arquivo, 1986- .  
v ; 24 cm.

Quadrimestral.  
Sumário em português e inglês.  
Descrição baseada em: Vol. 32, n.1, (jan/abr. 2019).  
Cada número possui um tema distinto.  
ISSN: 0102-700-X

1. Arquivos – Periódicos. 2. Documentos – Periódicos.  
3. História - Periódicos. I. Arquivo Nacional (Brasil).

CDD 025.171

Ficha catalográfica elaborada por Natália Marques de Souza (CRB7/5223)

### Editor científico

Thiago Cavaliere Mourelle

### Editor do dossiê

Thiago Cavaliere Mourelle

### Editora executiva

Flora Matela Lobosco

### Conselho editorial

Adriano Luiz Duarte | UFSC, SC, Brasil  
Ana Canas D. Martins | Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal  
Ana Maria Camargo | USP, SP, Brasil  
Angela de Castro Gomes | Unirio, RJ, Brasil  
Beatriz Galloti Mamigonian | UFSC, SC, Brasil  
Beatriz Teixeira Weber | UFSM, RS, Brasil  
Caio Cesar Boschi | PUC-Minas, MG, Brasil  
Celia Maria Leite Costa | MIS, RJ, Brasil  
Durval Muniz de Albuquerque Júnior | UFPE, PE, Brasil  
Francisco José Calazans Falcon | Universo, RJ, Brasil  
Georgete Medleg Rodrigues | UNB, DF, Brasil  
Heloísa Liberalli Bellotto | USP, SP, Brasil  
Ilmar Rohloff de Mattos | PUC-Rio, RJ, Brasil  
Ines Nercesian | Universidade de Buenos Aires, Argentina  
Isa Maria Freire | UFPB, PB, Brasil  
Ismênia de Lima Martins | UFF, RJ, Brasil  
James Green | Brown University, Estados Unidos da América  
Jane Felipe Beltrão | UFPA, PA, Brasil  
José Bernal Rivas Fernández | Universidade da Costa Rica, Costa Rica  
Jurandir Malerba | UFRGS, RS, Brasil  
Luciana Duranti | Universidade British Columbia, Canadá  
Luciana Quillet Heymann | Fiocruz, RJ, Brasil  
Luís Reis Torgal | Universidade de Coimbra, Portugal  
Marcia Regina Romeiro Chuva | Unirio, RJ, Brasil  
Margarida de Souza Neves | PUC-Rio, RJ, Brasil  
Maria Cândida D. M. Barros | Museu Paraense Emílio Goeldi, PA, Brasil  
Maria Efigênia Lage de Resende | UFMG, MG, Brasil  
Maria Hilda Baqueiro Paraíso | Ufba, BA, Brasil  
Mercedes de Vega | Archivo General de la Nación, México  
Michael Cook | Universidade de Liverpool, Liverpool, Reino Unido  
Miguel Ángel Márdero Arellano | Ibiect, RJ, Brasil  
Norma Cortês Gouveia de Melo | UFRJ, RJ, Brasil  
Patrícia Sposito Mechi | Unila, PR, Brasil  
Paulo Knauss de Mendonça | UFF, RJ, Brasil  
Rosa Inês de Novais Cordeiro | UFF, RJ, Brasil  
Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva | Ufba, BA, Brasil  
Selda Vale da Costa | Ufam, AM, Brasil  
Sidney Chalhoub | Unicamp, SP, Brasil  
Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira | Uerj, RJ, Brasil  
Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes | USP, SP, Brasil

### Acervo consta nos seguintes repositórios e sítios acadêmicos

Citas Latinoamericanas em Ciências Sociais e Humanidades  
Diretório de Revistas do Seer-Ibiect  
Directory of Open Access Journals  
Google Scholar  
Latindex  
Open Academic Journals Index  
Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico  
Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades – LatinREV  
Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

## SUMÁRIO

EDITORIAL	5
APRESENTAÇÃO	6
DOSSIÊ TEMÁTICO	
Introdução aos conceitos básicos do modelo Open Archival Information System no contexto da arquivística Introduction to the basic concepts of the Open Archival Information System model in the context of archival science <a href="#">Henrique Machado Santos</a> <a href="#">Daniel Flores</a>	8
Acervos de arquivo em museus Uma proposta de tratamento arquivístico Archives in museums A proposal for archival treatment <a href="#">Fabiana Costa Dias</a> <a href="#">João Marcus Figueiredo Assis</a> <a href="#">Júnia Guimarães e Silva</a>	27
Gestão e acesso à informação governamental de tipo arquivístico Facticidade, validade e o papel do sistema de prioridades axiológicas Management and access to archival government information Facticity, validity and the role of the system of axiological priorities <a href="#">Emília Barroso Cruz</a>	46
As políticas de arquivo para documentos físicos e nato-digitais nas universidades federais brasileiras Archive policies for physical and nato-digital documents at Brazilian federal universities <a href="#">Laila Guimarães Cardoso</a> <a href="#">Julia Araujo Donato</a> <a href="#">Maria Carolina Gonçalves da Silva</a> <a href="#">Milton Shintaku</a>	64

## Competência em informação

Disciplina necessária à formação do arquivista?

Information literacy

Discipline necessary for the training of the archivist?

[Renata Lira Furtado](#)

[Regina Célia Baptista Belluzzo](#)

[Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano](#)

75

## Os arquivos do Hospital Nacional de Alienados

The archives of the Hospital Nacional de Alienados

[Allister Teixeira Dias](#)

[Daniele Correa Ribeiro](#)

[Laurinda Rosa Maciel](#)

[Cátia Maria Matias](#)

92

## Patrimônio documental roraimense

Em busca do estado da arte

Roraimense record heritage

In search of the state of the art

[Tatiana Costa Rosa](#)

[Leila Adriana Baptaglin](#)

112

## EDITORIAL

Prezados(as) leitores(as),

É com satisfação que disponibilizamos o número *Estado da arte da arquivologia no Brasil – 2*.

A ideia de mapear os estudos mais recentes e inovadores referentes à arquivologia no Brasil partiu, ainda no final de 2017, de Adriana Hollós, servidora do Arquivo Nacional (AN), doutora em ciência da informação e professora do mestrado profissional em preservação de acervos de ciência e tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast). Ela e Eliezer Pires, também servidor do AN, doutor em memória social e professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), foram os editores do dossiê e organizaram essa importante edição, ainda mais especial por ser dedicada aos 180 anos do Arquivo Nacional.

Já no final da preparação daquele número, surgiu a ideia de publicarmos duas edições, devido à grande quantidade de submissões e à qualidade inegável dos trabalhos – com pareceres positivos de nossos avaliadores. Na impossibilidade de Adriana e Eliezer coordenarem um novo dossiê com o mesmo tema, Thiago Mourelle, editor científico da revista, foi o responsável pela organização deste segundo dossiê temático.

Assim, a revista lança o segundo número sobre o estado da arte da arquivologia, o que reafirma seu compromisso de contribuir com o debate arquivístico e se manter na vanguarda das pesquisas da área no Brasil.

Os editores da *Acervo* seguem se dedicando ao aperfeiçoamento da revista, buscando novos indexadores, trocando experiências com editores de outras publicações e ampliando o contato com seus leitores, pareceristas e autores. Nesse sentido, agradecemos à equipe da revista *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, especialmente à editora-executiva, Roberta Cerqueira, com quem pudemos ter um proveitoso diálogo. Nossos agradecimentos também aos seguidores nas redes sociais, que têm interagido conosco e contribuído para a difusão dos artigos, e, em especial, às equipes de Editoração e Programação Visual do Arquivo Nacional, aos autores e pareceristas.

Celebramos a adesão à *AmeliCA*, uma iniciativa da Unesco, Clacso, Redalyc, Universidade Autónoma do Estado do México, Universidade de Antioquia e Universidade Nacional de la Plata. Trata-se de uma nova configuração de estratégia de comunicação científica, que busca uma solução de acesso aberto colaborativo, sustentável, protegido e não comercial.

Por fim, nossa gratidão a todos que estiveram presentes ou que assistiram on-line ao lançamento da revista *Estado da arte da arquivologia no Brasil – 1*, realizado em 17 de dezembro de 2018, no auditório do Arquivo Nacional. As palestras dos autores Angelica Marques e Renato Venancio marcaram o evento, que mais uma vez mostrou o quanto uma revista científica pode servir como instrumento de difusão do conhecimento para a sociedade.

Desejamos uma ótima leitura.

THIAGO CAVALIERE MOURELLE - EDITOR CIENTÍFICO  
FLORA MATELA LOBOSCO - EDITORA EXECUTIVA

## APRESENTAÇÃO

Em 2018, o Arquivo Nacional completou 180 anos. É o maior arquivo da América Latina, com mais de sessenta quilômetros de documentos de várias tipologias, que perpassam toda a história brasileira. Em suas bases de dados, é possível consultar quase mil fundos, que contêm desde documentos oficiais até acervos privados.

Em dezembro, a *Acervo* lançou uma edição comemorativa, organizada por Adriana Hollós, e Eliezer Pires, já apresentados no editorial. Na ocasião, recebemos dezenas de artigos de qualidade, criando o que podemos chamar de “problema bom”, uma vez que nem todos poderiam ser publicados naquele número. A solução foi dividir os textos aprovados, criando um segundo número, com o mesmo tema, que lançamos agora. Cumprimos o planejado e oferecemos mais esse presente aos leitores.

Nesta publicação, os artigos contemplam uma diversidade de temas e metodologias na área de arquivos. Novas leituras sobre assuntos já abordados e alguns estudos inéditos compõem o dossiê. Assim, mais uma vez, o Arquivo Nacional assume o papel que lhe cabe no debate arquivístico e confirma seu compromisso em promover estudos que tragam contribuição ao desenvolvimento da arquivologia no Brasil.

O dossiê se inicia com Henrique Machado Santos e Daniel Flores analisando o modelo de informação do Open Archival Information System. Os autores buscam convergências com a arquivística e tratam questões como a gestão de documentos, a preservação de longo prazo e a linha de custódia ininterrupta, pertinentes para um sistema de arquivo confiável.

Já Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis e Júnia Guimarães e Silva apresentam diferentes tipos de conjuntos arquivísticos custodiados e produzidos em instituições museológicas, a partir do estudo de caso do Museu Aeroespacial (Musal). Os autores mostram como a documentação arquivística foi processada, como o museu foi constituído e a relação entre o contexto histórico de sua criação com o acervo guardado.

A gestão e o acesso à informação governamental são os assuntos abordados no artigo de Emília Barroso Cruz, que relaciona esses aspectos ao cumprimento da legislação vigente. O texto é desenvolvido tendo a teoria do agir comunicativo, de Jürgen Habermas, e a teoria dos valores, de Shalom Schwartz, como marcos teóricos.

Em seguida, Laila Guimarães Cardoso, Julia Araujo Donato, Maria Carolina Gonçalves da Silva e Milton Shintaku apresentam um estudo que identifica as políticas de arquivo das universidades federais brasileiras e as atividades de gestão documental relacionadas. A partir da aplicação de questionários, os autores perceberam que, embora a maioria das universidades realize atividades para a gestão documental, poucas possuem uma política definida que norteie tais ações.

Problematizando a formação do arquivista, Renata Lira Furtado, Regina Célia Belluzzo e Marcia Cristina Vitoriano tratam a disciplina competência em informação como relevante para a formação de profissionais da área. Analisam as diretrizes curriculares nacionais da área, o perfil dos formandos e as características do ensino em arquivologia no Brasil.

No penúltimo artigo do dossiê, Allister Teixeira Dias, Daniele Correa Ribeiro, Laurinda Rosa Maciel e Cátia Maria Matias apresentam o arquivo documental oriundo do Hospital Nacional de Alienados, tecendo considerações acerca da origem da instituição e refletindo sobre a natureza e potenciais da documentação para a pesquisa histórica. Ao final, é apresentada uma proposta de base de dados que visa amenizar os obstáculos causados pela dispersão física dos documentos.

Por fim, Tatiana Costa Rosa e Leila Adriana Baptaglin apresentam o estado da arte do patrimônio documental roraimense. Após uma detalhada pesquisa, é apresentado um panorama dos estudos voltados a esta temática e constata-se a escassez de trabalhos teóricos e práticas arquivísticas naquele estado.

Com a publicação deste número, fechamos o conjunto de homenagens ao Arquivo Nacional e complementamos o dossiê especial lançado em 2018. Assim, concluímos com êxito o objetivo de traçar um panorama do estado da arte da arquivologia no Brasil.

THIAGO CAVALIERE MOURELLE

# INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS BÁSICOS DO MODELO OPEN ARCHIVAL INFORMATION SYSTEM NO CONTEXTO DA ARQUIVÍSTICA

## INTRODUCTION TO THE BASIC CONCEPTS OF THE OPEN ARCHIVAL INFORMATION SYSTEM MODEL IN THE CONTEXT OF ARCHIVAL SCIENCE

**HENRIQUE MACHADO SANTOS** | Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Arquivista do Arquivo Geral da Universidade Federal do Rio Grande e integrante do grupo de pesquisa CNPq UFF Ged/A – Documentos Digitais: Gestão, Preservação, Acesso e Transparência Ativa | [henrique.hms.br@gmail.com](mailto:henrique.hms.br@gmail.com)

**DANIEL FLORES** | Professor associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Metodologías y Líneas de Investigación en Biblioteconomía y Documentación pela Universidad de Salamanca, Espanha. Pós-doutorado financiado pela Fundación Carolina/Universidad de Salamanca em Documentos Digitais: Gestão e Preservação Digital. Bolsista de Produtividade CNPq PQ-2 | [dfloresbr@gmail.com](mailto:dfloresbr@gmail.com)

### RESUMO

Este estudo analisa o modelo de informação do Open Archival Information System (OAIS), com ênfase nos conceitos básicos, e busca convergências com a arquivística. Para isto, perpassa questões como a gestão de documentos, a preservação em longo prazo e a linha de custódia ininterrupta, temas pertinentes para um sistema de arquivo confiável.

*Palavras-chave: OAIS; preservação digital; arquivística; repositório digital.*

### ABSTRACT

This study analyzes the information model of the Open Archival Information System (OAIS), with emphasis on the basic concepts, and seeks convergence with archival science. For this, it runs through issues such as records management, preservation in long-term and the uninterrupted line of custody, relevant questions to a trustworthy archival system.

*Keywords: OAIS; digital preservation; archival science; digital repository.*

### RESUMEN

Este estudio analiza el modelo de información del Open Archival Information System (OAIS), con énfasis en los conceptos básicos, y busca convergencias con la archivística. Para ello, pasa por cuestiones como la gestión de documentos, la preservación a largo plazo y la línea de custodia ininterrumpida, temas pertinentes para un sistema de archivo fiable.

*Palabras clave: OAIS; preservación digital; archivística; repositorio digital.*

## **INTRODUÇÃO**

Publicado inicialmente em 2002, na forma de um padrão recomendado, o Open Archival Information System (OAIS) foi, posteriormente, aprimorado passo a passo, e atualmente representa a norma International Organization for Standardization (ISO) 14721: 2012. Dessa forma, OAIS consiste na norma mais sólida no âmbito da preservação digital, sendo fundamental considerá-la na implementação de repositórios arquivísticos digitais.

O OAIS define um modelo funcional e um modelo de informação. O funcional descreve as funções atribuídas a um repositório digital, além de definir detalhadamente funções como: admissão, arquivamento, gerenciamento de dados, administração do sistema, planejamento de preservação e acesso. Já o modelo de informação estabelece os tipos mais amplos de informação (ou metadados) necessários para preservar e acessar as informações armazenadas em um repositório digital (Day, 2003).

Para os fins deste estudo, aborda-se o modelo de informação, assim, estima-se elucidar pesquisadores recém-iniciados no modelo OAIS, com ênfase nos conceitos básicos, os quais são essenciais para sua compreensão. Além disso, são traçados diálogos para apontar convergências entre a arquivística e os requisitos preconizados pelo OAIS. Com isso, são perpassadas questões como a gestão de documentos e a preservação em longo prazo, envolvidas em uma linha de custódia ininterrupta.

A metodologia utilizada consiste no levantamento bibliográfico de materiais previamente publicados. Os dados são coletados a partir de livros, normas e artigos científicos recuperados pela ferramenta Google Scholar. Este estudo é classificado como de natureza básica, pois visa gerar conhecimento teórico sem atentar para aplicação específica em uma realidade. O procedimento é categorizado como uma pesquisa bibliográfica que parte de uma revisão assistemática. A finalidade deste trabalho consiste em proporcionar uma breve reflexão sobre o tema e salientar o ponto de vista dos autores no que se refere à relação existente entre o modelo OAIS e a sua implementação no contexto da arquivística (Gil, 2010; Luna, 1997; Silva; Menezes, 2005).

## **OPEN ARCHIVAL INFORMATION SYSTEM**

O OAIS consiste em um modelo conceitual que poderá ser implementado em um determinado arquivo, o qual possui a responsabilidade de preservar documentos digitais e torná-los disponíveis para uma comunidade designada. O desenvolvimento de seus conceitos foi realizado em fóruns abertos, tendo como responsável o Consultative Committee for Space Data System (CCSDS). Dessa forma, ocorreu uma série de evoluções do OAIS, listadas a seguir:

- em janeiro de 2002, o CCSDS publicou um padrão recomendado (*Blue Book*<sup>1</sup>);
- em seguida, em março de 2003, o padrão criado pelo CCSDS torna-se a norma ISO 14721: 2003;<sup>2</sup>
- posteriormente, em abril de 2007, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publica a tradução da ISO 14721 na forma de Norma Brasileira Recomendada (NBR), denominada de ABNT/NBR 15472;<sup>3</sup>
- já em junho de 2012, o CCSDS publicou a segunda edição do modelo OAIS, sendo denominada de prática recomendada (*recommended practice*), na qual o *Blue Book* torna-se *Magenta Book*;<sup>4</sup>
- e em setembro de 2012, é publicada a segunda versão da ISO 14721, com base na prática recomendada publicada anteriormente pelo CCSDS. Ressalta-se que esta substitui a versão anterior de 2003.

Observa-se que os documentos digitais que serão armazenados no OAIS necessitam de “preservação em longo prazo”, mesmo que o próprio modelo não seja permanente. Nesse sentido, “longo prazo”<sup>5</sup> é definido como o tempo suficiente para ser preciso se preocupar com os impactos das mudanças tecnológicas, compreendendo os suportes de armazenamento, os formatos de arquivo e o conhecimento da comunidade de usuários (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012). Tais argumentos indicam que o OAIS pode não ser permanente, podendo ser substituído com o tempo; visto que os modelos de sistemas também se tornam obsoletos. Da mesma forma, poderá haver o encerramento das atividades de preservação por parte do custodiador, realizando assim a transferência da custódia conforme os termos e planos de sucessão, definidos previamente pelo OAIS. No entanto, Araújo (2014) ressalta que a abordagem pós-custodial não consiste em negligenciar, nem mesmo em negar a custódia, mas sim em prolongá-la.

O modelo OAIS representa uma sólida referência em preservação digital com relação aos termos, conceitos e fluxos de informação que delimitam um repositório digital. Observa-se que o OAIS não prescreve implementação, logo, o custodiador possui considerável flexibilidade em sua aplicação (Hedstrom, 2001; Sayão, 2010).

Ao se avaliar a sua implementação na preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos em longo prazo, será necessária uma análise que identifique as consonâncias e as dissonâncias com a arquivística. A partir daí, torna-se possível mensurar quais são as

---

1 Série de publicações do CCSDS que estabelecem interfaces específicas, requisitos técnicos, definições normativas, tendo detalhamento suficiente para implementação do sistema de modo que reúna claramente os requisitos para obter compatibilidade.

2 Space data and information systems – Reference model for an open archival information system (OAIS).

3 Sistemas espaciais de dados e informações – Modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI).

4 Série de publicações do CCSDS que demonstram consenso da comunidade quanto aos padrões utilizados. Consiste em um modo como a comunidade recomenda a execução de uma determinada atividade.

5 Observa-se que “longo prazo” também pode se estender indefinidamente, sem mensuração temporal.

contribuições desse modelo aos repositórios arquivísticos digitais. Dessa forma, procede-se à análise dos conceitos fundamentais que circunscrevem o modelo.

Um repositório arquivístico digital será entendido como um ambiente para a custódia e preservação em longo prazo. Logo, seguirá os princípios de um arquivo permanente que é constituído por documentos que perderam o valor primário<sup>6</sup> para a organização que os produziu. Assim, os documentos de valor permanente serão preservados para o uso de outros, além de seus criadores, em razão de seu valor secundário, seja ele histórico, informativo e/ou probatório (Lopes, 2000; Paes, 2004; Rousseau; Couture, 1998; Schellenberg, 2006).

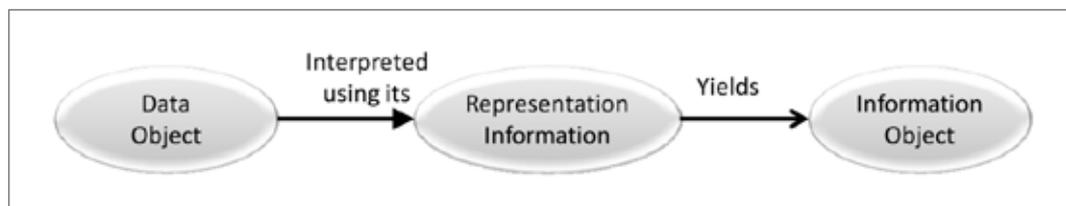
## CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O modelo OAIS consiste em uma descrição de alto nível dos tipos de informação recebida e armazenada em um contexto genérico de sistema de custódia digital (Saramago, 2004). Inicialmente, o OAIS define uma série de conceitos elementares para sua compreensão. Dessa forma, realiza-se uma análise sobre conceitos como: o objeto de dados; o pacote de informação; as variações do pacote de informação; e as interações externas no OAIS de alto nível. Através da análise desses conceitos busca-se elucidar uma visão de alto nível do modelo, ou seja, uma visão abrangente, omitindo-se os níveis mais densos.

## OBJETO DE DADOS

Inicialmente, o objeto de dados (*data object*) pode ser expresso como um objeto físico ou como um objeto digital, ambos associados a sua respectiva informação de representação (*representation information*). No caso do objeto digital, a informação de representação será responsável por adicionar significado a sua sequência de *bits* (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012). Dessa forma, o objeto de dados é interpretado com o auxílio da informação de representação, o que irá resultar no objeto de informação (*information object*). Tal processo pode ser observado na figura 1.

**Figura 1** – Obter informação através dos dados



Fonte: Consultative Committee for Space Data System (CCSDS, 2012, p. 2-4).

<sup>6</sup> Valor administrativo, fiscal ou jurídico, o qual é intrínseco à criação dos documentos.

Nesse processo, observa-se que a preservação do objeto de informação requer identificação e compreensão do objeto de dados e de sua respectiva informação de representação. No caso da informação digital, o OAIIS deve identificar claramente os *bits* e qual é a sua informação de representação relacionada. Esse aspecto é uma peculiaridade da informação digital e representa um desafio significativo na preservação (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012).

Há de se ressaltar uma complicação adicional: a natureza recursiva da informação de representação, que são os seus próprios dados e sua própria informação de representação, os quais normalmente levam a uma rede de objetos da informação de representação. Dessa forma, há dois caminhos a serem escolhidos por um arquivo OAIIS: compreender a base de dados de conhecimento da sua comunidade designada para contemplar a informação de representação mínima necessária; ou manter a maior quantidade de informações de representação que permitam a compreensão por uma comunidade maior de consumidores, com uma base de conhecimento menos especializado, o que é equivalente à expansão da definição de comunidade designada (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012).

No ambiente digital há uma complexidade adicional que vai além da própria complexidade dos objetos digitais, ou seja, o conhecimento sobre os objetos e sobre as ferramentas necessárias para acessá-lo e interpretá-lo corretamente. Esse é mais um entrave no processo de preservação digital em longo prazo, visto que o *hardware*, o *software* e o conhecimento específico estão em constante mudança.

A recursividade da informação digital e a necessidade de se desenvolverem redes de objetos de informação de representação criam um ponto de tomada de decisão importante, que é a delimitação da informação de representação. Nesse ponto será preciso avaliar a abrangência e a pertinência do material custodiado para escolher entre os dois caminhos possíveis: armazenar a informação de representação mínima necessária; ou manter a maior quantidade de informação de representação.

A escolha entre preservar a quantidade mínima necessária ou o máximo possível da informação de representação deve considerar também os custos envolvidos para a sua preservação em longo prazo. Esses são aspectos que deverão ser considerados na sustentabilidade do repositório digital, e se opõem, de certa forma, à garantia de condições de acesso e de correta interpretação dos objetos digitais. Observa-se que não se pode armazenar todas as informações, no entanto, é preciso discernir o que será necessário para que haja uma comunidade significativa de usuários/consumidores capazes de interpretar os registros preservados.

A base de conhecimentos da comunidade designada poderá sofrer transformações e, assim, será preciso atualizar as informações de representação fornecidas para assegurar a compreensão continuada (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012). Este processo proposto no modelo OAIIS converge com as práticas de gestão do conhecimento, visto que o repositório necessita reunir conhecimentos sobre documentos digitais custodiados para preservar e garantir sua correta interpretação. Sendo assim, a informação de representação é atualizada conforme necessário e atua como uma base de instruções para interpretar o objeto de dados e convertê-lo posteriormente em objeto de informação.

Questões como a gestão do conhecimento da preservação digital poderão fornecer uma base sólida sobre as práticas realizadas nos acervos, indicando as melhores alternativas, bem como possibilitando a troca de conhecimentos entre instituições parceiras. Uma base de conhecimento de preservação digital poderá compartilhar informações sobre formatos de arquivo, sistemas de gestão e estratégias de preservação, tornando-se, assim, uma ferramenta fundamental à pesquisa e à prática (Santos; Flores, 2015, p. 208).

Além disso, existe a possibilidade de se usar um *software* como informação de representação para então acessar o objeto de informação, logo, este programa será incorporado na rede de objetos de informação de representação. No entanto, não deve ser usado como justificativa para evitar a identificação e a reunião de uma informação de representação facilmente compreensível, a qual define o objeto de informação. Afinal, será mais difícil preservar um *software* do que um documento digital ou analógico (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012).

A proposição de se utilizar um *software* como informação de representação não deve ser entendida como um meio para se evitar a inserção de informações textuais relacionadas ao objeto. O simples fato de se inserir um programa junto ao objeto de dados não garante a sua correta interpretação, visto que será preciso descrever os seus procedimentos de uso.

O uso de um *software* denota a dependência da longevidade de uma determinada tecnologia, muito específica, o que poderá comprometer o processo de preservação digital em longo prazo. É possível frisar outros entraves quanto ao uso de um programa como informação de representação, dentre eles:

- o custo de armazenamento;
- o custo relacionado a licenças de uso;
- a obsolescência do conhecimento para manuseio;
- e a obsolescência das plataformas de *hardware* e *software*.

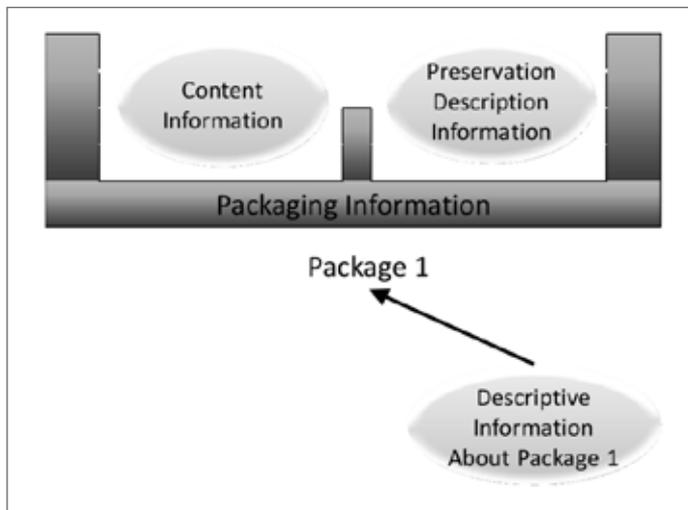
Dessa forma, defende-se a posição manifestada pelo modelo OAIS, de que o *software* pode ser inserido, mas não deve ser uma alternativa à inserção de informações relacionadas em meio digital ou analógico. A proposição do OAIS evita prejuízos ao acesso e à correta interpretação dos documentos arquivísticos digitais, visto que a informação de representação possui um subconjunto de outras informações de representação (recursividade) que permitem a sua própria interpretação. Além do mais, interpretar um documento digital é mais simples do que interpretar um *software*.

## PACOTE DE INFORMAÇÃO

Um pacote de informação é um recipiente conceitual composto por dois tipos de dados: informações do conteúdo (*content information*) e informação descritiva de preservação (*preservation description information – PDI*). A informação de conteúdo e a PDI são encapsuladas e identificadas pela informação de empacotamento (*packaging information*). O pacote resul-

tante é detectável em virtude da informação de descrição (*descriptive information*) inserida (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012). Esse esquema pode ser observado a seguir na figura 2.

**Figura 2** – Conceitos e relações do pacote de informação



Fonte: Consultative Committee for Space Data System (CCSDS, 2012, p. 2-6).

Na figura 2, tem-se um pacote genérico, denominado *Package 1*. Nesse esquema são identificados os seguintes elementos: informação de conteúdo (*content information*), informação descritiva de preservação (*preservation description information*), informação de empacotamento (*packaging information*) e informação descritiva do “Pacote 1” (*descriptive information – About Package 1*).

A informação de conteúdo (*content information*) é entendida como a informação que se deseja preservar, ou seja, ela é o conteúdo do objeto de dados (objeto físico e/ou objeto digital), juntamente com sua informação de representação necessária para tornar o conteúdo do objeto de dados compreensível à comunidade designada (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012).

Já a PDI é dividida em cinco tipos de informações de preservação (procedência, contexto, referência, fixidez e direitos de acesso), definidos a seguir:

- a informação de procedência descreve a fonte da informação de conteúdo, que teve a custódia desde a sua origem, juntamente com o seu histórico (incluindo modificações);
- a informação de contexto descreve como as informações de conteúdo se referem a outras informações, fora do pacote de informação;
- a informação de referência fornece um ou mais identificadores, ou sistemas de identificadores, assim, a informação de conteúdo pode ser identificada exclusivamente;

- a informação de fixidez fornece proteção às informações de conteúdo para que não haja uma alteração não registrada;
- e a informação de direitos de acesso fornece as condições de acesso, incluindo a preservação, distribuição e uso de informação de conteúdo. Isso inclui concessão de permissões para operações de preservação, licenciamento para distribuição do conteúdo, e demais especificações relacionadas à aplicação de direitos e controle de acesso.

Ainda na figura 2, observa-se que a informação de empacotamento é responsável por ligar e relacionar logicamente as informações de conteúdo (*content information*) e as informações descritivas de preservação (*preservation description information*). E, por fim, a informação descritiva (*descriptive information*) é usada para descobrir qual pacote tem as informações de conteúdo desejadas. Esta descrição poderá ser, por exemplo, um título descritivo do pacote de informação ou um conjunto de atributos pesquisáveis em catálogo.

O pacote de informação visa reunir o objeto de dados e a informação de representação necessária para descrever corretamente o objeto de informação, e, paralelamente, fornecer subsídios para sua preservação. A arquitetura lógica do pacote de informação consiste em manter o documento arquivístico digital junto à respectiva informação de representação, necessária para garantir autenticidade, correta interpretação e preservação em longo prazo. Desse modo, auxilia a comunidade designada no processo de busca e recuperação da informação de conteúdo contida nos documentos digitais.

#### VARIAÇÕES DO PACOTE DE INFORMAÇÃO

Dentro do OAIS existem três tipos de pacote de informação: pacote de informação para submissão (*submission information package*), pacote de informação para arquivamento (*archival information package*) e pacote de informação para difusão (*dissemination information package*).

O *submission information package* (SIP) é enviado pelo produtor para o OAIS, ressaltando que sua forma e conteúdo detalhados normalmente são negociados entre o produtor e o administrador. Na maioria dos casos, esse pacote terá alguma informação de conteúdo e alguma PDI. A relação do SIP com o *archival information package* (AIP) pode ser complexa, visto que são possíveis as seguintes transformações:

- um SIP produzirá um AIP;
- um AIP será produzido a partir de vários SIP's gerados em diferentes épocas por um produtor ou mais produtores;
- um SIP resultando em vários AIP's;
- e muitos SIP's de uma ou mais fontes sendo totalmente desagregados e recombina-dos em formas diferentes para produzir muitos AIP's.

Mesmo no caso de um SIP produzir um AIP, poderá haver uma série de transformações no primeiro, pois as informações de empacotamento estarão presentes de alguma forma, e

isso irá alterar o pacote. Dentro do OAIS, um ou mais SIP's são transformados em um ou mais AIP's para a preservação. O AIP possuirá um conjunto completo de PDI para as informações de conteúdo associadas; além disso, também poderá conter um conjunto de outros AIP's (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012).

Os pacotes de informação SIP sofrerão alguma transformação, independentemente do nível de complexidade. Tal fato se sustenta, por exemplo, no mais simples dos casos, pela necessidade de inserir a informação de empacotamento. Além disso, tem-se a seguinte premissa lógica: um ou mais SIP's poderão ser transformados em um ou mais AIP's, uma relação de muitos para muitos. Na fase de submissão e arquivamento dos pacotes de informação, observa-se uma mutabilidade de certa forma previsível e perfeitamente aceitável, visto que busca organizar as informações no ambiente OAIS.

As informações sobre os pacotes AIP estarão de acordo com normas internas do OAIS, podendo variar, uma vez que são geridas neste ambiente. Após uma solicitação, o OAIS retorna a totalidade ou uma parte do AIP como resposta ao consumidor. Esse material será enviado na forma de um pacote de informação para disseminação, *dissemination information package* (DIP). O pacote DIP também poderá incluir coleções de AIP's, as quais podem ou não conter uma PDI completa (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012).

Há de se considerar que o OAIS tem suas próprias normas internas para realizar a organização, o gerenciamento e promover o acesso à informação. Dessa forma, após uma solicitação realizada pelo consumidor, o OAIS irá retornar um resultado com base em suas normas internas, previamente definidas. Com a solicitação de uma determinada informação de conteúdo, poderá ser necessário disponibilizar coleções de AIP's relacionados ao consumidor.

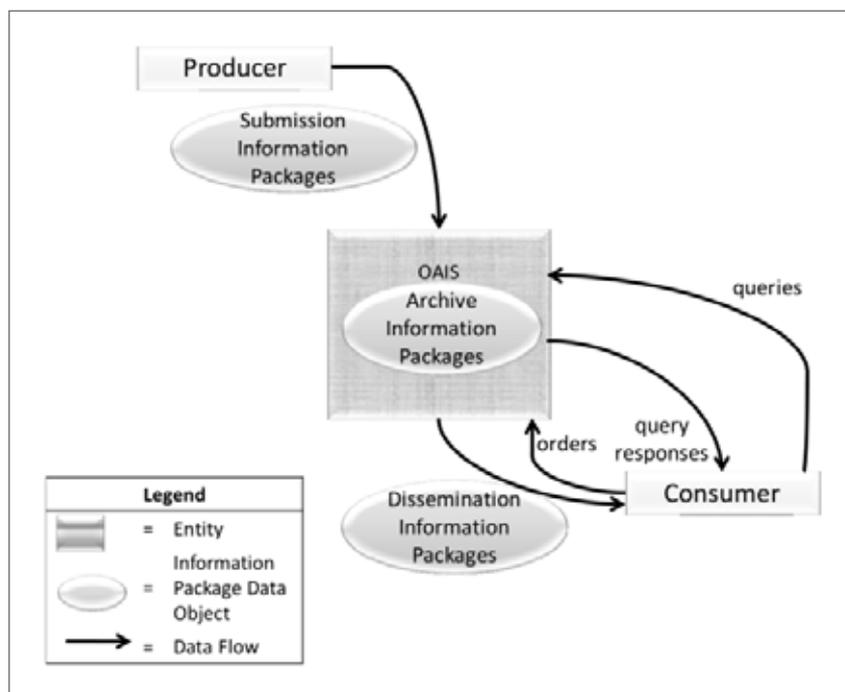
Por fim, o OAIS ressalta que as informações sobre os pacotes devem estar presentes, de alguma forma, para que o consumidor possa distinguir claramente os documentos solicitados. Além disso, a informação de empacotamento poderá assumir diversas formas, dependendo dos requisitos tecnológicos das mídias de disseminação e de consumo. Esses são posicionamentos fundamentais para a efetividade do modelo, visto que os documentos digitais deverão ser adaptados para que os consumidores possam acessá-los e interpretá-los corretamente.

## INTERAÇÕES EXTERNAS NO OAIS DE ALTO NÍVEL

Fora do ambiente OAIS há duas entidades a serem consideradas, que são o produtor (*producer*) e o consumidor (*consumer*). Essas entidades exercem funções elementares no que se refere à origem e à finalidade dos processos de preservação digital.

O produtor (*producer*) envia um fluxo de dados contendo o pacote SIP ao repositório OAIS. Posteriormente, ocorre a sua transformação em AIP para o arquivamento em longo prazo. E, por fim, o consumidor (*consumer*), que representa a comunidade designada, poderá fazer consultas/solicitações (*query responses/orders*) ao OAIS e obter o pacote DIP com os respectivos resultados de suas solicitações. A seguir, a figura 3 apresenta os principais fluxos de informação.

**Figura 3** – Fluxos de dados externos do OAIS



Fonte: Consultative Committee for Space Data System (CCSDS, 2012, p. 2-8).

O produtor (*producer*) representa os indivíduos que produzem os documentos arquivísticos; o OAIS corresponde ao arquivo que é responsável pela custódia documental; e o consumidor (*consumer*) representa a comunidade designada, todos os usuários potenciais que tenham interesse em acessar os documentos custodiados pelo OAIS.

O primeiro contato entre o OAIS e o produtor consiste no pedido para a preservação dos documentos digitais criados. Esse contato pode ser uma iniciativa tomada pela gestão do OAIS ou pelo produtor. Em seguida, o produtor estabelece um acordo de submissão com o OAIS, que identifica os SIP's a serem apresentados; observa-se que estes podem ter sido originados em diversas épocas (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012). Quanto aos acordos de submissão, há de se destacar três situações possíveis:

- o acordo será um requisito obrigatório para fornecer documentos ao OAIS;
- haverá oferta voluntária do produtor de documentos ao OAIS;
- haverá pagamento ao produtor em troca de documentos oferecidos ao OAIS.

Com relação às diversas interações entre o consumidor e o repositório OAIS, destaca-se que, além das consultas (*queries*), o consumidor poderá estabelecer um acordo de solicitações (*orders*) para obter acesso a documentos digitais, os quais poderão estar atualmente no arquivo ou esperar admissão no futuro (ABNT/NBR 15472:2007; CCSDS, 2012; ISO 14721:2012). Observa-se que esse procedimento identifica os interesses dos consumidores,

assim, constitui uma comunidade designada de forma automática, e, logo, poderá prever os consumidores potenciais da informação contida nos documentos.

Por fim, é preciso considerar a função do administrador (*management*), que, ao passo que interage com o ambiente externo (produtor e consumidor), possui atribuições relacionadas a diversos aspectos do OAIS. Dentre as principais atribuições do administrador podem ser consideradas as seguintes:

- buscar financiamentos para o repositório;
- realizar constante revisão para avaliar o desempenho do OAIS em seu progresso e os riscos aos quais está exposto;
- determinar políticas de preços para os serviços do OAIS;
- oferecer soluções para conflitos envolvendo produtores, consumidores e a própria administração interna do OAIS;
- e fornecer suporte para o OAIS, a fim de estabelecer procedimentos que assegurem sua utilização em esferas de influência.

O administrador do OAIS terá um papel fundamental no que tange à longevidade, desempenho, normatização, realização de acordos (de submissão e de solicitação) e demais questões relacionadas. O administrador atua no epicentro do repositório, requerendo os pacotes de submissão com determinada qualidade, preservando esses materiais em longo prazo, provendo seu acesso, além de fornecer suporte para sua utilização.

Sendo assim, as interações do OAIS podem ser resumidas da seguinte forma: o produtor prepara os documentos que deseja preservar em um pacote SIP; esse pacote SIP é enviado ao repositório, que irá analisar qual informação será arquivada, transformando-o em um pacote AIP, o qual contém as informações necessárias para preservar os documentos em longo prazo.<sup>7</sup> Enfim, o consumidor poderá pesquisar AIP's de interesse e solicitá-los, e eles serão transformados e entregues na forma de DIP's (Hedstrom, 2001; Ramalho et al., 2007).

## **DA GESTÃO DOCUMENTAL À PRESERVAÇÃO EM LONGO PRAZO**

Os documentos arquivísticos possuem um ciclo de vida composto por três fases distintas: corrente, intermediária e permanente. A fase corrente compreende documentos consultados frequentemente e que são considerados essenciais à administração, devendo permanecer acessíveis (Paes, 2004; Rousseau; Couture, 1998).

A fase intermediária engloba os documentos que deixaram de possuir uso frequente e aguardam o cumprimento de prazos (legais, administrativos ou financeiros) para, após avaliação, serem eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente (Paes, 2004; Rousseau;

---

<sup>7</sup> Observa-se que o administrador do repositório pode realizar ações sobre os AIP's, como, por exemplo, verificações e correções (Ramalho et al., 2007).

Couture, 1998). Assim, o arquivo intermediário é, teoricamente, entendido como uma extensão do arquivo corrente (Lopes, 1997).

Dessa forma, arquivo corrente e arquivo intermediário constituem o ambiente de gestão documental, o qual está relacionado ao processo de produção e tramitação dos documentos. Para documentos arquivísticos digitais, será necessário um conjunto de *softwares* para auxiliar nesse processo, assim como na posterior avaliação, que terá como consequência a eliminação ou o recolhimento dos documentos ao ambiente de preservação.

A fase permanente compreende os documentos remanescentes do processo de avaliação, preservados por razões que estão além do seu uso administrativo, em especial, por motivos culturais (Schellenberg, 2006). Tais documentos já perderam o valor administrativo e são preservados em virtude de seu valor histórico. Assim, passam a integrar as fontes de pesquisa, testemunho e informação (Paes, 2004).

Há dois ambientes claramente distintos: o de gestão, composto por arquivo corrente e arquivo intermediário; e o de preservação e acesso, formado pelo arquivo permanente. Cada ambiente tem suas peculiaridades e juntos compõem a cadeia de custódia que abrange o ciclo de vida dos documentos arquivísticos.

#### AMBIENTE PARA GESTÃO DE DOCUMENTOS

O sistema responsável pela gestão dos documentos correntes e intermediários deverá ser dotado de requisitos arquivísticos. Logo, torna-se necessário adaptar sistemas de gestão e por vezes implementar um conjunto de sistemas para contemplar as funções necessárias. Este alerta é ressaltado por Rocha e Silva (2007):

A maior parte das aplicações de Gestão Eletrônica de Documentos (GED) não tem por objetivo distinguir os documentos arquivísticos de outras informações e dar tratamento adequado a esses documentos, como atribuir código de classificação e gerir o ciclo de vida até a destinação final, isto é, eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Rocha; Silva, 2007, p. 121).

Observa-se que será necessário implementar um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (Sigad), sistema superior ao GED, e que compreende um conjunto de procedimentos e operações técnicas com objetivo de controlar o ciclo de vida dos documentos arquivísticos (digitais ou analógicos), desde a produção até a destinação final (Brasil, 2015).

Os documentos arquivísticos digitais em fase corrente e intermediária devem ser gerenciados por um Sigad, para controlar o ciclo de vida, a organicidade, o cumprimento da destinação prevista, realizar a manutenção da autenticidade, além de manter as características fundamentais desses documentos (Brasil, 2015). Nesse sentido, o Sigad poderá desempenhar as funções definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-Arq Brasil), o qual especifica todas as atividades e operações técnicas relacionadas à gestão de documentos arquivísticos.

Observa-se que o e-Arq Brasil contempla desde a produção, a tramitação, a utilização e o arquivamento, até a destinação final dos documentos (guarda permanente ou eliminação). A conformidade com esses requisitos atribuirá confiabilidade ao processo de produção e manutenção dos documentos arquivísticos (Baggio; Flores, 2013).

Além disso, o modelo ressalta a importância de uma política de gestão documental estabelecida para os produtores, com atribuição de responsabilidades, definição de procedimentos e elaboração dos instrumentos, como, por exemplo, o plano de classificação de documentos e a tabela de temporalidade e destinação de documentos (Rocha, 2015).

Após o cumprimento das fases corrente e intermediária, o Sigad procederá à avaliação dos documentos. Com isto, os documentos que possuem valor social, histórico, probatório ou informativo serão transferidos/recolhidos ao arquivo permanente digital, o RDC-Arq, que será responsável pela preservação e garantia de acesso em longo prazo.

Entretanto, há situações específicas nas quais também será necessário implementar o RDC-Arq nas fases corrente e intermediária. Isso se justifica em virtude da complexidade dos formatos de arquivo, o que possibilita diferentes cenários de implementação do Sigad e do RDC-Arq, por exemplo:

- um Sigad no ambiente de gestão e um RDC-Arq no ambiente de preservação;
- e um Sigad paralelo a um RDC-Arq no ambiente de gestão e um RDC-Arq no ambiente de preservação.

Os documentos arquivísticos digitais devem ser preservados desde a sua produção, assim, esses dois exemplos de cenários de implementação do Sigad e do RDC-Arq demonstram a necessidade de adaptar as soluções ao contexto. Um Sigad responsável pela gestão de documentos correntes e intermediários deverá estar em conformidade com os requisitos preconizados pelo modelo e-Arq Brasil. Contudo, não se deve negligenciar a preservação dos documentos, e, quando houver necessidade, a implementação do RDC-Arq em fase corrente e intermediária será imprescindível.

## **AMBIENTE PARA PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A implementação de um repositório digital deverá ser pautada nas peculiaridades da documentação custodiada. No caso de documentos de arquivo, torna-se necessário desenvolver um RDC-Arq, que corresponde a um repositório digital confiável com características específicas para preservar documentos arquivísticos.

Após os documentos cumprirem suas funções no ambiente de gestão (arquivo corrente e intermediário), o Sigad deverá transferir os documentos arquivísticos de guarda permanente para o ambiente de preservação (arquivo permanente), assim, o recolhimento será feito pelo RDC-Arq. Ressalta-se que o RDC-Arq em conformidade com o modelo OAIS representa um ambiente blindado, que tem o propósito de garantir o acesso em longo prazo e evitar quaisquer tipos de alterações não autorizadas sobre os documentos.

Assim, o RDC-Arq deverá ser *off-site*<sup>8</sup> com o objetivo de minimizar possíveis invasões, e, conseqüentemente, agregar mais segurança aos documentos. Essa estratégia é frequentemente utilizada para rotinas de *backup*, em um plano de recuperação de desastres. Entretanto, também poderá ser usada para conferir confiabilidade ao RDC-Arq, assim, garante que os documentos, sistemas e servidores não serão afetados em caso de desastre, erro acidental, invasão ou falha da plataforma de acesso.

Para um RDC-Arq que segue o OAIS, observa-se que os objetos de dados são interpretados com auxílio de uma informação de representação, que, conseqüentemente, gera o objeto de informação. Logo, em virtude do caráter recursivo da informação digital, poderá existir uma rede de informações de representação. Há uma considerável complexidade na questão da recursividade, pois são necessárias “mais informações digitais para representar as informações digitais”. Esse entrave não pode ser solucionado de forma definitiva, porém o RDC-Arq pode minimizar a dependência, utilizando, sempre que possível, os padrões *de jure*<sup>9</sup> ou *de facto*<sup>10</sup> para facilitar a interpretação das informações de conteúdo dos documentos.

A estrutura do pacote de informação presente no OAIS comporta e relaciona a informação de conteúdo com a PDI. Nesse ponto destacam-se as funcionalidades da PDI, a qual irá auxiliar na interpretação da informação de conteúdo, e, conseqüentemente, representar o objeto de informação. Além disso, a PDI comporta as informações necessárias às atividades de preservação e fornece evidências para comprovar a autenticidade. Assim, a PDI registra informações relativas a proveniência, contexto, referência, fixidez e direitos de acesso.

Esses tipos de PDI permitem identificar o histórico da custódia documental, desde o produtor até o custodiador atual; descrever como as informações de conteúdo se relacionam com informações fora do pacote; permitir que a informação de conteúdo seja identificada exclusivamente pelo RDC-Arq através de identificadores únicos; proteger contra alterações não autorizadas ou registradas; além de proporcionar condições de acesso, por meio de concessões de direitos e licenças. Observa-se que a PDI tem um papel fundamental no pacote de informação, adicionando confiabilidade aos métodos de preservação e à própria custódia documental, e, assim, contribuindo para a manutenção da autenticidade da informação de conteúdo do documento.

No OAIS a mesma informação de conteúdo pode ser compilada em três tipos de pacotes de informação distintos: SIP, AIP e DIP. Ressalta-se que essa distinção está condicionada a sua finalidade, pois produtores, preservadores e consumidores têm objetivos e finalidades distintas, logo, os pacotes devem ser transformados para servir a cada um. O OAIS deve dialogar com produtores e consumidores, e fornecer orientações aos produtores para que

---

8 Estratégia de armazenamento de dados críticos fora do principal local de acesso.

9 É um padrão de direito adotado por órgãos oficiais de normatização, como, por exemplo, ABNT e ISO.

10 Padrões que não foram adotados por órgãos oficiais de normatização, mas que são amplamente utilizados pela comunidade de usuários. Normalmente, são adotados quando não existe o padrão *de jure*.

estes enviem um SIP padronizado; e, da mesma forma, é preciso atentar para os padrões solicitados pelos usuários, para facilitar o acesso e a interpretação dos documentos.

Com o passar do tempo, as tecnologias, os conhecimentos dos usuários potenciais e das comunidades designadas irão evoluir de uma forma constante, mas não equivalente. Logo, é preciso compreender quais as principais tecnologias utilizadas pela comunidade designada para que o OAIS possa facilitar o acesso. Dessa forma, o RDC-Arq, em conformidade com o OAIS, deve compreender a evolução da base de conhecimentos de sua comunidade designada, utilizando-se de monitoramentos das tendências em mídias de armazenamento, padrões de *software* e formatos de arquivo.

Observa-se que a capacidade tecnológica e a disponibilidade de recursos financeiros são essenciais, tendo em vista que a preservação digital envolve recursos de todos os tipos (Saramago, 2004), sejam eles de ordem técnica, tecnológica e/ou humanos. Tais fatores são condicionados pelos gastos com o desenvolvimento de normas, aquisição de sistemas e treinamento organizacional. É preciso considerar as perspectivas futuras do repositório digital. Um RDC-Arq que se proponha a preservar documentos arquivísticos digitais em longo prazo deverá considerar os aspectos financeiros nas suas políticas de preservação.

Dessa forma, o RDC-Arq precisa definir financiamentos, suporte técnico, acordos com produtores e consumidores, e os planos de sucessão. Na falta dos recursos necessários para dar prosseguimento às atividades de preservação, será necessário transferi-las por meio do plano de sucessão, alterando assim a cadeia de custódia documental. A preservação de documentos arquivísticos digitais não deverá ser orientada apenas a recursos e custodiadores específicos, logo, deverá vislumbrar o acesso em longo prazo, além da longevidade do atual custodiador.

Acredita-se que com o modelo de referência OAIS as instituições arquivísticas comecem a entender os conceitos necessários à preservação e à garantia de acesso em longo prazo. Da mesma forma, OAIS também poderá servir como base para o desenvolvimento de uma quantidade significativa de padrões relacionados (Thomaz, 2006).

#### CUSTÓDIA CONFIÁVEL EM AMBIENTE DIGITAL

A autenticidade dos documentos armazenados está relacionada à confiabilidade dos sistemas de gestão e preservação documental. Os documentos devem ser produzidos, tramitados, avaliados e preservados por meio de métodos confiáveis. Logo, o foco da manutenção da autenticidade não deve estar limitado aos arquivos permanentes, visto que tal questão deve ser considerada desde as fases corrente e intermediária.

Dessa forma, para serem autênticos, os documentos arquivísticos digitais devem ser geridos por Sigad's e, posteriormente, preservados em RDC-Arq's. A autenticidade é uma qualidade que deve ser preservada, sendo assim, questões relacionadas à confiabilidade e à preservação tornam-se pertinentes desde a produção documental.

Caso os documentos não sejam produzidos de forma confiável, não haverá como garantir a sua presunção de autenticidade. A confiabilidade depende da manutenção de uma cadeia de custódia ininterrupta, que, antes de estar focada na preservação, deve garantir a

produção de documentos autênticos. O Sigad e o RDC-Arq contribuirão para manter uma linha de custódia ininterrupta entre a gestão e a preservação de documentos arquivísticos digitais, garantindo a manutenção da autenticidade em longo prazo.

Um RDC-Arq em conformidade com o modelo OAIS possuirá uma sólida estrutura, capaz de proporcionar um ambiente confiável para a guarda de documentos em longo prazo. Logo, será possível manter as características que conferem autenticidade aos documentos.

O lugar para a perspectiva custodial tem finalidades específicas: manter o vínculo arquivístico entre os documentos, isto é, assegurar a sua preservação em um conjunto, e garantir a sua segurança, de modo que possam ser acessados e utilizados como documentos autênticos, seja para fins de prova ou de referência (Silva, 2017, p. 22).

Dessa forma, ressalta-se o aspecto do OAIS de manter um controle contínuo sobre a documentação custodiada. Este aspecto converge com o conceito de cadeia de custódia documental da arquivística, já preconizado por Jenkinson (1922) para instituições que preservam documentos analógicos.

Para Flores, Rocco e Santos (2016), a manutenção de uma cadeia de custódia para documentos arquivísticos produzidos em ambientes digitais é um desafio significativo, se comparado à custódia de documentos analógicos. O conceito de cadeia de custódia documental preconizado por Jenkinson (1922) é suficiente para os documentos analógicos, entretanto, necessita de adaptações para contemplar os documentos arquivísticos em ambiente digital.

A linha de custódia ininterrupta tem agora a interoperabilidade entre Sigad e RDC-Arq como seu principal ponto de referência, utilizando-se de diversas ferramentas de tecnologia da informação para evitar a ruptura dessa cadeia de custódia. Jenkinson (1922) já apontava a importância de manter a custódia ininterrupta para documentos analógicos. Caso esta fosse interrompida, ocasionaria dúvidas sobre a autenticidade dos documentos armazenados. Observa-se que a mesma abordagem pode ser aplicada aos documentos arquivísticos em ambientes digitais, ressaltando que são mais complexos em virtude de sua natureza. No ambiente digital, qualquer interrupção da cadeia de custódia, por menor que seja, será suficiente para se questionar o caráter de autenticidade dos documentos armazenados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo realizou uma análise dos conceitos fundamentais do modelo OAIS, perpassando aspectos relacionados à estrutura dos objetos de informação; à composição dos pacotes de informação; às variações dos pacotes de informação; e às respectivas interações entre os produtores, o administrador do repositório e os consumidores. Assim, foi possível aprofundar os conceitos essenciais para compreensão da terminologia, dos conceitos e dos fluxos de informação que circunscrevem um RDC-Arq em conformidade com o OAIS.

Nota-se que o modelo OAIS não faz claras menções à arquivística. Entretanto, há princípios que estão subentendidos, como, por exemplo, as informações que integram a PDI (proveniência, contexto, referência, fixidez e direitos de acesso). Mesmo não sendo mencionada de forma explícita, a ideia de uma linha de custódia ininterrupta está presente, com o objetivo de registrar todas as alterações realizadas sobre os documentos armazenados, para manter a autenticidade.

A cadeia de custódia documental preconizada por Jenkinson (1922), no âmbito da custódia de documentos analógicos, pode ser adaptada ao contexto das tecnologias da informação e comunicação. Dessa forma, corrobora com o OAIS e, assim, torna-se essencial para a manutenção da autenticidade dos documentos arquivísticos em ambientes digitais.

A relação entre os ambientes de gestão e de preservação – Sigad e RDC-Arq – deve ser interoperável, para facilitar os fluxos de informação e o monitoramento dos documentos arquivísticos, agregando confiabilidade aos métodos de preservação. Um Sigad que segue o modelo e-Arq Brasil, junto a um RDC-Arq de acordo com o padrão OAIS, são pré-requisitos para se desenvolver um sistema de arquivos confiável, com uma linha de custódia ininterrupta que contemple o ciclo de vida dos documentos.

Por fim, ressalta-se que este estudo contribui para clarificar os conceitos básicos do modelo OAIS e traçar diálogos mais estreitos com a arquivística. Assim, é possível elucidar conceitos do OAIS, como, por exemplo, objeto de dados, informação de representação e composição do pacote de informação, além de apresentá-lo como padrão a ser seguido pelo RDC-Arq em um sistema de arquivos. A principal limitação deste trabalho é a ênfase na análise de conceitos essenciais, pois apresenta uma parte das relações de alto nível do modelo e omite a complexidade dos fluxos de informação, para facilitar o entendimento dos pesquisadores recém-iniciados na temática.

## Referências

ARAÚJO, C. A. Á. *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos; São Paulo: Abrainfo, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15472:2007. Sistemas espaciais de dados e informações – Modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI).

BAGGIO, C. C.; FLORES, D. Documentos digitais: preservação e estratégias. *Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 11-24, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/2654>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de documentos eletrônicos. *Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <[http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/diretrizes\\_rdc\\_arq.pdf](http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEM (CCSDS). Reference Model for an Open Archival Information System (OAIS). Magenta Book. Washington, 2012. Disponível em: <<http://public.ccsds.org/publications/archive/650x0m2.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

- DAY, M. Preservation metadata. In: GORMAN, G.E.; DORNER, D.G. (ed.). *Metadata applications and management*. International Yearbook of Library and Information Management. London: Facet Publishing, 2004. p. 253-273. Disponível em: <<http://www.ukoln.ac.uk/metadata/publications/iylim-2003>>. Acesso em: 9 dez. 2016
- FLORES, D.; ROCCO, B. C. B.; SANTOS, H. M. Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 117-132, 2016. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/717>>. Acesso em: 9 mai. 2017.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HEDSTROM, M. *Digital preservation: problems and prospects*. *Digital Library Network (DLnet)*, Michigan, v. 20, 2001. Disponível em: <[http://www.dl.slis.tsukuba.ac.jp/DLjournal/No\\_20/1-hedstrom/1-hedstrom.html](http://www.dl.slis.tsukuba.ac.jp/DLjournal/No_20/1-hedstrom/1-hedstrom.html)>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 14721:2012. Space data and information transfer systems: Open archival information system – Reference model.
- JENKINSON, H. *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making*. Oxford: Clarendon Press, 1922.
- LOPES, L. C. *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informação aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- LOPES, L. C. *A nova administração na modernização arquivística*. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas Assessoria, 2000.
- LUNA, S. V. de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1997.
- PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- RAMALHO, J. C. et al. *XML e preservação digital*. Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6224>>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- ROCHA, C. L. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 180-191, 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/608/669>>. Acesso em: 8 dez. 2016.
- ROCHA, C. L.; SILVA, M. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 113-124, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/142>>. Acesso em: 7 set. 2014.
- ROUSSEAU, J-Y; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- SANTOS, H. M.; FLORES, D. Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 197-217, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2542>>. Acesso em: 21 dez. 2015.
- SARAMAGO, M. L. Metadados para preservação digital e aplicação do modelo OAIS. In: VIII CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2004. *Anais eletrônicos...* Estoril: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/640/637>>. Acesso em: 4 jul. 2014.
- SAYÃO, L. F. Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 4, n. 3, p. 68-94, 2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4709>>. Acesso em: 18 ago. 2016.
- SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <[https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes\\_4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SILVA, M. *O arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos*. Niterói: Eduff, 2017.

THOMAZ, K. P. Gestão e preservação de documentos eletrônicos de arquivo: revisão de literatura – parte 2. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.114-131, 2006. Disponível em: <[www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=6733](http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=6733)>. Acesso em: 7 set. 2014.

---

Recebido em 27/7/2018  
Aprovado em 28/11/2018

**ACERVOS DE ARQUIVO EM MUSEUS**  
**UMA PROPOSTA DE TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO**  
**ARCHIVES IN MUSEUMS**  
**A PROPOSAL FOR ARCHIVAL TREATMENT**

**FABIANA COSTA DIAS** | Mestre em Gestão de Arquivos e Documentos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Arquivologia pela Unirio. Especialista em Planejamento, Organização e Direção de Arquivos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) | [fabiana78@gmail.com](mailto:fabiana78@gmail.com)

**JOÃO MARCUS FIGUEIREDO ASSIS** | Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutorado em Antropologia Social pela UFRJ. Professor associado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Unirio | [jmfassis@hotmail.com](mailto:jmfassis@hotmail.com)

**JÚNIA GUIMARÃES E SILVA** | Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict/UFRJ). Professora adjunta da Escola de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Unirio | [juniag2010@gmail.com](mailto:juniag2010@gmail.com)

## RESUMO

A proposta deste trabalho é apresentar como o acervo do Museu Aeroespacial foi constituído até a sua inauguração, relacionar a formação do seu acervo com o contexto histórico e expor como a documentação arquivística foi processada. Para tal foi elaborado um estudo de caso que teve como resultado uma discussão sobre o tratamento arquivístico acerca de arquivos *de* museus e *em* museus.

*Palavras-chave: arquivos de museus; arquivos em museus; museologia; história dos museus.*

## ABSTRACT

The purpose of this work is to present how the collection of the Aerospace Museum was constituted until its inauguration, to relate the formation of its collection with the historical context and to explain how the archival documentation was processed. For this purpose, a case study was elaborated that resulted in a discussion on the archival treatment of museum archives and archives in museums.

*Keywords: museum archives; archives in museums; museology; history of museums.*

## RESUMEN

La propuesta de este trabajo es presentar como el acervo del Museo Aeroespacial fue constituido hasta su inauguración, relacionar la formación de su acervo con el contexto histórico y exponer cómo la documentación arquivística fue procesada. Para ello se elaboró un estudio de caso que tuvo como resultado una discusión sobre el tratamiento arquivístico sobre archivos *de* museos y *en* museos.

*Palabras clave: archivos de museos; archivos en museos; museología; historia de los museos.*

## INTRODUÇÃO

Quando visitamos uma exposição em museus, circulamos por corredores e salas onde estão expostos documentos em diferentes suportes, de diversos gêneros: fotografias, documentos textuais, livros, objetos tridimensionais, reproduções, entre outros. A exposição tem uma temática e representa uma parte bem reduzida do acervo que o museu possa vir a ter ou não. Nos bastidores dos museus estão as reservas técnicas, espaços de guarda do acervo. Este acervo pode ser formado por documentos bibliográficos, arquivísticos e museológicos.

Cada museu possui uma missão que vai delimitar o tipo de conjuntos documentais que irão formar o seu acervo. Estes documentos chegam às instituições museológicas por doação ou compra e podem ser compostos por itens oriundos de bibliotecas, arquivos e outros museus. Por possuírem metodologias de tratamento documental distintas, necessitam de um gerenciamento específico para não correr o risco de dispersão dos itens documentais e da perda da formação e dos contextos dos conjuntos.

Além destes, existem os documentos produzidos e recebidos pelos museus para comprovar suas ações e atividades, como, por exemplo, os termos de doação e compra de coleções e arquivos que formaram o acervo. Assim, identificamos dois tipos distintos de conjuntos documentais: os que irão constituir as coleções e os que irão formar o arquivo institucional dos museus.

Como realizar o tratamento dessa documentação é algo que vem sendo debatido internacionalmente e nacionalmente desde o século XIX. Muitas instituições museológicas acabam por misturar os documentos institucionais com os oriundos de coleções, em alguns casos privilegiam o tratamento das doações e compras em detrimento dos documentos produzidos pela instituição (Tessitore, 2002). Isso acontece devido a maior importância dada aos documentos que irão fazer parte do acervo de coleções e arquivos adquiridos em relação à documentação produzida para registrar as atividades.

Nesse sentido, a proposta deste trabalho<sup>1</sup> é apresentar como o acervo do Museu Aeroespacial (Musal) foi constituído até a sua inauguração, relacionar a formação do seu acervo com o contexto histórico de sua constituição e expor como a documentação arquivística foi processada.

## DOS BASTIDORES DA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU AEROESPACIAL ATÉ SUA INAUGURAÇÃO

De acordo com o Departamento de Museus e Centros Culturais:<sup>2</sup>

- 
- 1 Este artigo é fruto da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Gestão de Documentos e Arquivo, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, intitulada Museu Aeroespacial: na trilha do seu acervo. Foram adicionados, posteriormente, dados pesquisados em jornais, que na época da defesa não foram incorporados devido ao prazo de entrega.
  - 2 Segundo o relatório de gestão da Política Nacional de Museus, referente ao período de 2003-2004, no ano de 2003 "entrou em funcionamento o Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu, decreto n. 5.040/04). O departamento nasceu da reformulação da Coordenação Geral de Museus e Artes Plásticas da Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura (MinC) e da avaliação da necessidade de redesenho

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características: [...] II - a presença de acervos e exposições colocados ao serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer (Questionário Cadastro Nacional de Museus, 2005, p. 12).

Portanto, para um museu existir se faz necessária a *presença de acervos e exposições*. Esses acervos são formados antes da abertura e ao longo da existência desses espaços de memória. O acervo do Museu Aeroespacial foi sendo acumulado durante quarenta anos antes da sua criação. Boa parte desse processo foi de responsabilidade de José Garcia de Souza. Ele foi a pessoa escolhida para ser o primeiro organizador do acervo do Musal. Entender a relação do organizador do acervo com a sua constituição é fundamental para compreender como se deu o processamento da documentação arquivística.

Iniciamos com a cronologia do Musal, em 31 de julho de 1973. Por meio do decreto n. 72.553, foi criado o Núcleo do Museu Aeroespacial, que tinha como competência colocar em atividade este museu. Sua missão desde então é “preservar a memória da Aeronáutica brasileira por intermédio do seu acervo histórico” (Brasil, 2005). Contudo, a ideia e vontade de se criar um museu sobre a Aeronáutica antecedeu esta data em quarenta anos. Durante este período, foi identificada uma série de tentativas em torno da organização de um Museu de Aeronáutica, que posteriormente levou o nome de Museu Aeroespacial. No total foram identificadas dez tentativas para organizar o Musal, como demonstrado no quadro a seguir:

**Quadro 1** – Cronologia e identificação das tentativas de organização do Museu da Aeronáutica entre os anos de 1933 até 1967

Tentativas	Ano	Identificação da tentativa
1	1933	Exposição na Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro
2	1934	I Congresso Nacional de Aeronáutica
3	1936	Projeto n. 469 da Câmara dos Deputados
4	1943	Portaria n. 237 da Força Aérea Brasileira
5	1944	I Exposição de Aeronáutica
6	1944	Projeto de organização e regulamentação do Museu de Aeronáutica

---

institucional para o tratamento das questões relacionadas aos museus. O Demu está vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)” (Brasil, 2005, p. 46).

Tentativas	Ano	Identificação da tentativa
7	1951	Projeto n. 1.323 do Congresso Nacional
8	1952	Portaria n. 235 da Força Aérea Brasileira
9	1959	Projeto n. 1.213 do Congresso Nacional
10	1967	Museu da Escola de Aeronáutica

Fonte: Dias, 2017, p. 68.

Cada um desses itens possui características que serão brevemente contextualizadas. A primeira tentativa ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1933, durante a Feira Internacional de Amostras. Após a realização desta feira, foram publicadas pequenas notas no jornal *O Radical* (1933, p. 2) sobre a importância de se criar um museu onde fossem expostos documentos que tratassem dos feitos de Bartolomeu de Gusmão, Augusto Severo e Santos Dumont. Até 1933, estes seriam os grandes atores brasileiros no campo da aviação e por essa razão reivindicava-se um espaço para serem lembrados. Ainda mais com a forte concorrência entre os irmãos Wright, americanos, e Santos Dumont, brasileiro, pelo primeiro voo do “mais pesado que o ar”.

A segunda investida também foi uma consequência de um evento, tal como a primeira. Depois do I Congresso Nacional de Aeronáutica, a revista *Asas* (I Congresso..., 1934, p. 2) escreveu que por mais que o Museu de Aeronáutica não tenha sido tratado como um tópico do congresso, essa questão seria resolvida em breve.

O terceiro esforço se caracterizou pelo projeto n. 469, entregue à Câmara dos Deputados no ano de 1936, pelas mãos dos deputados Caldeira de Alvarenga e Moraes Paiva e pela Liga Aérea Brasileira. Este projeto propunha a criação do Museu de Aeronáutica, além de uma série de atividades relacionadas à aviação, como provas de velocidade, permanência no ar, distância e altura, auxílio financeiro para a manutenção de uma escola de aviação, entre outros pontos.

Antes de continuar a descrever cada iniciativa para organizar um museu sobre a aviação brasileira, é importante mencionar a criação da Força Aérea Brasileira (FAB), em janeiro de 1941. Até a sua criação, todos os empreendimentos eram isolados.

Assim, a quarta tentativa foi uma ação promovida pela FAB, por meio da publicação da portaria n. 237, de 1943. O ministro da Aeronáutica Joaquim Pedro Salgado Filho (1941-1945) designou José Garcia de Souza para reunir todo o material da Escola de Aeronáutica para fazer parte do acervo do futuro Museu da Aeronáutica (Brasil, 1943). Buscou-se entender quais foram os motivos que levaram Salgado Filho a indicar Garcia de Souza para cargo de tamanha responsabilidade. Para isso, foi elaborada uma breve biografia.

José Garcia de Souza (1907-1985) foi aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, tirou brevê de aviador pelo Aero Clube do Brasil, em abril de 1935, e graduou-se piloto civil – classe B (comandante) pela Rangsdorf Flieger Schulle, na Alemanha, em novembro de 1936. Foi um dos conselheiros da Companhia Nacional de Navegação Costeira (1891-1942),

pertencente a Henrique Lage (1881-1941), durante o período de 1935 até 1942. Participou do Congresso Aeronáutico de Birmingham (1939), cidade localizada no estado do Alabama (EUA), representando o Aero Club do Brasil, em defesa de Santos Dumont, por ter sido ele a realizar o voo do “mais pesado que o ar”. Era membro titular do Institute of Aeronautical Sciences e da Aviation Writers Association, tendo sido consultor das revistas: *Aero Digest*, *Pilot*, *Revista Aérea e Avião para a América do Sul* e *Aeronautical Digest Publishing*. Publicou livros sobre a Aeronáutica, dos quais destacamos os títulos: *A aviação civil* (1938), *Evolução da Aeronáutica no Brasil* (1945), *Epopéia do Correio Aéreo* (1947) e *A famosa controvérsia Irmãos Wright-Santos Dumont* (1948).

Pelas atividades exercidas por Garcia de Souza lhe concederam o título do primeiro historiador da Aeronáutica brasileira. Somado a todas essas características e produções, os periódicos da década de 1940 retratam, por meio de notas, reuniões entre Garcia de Souza e Joaquim Pedro Salgado Filho, o que caracterizou uma aproximação pessoal entre os dois. Todas essas questões devem ter contribuído para sua escolha como o responsável por reunir material para formar o acervo do futuro Museu de Aeronáutica.

O próprio Garcia de Souza relata como executou o trabalho de reunir os documentos que fariam parte do futuro acervo do museu:

Não há dúvida. Estou, mesmo, certo de que a maioria dela está comigo, hoje, a custa do trabalho insano de ir, de porta em porta, durante anos consecutivos, pedindo [que] me fornecessem documentos velhos, me cedessem velhas fotografias, me informassem de tudo quanto se passara naquelas épocas. Cheguei, mesmo, a conseguir, num esforço feliz, o depoimento de quase todos quantos atuaram no período heroico da nossa aviação [...]. E tudo o que me foi dado reunir graças à boa vontade de tantos, com a mesma boa vontade entrego ao MUSEU DE AERONÁUTICA (Souza, 1945, p. XXXI).

A afirmação “tudo o que me foi dado reunir” remete ao conceito de coleção: “A coleção constitui-se como uma obra do colecionador e é de sua responsabilidade a reunião do conjunto desses documentos, que seguem os critérios determinados por suas escolhas” (Oliveira, 2012, p. 32). Isso nos permite compreender que o que se realizava era a organização de uma coleção, que viria a ser doada ao futuro Museu de Aeronáutica, mas que, imediatamente, seria útil para sustentar uma possível escrita de uma história da Aeronáutica. Sobre esse aspecto, Garcia de Souza insinuou que seus estudos na Aeronáutica o levaram a

empreender diversos trabalhos, alguns já publicados, outros no prelo e outros, ainda, em preparação. Todos eles são originais no Brasil, e por isso tive grande dificuldade em fazê-los. Pouco se encontrava sobre o assunto. Assim, para facilitar, a todos os que me sucederem, foi-me forçoso ir, pessoalmente, colher os testemunhos de todos aqueles que ainda existem. Fui, de porta em porta, pedindo a todos me auxiliassem, pois eu

desejava, tão somente, reunir dados fidedignos para que, de futuro, ao se compor a HISTÓRIA DA AERONÁUTICA BRASILEIRA, possamos fazê-lo completa, verídica e honestamente (Souza, 1945, p. II).

Portanto, ao ser eleito por Salgado Filho, Garcia de Souza uniu ao que já praticava para o seu trabalho de historiador a função de colecionador de documentos que tratassem da Aeronáutica. Ao assumir a responsabilidade de ser o organizador do acervo do futuro Museu de Aeronáutica, Garcia de Souza realizou uma ação para incentivar que outras pessoas participassem dessa tarefa. A ideia foi promover a Primeira Exposição de Aeronáutica, caracterizada como a quinta tentativa de criação do museu. Para esta empreitada, solicitou a participação de aviadores e de seus familiares com “notas, fotografias, objetos” (Museu de Aeronáutica, 1944, p. 56), tudo o que pudesse participar da exposição.

Como resultado dessa “campanha”, foram registradas as doações nos periódicos da época. Foi realizada uma pesquisa no site da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, em periódicos selecionados, publicados no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1940 até 1980, com as palavras-chave “museu da aeronáutica” e “museu aeroespacial”. Os jornais escolhidos foram os que apresentaram maior número de ocorrências e a escolha desse período teve por objetivo colher informações sobre o que era publicado acerca das doações que eram realizadas ao museu, desde o momento da publicação da portaria n. 237 da FAB até o ano de sua inauguração, em 1976. A escolha das palavras-chave se justifica pela maneira que o museu foi intitulado até 11 de outubro de 1972, Museu de Aeronáutica, e posteriormente, por meio do aviso n. R-050/GM3, de 12 de setembro de 1973, quando passou a ser denominado Museu Aeroespacial.

**Quadro 2** – Periódicos utilizados na pesquisa sobre a relevância do Museu Aeroespacial ao longo de 40 anos

Período	Periódico	Ocorrências	Palavra-chave
1940-1949	O Jornal	20	Museu da Aeronáutica
1950-1959	Correio da Manhã	40	Museu da Aeronáutica
1960-1969	Correio da Manhã	16	Museu da Aeronáutica
1970-1979	Jornal do Brasil	26	Museu da Aeronáutica
1970-1979	Jornal do Brasil	20	Museu Aeroespacial

Fonte: elaboração própria.

A leitura dessas 122 reportagens evidenciou alguns aspectos interessantes e serão apresentados aqui cinco deles. O primeiro é a maneira como o acervo foi sendo formado. Algumas doações foram declaradas no jornal, o que demonstrou um interesse em publicar a participação dos doadores e incentivar outras doações. Notou-se que, em sua maioria,

eram doados itens avulsos sobre diversos assuntos, podendo ser documentos de biblioteca, de museu ou de arquivo.

O segundo aspecto observado foi a proximidade que José Garcia de Souza tinha com Salgado Filho. Foram relatados, nos periódicos, inúmeros encontros entre os dois para tratar da organização do museu. O terceiro, foi o fato de Garcia de Souza ser sempre indicado como o diretor do Museu de Aeronáutica, sem nunca tê-lo sido oficialmente. O quarto diz respeito à publicação pelos periódicos de imagens de documentos que pertenceriam ao futuro acervo do museu, apesar deste ainda não existir. As reportagens dos periódicos declaravam que se tratava de um empréstimo do Museu de Aeronáutica para a elaboração das matérias. O quinto aspecto observado foi a criação de um Museu de Aeronáutica, em 1960, pela Fundação Santos Dumont, no parque Ibirapuera,<sup>3</sup> em São Paulo.

No ano de 1944 aconteceram duas ações interessantes. A primeira foi a instalação, provisória, do acervo do futuro Museu de Aeronáutica em um salão do Jockey Clube Brasileiro (Salgado; Corrêa, 2007, p. 199). O próprio Garcia de Souza afirmou que estava trabalhando com o acervo do Museu de Aeronáutica no Jockey Clube: “A Diretoria do Jockey Clube Brasileiro, em cuja sede foi gentilmente posta a minha disposição uma ampla sala onde pude, livremente, trabalhar e guardar os primeiros materiais do Museu da Aeronáutica” (Souza, 1945, p. XXXIX).

A segunda ação foi a inauguração, em novembro daquele mesmo ano, da I Exposição da Aeronáutica, organizada por José Garcia de Souza, no edifício do Ministério da Educação da antiga capital federal, como mencionado anteriormente.

Retomando as tentativas de criação do Museu Aeroespacial, a sexta foi a publicação, nos *Anais do Museu Histórico*, volume V, que “a pedido do ministro da Aeronáutica, a Diretoria do Museu Histórico organizou um projeto de organização e regulamentação do Museu da Aeronáutica” (Museu da Aeronáutica, 1944, p. 190).

A sétima tentativa, ocorrida em 1951, foi o envio do projeto n. 1.323 ao Congresso Nacional, que também não saiu do papel. No ano seguinte, ocorreu a oitava. A portaria n. 235 da FAB determinou que José Garcia de Souza retomasse os trabalhos que lhe foram atribuídos pela portaria n. 237, de 1943. Assim, a portaria n. 235 determinava

atribuir ao museu a finalidade de recolher, classificar, conservar, ordenar e expor objetos, relíquias, mapas e documentos de valor histórico, artístico e técnico relativos à história da Aeronáutica, suas grandes individualidades e acontecimentos notáveis (Brasil, 1952).

Em 1959, o Congresso Nacional recebeu mais um projeto, o de n. 1.213. Assim como os dois anteriores, este não foi adiante. Todos os três projetos apresentados ora para a Câmara dos Deputados, ora para o Congresso Nacional, eram muito parecidos e tinham objetivos bem próximos, que foram alterados ao longo dos anos devido à evolução da aviação.

---

3 Museus de Aeronáutica no Brasil. Disponível em: <<http://arquitetacaroline.blogspot.com.br/2015/08/museus-de-aeronautica-no-brasil.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

No ano de 1967, o Museu da Escola de Aeronáutica passou a funcionar no Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Sulacap: “o espaço destinado à exposição era formado por três salas e o acervo foi garimpado no próprio Campo dos Afonsos” (Dias, 2017, p. 67). O organizador deste museu foi o então capitão-aviador Napoleão Antônio Muños de Freitas, que foi substituído pelo, na época, tenente Ivan Dias Fernandes. Este foi empossado, em 1972, como o primeiro presidente da Comissão Organizadora do Museu Aeroespacial. Por essa relação, acredita-se que o Museu da Escola de Aeronáutica possa ter contribuído para a formação do acervo do futuro Museu Aeroespacial.

A Comissão Organizadora do Museu Aeroespacial teve dois militares a sua frente, o capitão Ivan Dias Fernandes,<sup>4</sup> sucedido pelo major Dhermeval Fontes Matos (Brasil, 1973). Aqui cabe uma observação. O cargo de chefe da comissão ocupado pelo capitão Ivan Dias foi passado a ele pelo coronel Napoleão (Brasil, 1968), mencionado anteriormente. O que gostaríamos de elucidar é que, como foi sugerido tanto pelo coronel Napoleão (Dias, 2017) quanto pelo major-brigadeiro Doorgal Borges (Pereira, 2015), aparentemente existiam dois museus: um que funcionava junto à antiga Escola de Aeronáutica e foi transferido para Pirassununga quando da transferência da escola e outro que permaneceu nos Afonsos. De acordo com entrevista realizada com o coronel Napoleão, alguns itens que hoje se encontram no Museu Aeroespacial faziam parte do Museu da Escola da Aeronáutica. Da mesma forma que hoje o Musal possui acervo que foi transferido do Museu da Academia da Força Aérea (AFA) para o Museu Aeroespacial.

Ao final da direção do major Dhermeval, foi criado o Núcleo do Museu Aeroespacial, por meio do decreto n. 72.553, de 31 de julho de 1973. De acordo com o artigo 4º, parágrafo único, competia ao núcleo “prover, dentro do prazo fixado pelo ministro da Aeronáutica, as medidas indispensáveis para a ativação do Museu Aeroespacial”. Foi nomeado para o cargo de diretor do núcleo o major João Maria Monteiro, que viria a ser, posteriormente, o primeiro diretor do museu.

### Quadro 3 – Cronologia da organização do Museu Aeroespacial, entre 1972 e 1973, no âmbito da FAB

Período	Organização e responsável
Ago. 1972 a jan. 1973	Comissão Organizadora do Musal - capitão Ivan Dias Fernandes
Jan. 1973 a jul. 1973	Comissão Organizadora do Musal - major Dhermeval Fontes Matos
Jul. 1973	Núcleo do Museu Aeroespacial - major João Maria Monteiro

Fonte: Dias, 2017, p. 68.

4 O capitão Ivan Dias Fernandes permaneceu no cargo no período de 28 de agosto de 1972 até 31 de janeiro de 1973 (Brasil, 1972).

A pesquisa de contextualização da formação do acervo do Musal ocorreu com o objetivo de compreender a função dos conjuntos documentais que se encontravam no Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial (AHMA). O contexto de criação do Museu Aeroespacial possibilitou entender o seu Arquivo Histórico. Segundo Thomassem,

o contexto arquivístico são todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contextos de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico (Thomassem, 2006, p. 10).

Já os contextos sociopolítico, cultural e econômico foram os fatores principais deste trabalho. Por meio deles foi possível entender as seguintes questões: qual o objetivo de se ter um museu da Aeronáutica; como a proposta de uma escrita de história tradicional impactou nas escolhas dos documentos que passaram a compor coleções para o acervo desta instituição; o que as relações pessoais e políticas dos envolvidos na organização refletiram ou não na organização deste museu; e entender a ligação entre a Força Aérea Brasileira e o Museu Aeroespacial. Ao final deste estudo, os conjuntos documentais do acervo do arquivo histórico começaram a ser mais bem compreendidos e foi possível entender a razão deles estarem ali.

Como relatado, as iniciativas para criar o Musal foram inúmeras. A formação do acervo atravessou todos esses processos e sempre teve como “curador” José Garcia de Souza, apesar de nunca o terem reconhecido como tal. Ele foi o responsável por constituir uma grande coleção que tratou dos mais variados assuntos sobre a aviação. Nesse sentido, os documentos coletados antecederam a criação da FAB e tratavam de outros aspectos da aviação, o que inicialmente parecia ser contraditório, por se tratar de um museu militar. Afinal, o acervo formado pelas coleções estava relacionado à missão do Musal, o que permitiu adquirir coleções/arquivos que não fossem estritamente militares.

Com a inauguração do Musal, uma produção documental distinta da coleção José Garcia de Souza passou a ser produzida. Uma documentação que registrava as ações e funções do museu, diferente dos documentos colecionados. O papel do AHMA, durante mais de quarenta anos, foi receber os documentos oriundos de coleções e a documentação institucional do Musal e de outras organizações militares. O tratamento dado a esse acervo é o que será apresentado na próxima seção.

## **OS CONJUNTOS DOCUMENTAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO**

A criação do Musal ocorreu em 31 de junho de 1973 e suas portas foram abertas ao público em 18 de outubro de 1976. A diferença de tempo entre a criação e a inauguração deveu-se a obras realizadas nos hangares que eram ocupados pela Escola de Aviação no

Campo dos Afonsos e que se tornariam os edifícios do museu. Até os dias de hoje, o Musal teve seis diretores, esteve subordinado a quatro organizações militares da FAB, publicou quatro regulamentos e dois regimentos.

Atualmente, o Arquivo Histórico é uma sessão com chefia independente, subordinado à Divisão de Museologia. Mas nem sempre foi assim. Até 1987, o arquivo pertencia à Divisão de Documentação, juntamente com a Biblioteca e o Arquivo Fotográfico. A partir daquele ano, com a publicação do terceiro regulamento (Brasil, 1987), a Divisão de Documentação deixou de existir e suas seções foram absorvidas pela Divisão de Museologia. Ao relacionar as finalidades das divisões as quais o arquivo pertenceu, observou-se que, até a publicação do quarto regulamento no ano de 2005, as atividades do Arquivo Histórico estavam relacionadas à “manutenção de listagens e catalogação atualizadas de seu acervo específico” (Brasil, 1982).

O regulamento de 2005 alterou as competências do Arquivo Histórico com o objetivo de se aproximar mais da arquivologia. Entretanto, não ficou claro o que deveria ser realizado.

Nota-se que algumas alterações apenas apontam as atividades sem defini-las: desenvolver e executar projetos arquivísticos; pesquisar e aperfeiçoar as técnicas e procedimentos de arquivo; e pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos. Outras não se executam em arquivos históricos, como assessorar quanto a critérios de avaliação e seleção e orientar e dirigir as atividades de identificação das espécies documentais. Em relação às competências de como guardar e preservar o acervo; conservação preventiva; o intercâmbio entre as unidades de informação; e instrumentos de pesquisa elaborados são as mais pertinentes. O que parece é que o Arquivo Histórico iniciou um processo de independência da museologia, mas ainda sem saber direito como executar as suas ações (Dias, 2017, p. 92-93).

As análises feitas com os regimentos e regulamentos que o Musal aprovou permitem observar como foi realizado o tratamento arquivístico dos documentos. Antes disso, é necessário mencionar que, com a criação do Musal, toda uma documentação administrativa e institucional, diferente da colecionada para compor o acervo, tinha começado a ser produzida. A Secretaria Geral é a subseção responsável pelo trâmite e arquivamento da documentação institucional do Museu Aeroespacial. Os documentos estão organizados por ano e por espécie, mas sem considerar nenhuma classificação e avaliação.<sup>5</sup> A organização militar responsável por receber os documentos das atividades meio, das fases intermediária e permanente, do Musal e de todas as outras organizações militares da FAB, é o Centro de Documentação da Aeronáutica (Cendoc). Os documentos das atividades fim do Musal não possuem plano de classificação. O que existe é o plano de classificação da atividade fim do Ministério da Defesa, mas que não abarcou as funções do Museu Aeroespacial. Para cada

---

5 Em 2016 iniciou-se um trabalho de classificação com a documentação administrativa e institucional.

organização militar é criada uma Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos da Aeronáutica (Spadaer), que tem como objetivo classificar e avaliar os documentos acumulados e produzidos. No Musal, o trabalho foi iniciado pela e na Secretaria Geral.

Por mais que esteja claro que a documentação institucional tenha que ser de responsabilidade do Cendoc e a documentação das coleções pertencer ao Arquivo Histórico, nem sempre foi assim. Foram localizados conjuntos documentais administrativos do Musal e de outras organizações militares da FAB no Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. Além disso, o tratamento dado a essa documentação teve características predominantes da museologia. Todo documento que era entregue ao AHMA “perdia” a sua proveniência e era classificado de acordo com o assunto e o gênero documental. Para recuperar a proveniência e reorganizar os conjuntos documentais, foi preciso iniciar um trabalho item a item. Foram localizados dois livros de protocolo com o registro das entradas dos itens documentais no AHMA, que abrangiam o período de julho de 1987 até novembro de 2006. Com esses livros em mãos, cada documento passava por uma “revista” com o objetivo de localizar possível identificação que o ligasse ao livro de protocolo. Localizado o número de protocolo do documento, também eram identificados os outros itens que formavam o conjunto e chegaram juntos ao AHMA. Como o livro de protocolo era exclusivamente sobre as doações e transferências realizadas para o Arquivo Histórico, não era possível saber se o conjunto documental era formado por itens bibliográficos ou museológicos. Como exemplo desse trabalho, temos o conjunto documental Lima Mendes (piloto do I Grupo de Aviação de Caça), em que foram localizadas e identificadas as seguintes fotografias com os protocolos

944, 945, 948, 949, 950, 951, 952 e 955, doadas no ano de 1989. Com esses dados, o livro de protocolo foi consultado e concluiu-se que esse conjunto foi doado pela Família Lima Mendes e forma ou um arquivo pessoal ou uma coleção. Ele é composto por 24 itens, 13 foram localizados inicialmente, faltando sete diplomas e quatro fotografias (Dias, 2017, p. 96).

Como os livros de protocolo não abrangem todos os anos de existência do Musal, não se tem o registro de todos os documentos doados ou transferidos para o AHMA. Ao lado disso, como a transferência interna entre as organizações militares era recorrente, foram localizados muitos itens que têm como procedência outras organizações militares. À medida que os documentos foram sendo identificados, uma prévia dos conjuntos documentais que ali se encontravam foi sendo construída. Foi possível identificar, inicialmente, quatro conjuntos distintos de documentos: a documentação institucional do Musal, a documentação institucional de outras organizações militares, arquivos pessoais e itens avulsos. Dúvidas de como tratar esta massa documental acumulada surgiram. Para respondê-las, uma pesquisa bibliográfica sobre o tema foi elaborada e será apresentada na próxima sessão.

## ARQUIVOS DE MUSEUS E ARQUIVOS EM MUSEU: UMA DIFERENÇA CONCEITUAL

Antes de se iniciar a pesquisa bibliográfica, foi essencial identificar o que buscar na teoria para responder as dúvidas sobre tratamento arquivístico. O ponto chave foi identificar que existiam dois conjuntos distintos de documentos: os produzidos pelo museu e os colecionados para comporem o acervo do mesmo. A partir desse ponto de partida, buscaram-se textos que tratassem de arquivos *de* museus e arquivos *em* museus. Serão apresentados, primeiramente, a produção internacional, Deiss (1984), Carlin (1999), Wythe (2004) e Brunskill e Demb (2012) e, posteriormente, a produção nacional, Mello (1997), Tessitore (2002), Silva (2008; 2013) e Hannesch (2013).

Os estudos sobre os arquivos *de* museus e arquivos *em* museus tiveram início em 1979, com a realização da Conferência de Belmont (EUA). Esta conferência teve como proposta avaliar a vantagem de se ter um programa de arquivos nos museus. Em 1986, foi publicado o manual *Museum archives: an introduction*, de William A. Deiss, que tinha como proposta “encorajar os museus a preservar seus valiosos registros históricos e oferecer diretrizes para a criação dos arquivos dos museus” (Deiss, 1984, p. 7, tradução nossa).

Segundo Deiss (1984), um programa de arquivos é essencial para organizar os documentos produzidos pelos museus. Os arquivos *de* museus servem para ajudar nas decisões administrativas, preservam a documentação das coleções, além de fazerem propaganda sobre a própria instituição. Para iniciar um programa de arquivos é necessário cumprir seis pontos: ter um arquivista; o arquivo estar subordinado diretamente à direção do museu; determinar que os documentos produzidos pelo museu devam permanecer no mesmo; organizar uma comissão para aprovar decisões, estudar a história e a estrutura administrativa da instituição; realizar um levantamento sobre os registros produzidos e estabelecer prioridades. Deiss (1984) também apontou quais seriam os procedimentos básicos a serem executados em museus: levantamento de registros, avaliação, adesão, arranjo e descrição, referência e acesso, gestão de documentos, necessidades de equipamentos e espaços, conservação e suprimentos, história oral, coleções de manuscritos e programas de extensão.

Em 1999, Carlin enumerou os tipos de registros documentais produzidos pelos museus: “museus cuidam de documentos que fazem parte de suas coleções, incluindo fotografias, mapas e registros audiovisuais. Eles mantêm arquivos de material sobre suas coleções. E os museus gerenciam seus próprios registros como arquivo institucional” (Carlin, 1999, p. 49, tradução nossa). Os dois autores, Deiss (1984) e Carlin (1999), apontaram para dois tipos de arquivos presentes em museus: os produzidos pela instituição museológica e os colecionados pela mesma instituição para comporem seus acervos.

Em 2004, o manual *Museum archives: an introduction* foi relançado por Deborah Wythe, que reorganizou a publicação. Um dos pontos interessantes da nova edição foi a apresentação de duas funções dos arquivos dos museus: *curatorial function*, relacionada às atividades fim do museu, e a *administrative function*, referente às atividades meio. Wythe enumerou as principais atividades que geram documentos nos museus: gestão adminis-

trativa e executiva; coleções, curadoria, registro e catalogação; conservação, programas e projetos, desenvolvimento, divulgação e administração, conjunto arquitetônico e coleções especiais (Wythe, 2004, p. 19).

No ano de 1989, surgiu o Standing Conference on Archives in Museums (Scam), uma organização britânica, formada pelos Museums Association, Society of Archivists e Association for Independent Museums. No ano seguinte, o Scam publicou o *Code of practice on archives for museums and galleries*, que consistia em conselhos sobre gestão de arquivos das instituições museológicas. Este código apresentou sete pontos-chave explicativos: o que são os arquivos?; arquivos nos museus; aquisição de arquivos para instituições museológicas; administração; acesso público; avaliação e cooperação profissional. O ponto-chave arquivos nos museus indicou quais arquivos são encontrados em museus e os dividiu em quatro categorias:

1. registros e documentos adquiridos para as coleções do museu por presente, compra ou empréstimo, independentemente do seu formato ou suporte;
2. quaisquer registros depositados no museu por autoridade estatutária;
3. material documental associado às coleções do museu;
4. registros administrativos do museu, ficheiros etc., que ilustram a sua história e atividades da instituição (Scam, 2002, tradução nossa).

Além deste código, foram produzidas cinco publicações avulsas com o objetivo de serem guias sobre alguns aspectos que os museus devem considerar. As publicações apresentavam as seguintes temáticas: *collections policy and management*, *archival listing and arrangement*, *archive preservation and conservation*, *access to archives*, *managing a museum's administrative records*.

Em 2012 foi publicado o *Records management for museum and galleries: an introduction*, por Brunskill e Demb. Esta publicação tratou mais especificamente de gestão de documentos no contexto de ambiente de museus e apresentou as funções que geram os documentos das instituições museológicas: "*collection management records; general business, operational or administrative records; institutional archive; special collections; the object collection*" (Brunskill, 2012, p. 27-28). Também definiu o que é o arquivo institucional, as coleções especiais e a coleção de objetos. O arquivo institucional se diferencia das coleções especiais e da coleção de objetos pelo criador/produtor do arquivo ou coleção e pelo contexto do registro, e não pela fonte de aquisição.

Estudados os autores internacionais, foi possível elaborar um quadro que sintetizasse as funções dos arquivos:

#### Quadro 4 – Funções dos arquivos nos museus, na perspectiva internacional

Autores	Brunskill e Demb (2012)	Wythe (2004)	Carlin (1999)
Arquivo institucional / função administrativa	Collection management records  General business, operational or administrative records  Institutional archive	Governance and executive administration collections  Other curatorial activities  Registrar  Conservation  Programs and projects  Development, outreach, and administration  Museum Building	Museums manage their own records as institutions  They maintain archives of material about their collections
Coleções / função aquisitiva	Special collections  The object collections	Special collections	They care for records that are part of their collections, including photographs, maps and audio-visual records

Fonte: Dias, 2017, p. 37.

No cenário nacional, a produção sobre o tema arquivos *em* museus e arquivos *de* museus começou com iniciativas isoladas e espaçadas. Para este artigo, será apresentada uma parcela da revisão de literatura do âmbito nacional. O primeiro registro foi o do Arquivo Histórico de Arte Contemporânea do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), em 1954, composto por documentos sobre as bienais de São Paulo. Passados 28 anos, em 1987, Amaral (2006) publicou um artigo intitulado “Arquivo e documentação nas áreas de arte”, com a proposta de apontar quais eram as atividades desenvolvidas por um arquivo de museu de arte.

Após sete anos, em 1994, Tessitore proferiu uma conferência que posteriormente foi publicada no ano de 2002. Esta autora apresentou duas alterações no tratamento dos arquivos dos museus: “tomar por arquivo da instituição o que seria parte de seu acervo” e “tratar [...] o arquivo do centro ou museu como coleção” (Tessitore, 2002, p. 7).

Em 1997, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) lançou a publicação institucional *O arquivo histórico e institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Na apresentação, esta obra define as competências do arquivo da instituição:

abrigar duas importantes linhas de acervo completamente distintas: a institucional, constituída de 200 metros lineares de documentos técnicos e administrativos da FCRB, e a denominada histórica, constituída dos papéis privados de Rui Barbosa, de outros homens públicos ilustres, seus contemporâneos, e de familiares (Mello, 1997, p. 9).

Outra publicação que confirmou a diferença entre arquivo institucional, documentos técnicos e administrativos e conjuntos documentais formados por arquivos e coleções que estão de acordo com a missão da instituição a que pertencem, foi o *Mast colloquia*, volume 10, com a temática Documentação em museus. Silva (2008) e Bandeira (2008), separadamente, publicaram artigos que refletiam as realidades do Museu de Astronomia e do Museu Histórico Nacional. Ambas ratificavam as duas funções dos arquivos de instituições museológicas. Segundo Silva (2008, p. 66), “os arquivos de instituições museológicas, em geral, possuem essa dupla função: recolher e colecionar”. A primeira função está relacionada ao arquivo institucional e a segunda refere-se à atividade de compra, doação, transferência ou comodato de conjuntos documentais que estejam de acordo com a missão do museu.

Em 2009, foi organizado o primeiro evento que tratou dos arquivos *de* museus, o I Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa (Siamp), que teve como objetivo “agregar, trocar e disseminar experiências e metodologias fundamentais para essas atividades” (Bevilacqua, 2010, p. 167). O Siamp ocorre a cada dois anos e já foram realizadas quatro edições com as temáticas voltadas para museus de arte; tecnologia, informação e acesso; humanidades e interfaces digitais e a formação interdisciplinar do documentalista e do conservador. Destacamos o artigo apresentado por Smit no I Siamp, no qual foi apresentada a definição de arquivos *de* museus: “o arquivo de museu tem de ser o lugar em que os documentos permanecem contextualizados dentro da finalidade do museu (atividade expositiva)” (Smit, 2010, p. 88-89). Outro aspecto interessante abordado na primeira edição do seminário foi o contexto arquivístico descrito no artigo de Wythe (2010). De acordo com a autora, para compreender como os documentos chegam ao arquivo é preciso estudar o contexto em que são produzidos. Os contextos dos arquivos institucionais se referem à criação de documentos para executar as funções do museu; e os das coleções especiais estão relacionados à missão dos museus.

Silva (2013) publicou o texto “Arquivos de museus: características e funções”. Essa mesma autora já havia publicado, em 2008, o artigo “Arquivos históricos de museus: o arquivo de história da ciência do Mast”. Segundo Dias,

Silva (2013) relacionou a função de recolher com a do arquivo institucional do museu, ou seja, pelas atividades administrativas ligadas às áreas meio. Por outro lado, sinalizou que os registros documentais da área finalística do museu, como a produção de pesquisa e o desenvolvimento de exposições, ou acabam ficando no esquecimento nos setores ou são descartados. Isso porque o plano de classificação e tabela de temporalidade da área meio não contemplam as atividades e especificidades da área finalística dos museus. Entretanto, se o arquivo institucional for organizado, ele será capaz de prover informações sobre o histórico das instituições e, conseqüentemente, ficará mais fácil entender o contexto de produção dos documentos arquivísticos e de proveniência das coleções adquiridas pelo arquivo (Dias, 2017, p. 47).

Hannesch (2013) explorou ainda mais as funções dos arquivos *de* museus e arquivos *em* museus.

[...] o conceito de arquivo de museus para o conjunto de documentos resultantes da produção e recolhimento de documentos oriundos das atividades realizadas pela própria instituição e que refletem as ações de aquisição ou coleta, pesquisa, exposição, administração, disseminação, capacitação realizadas para o funcionamento do museu. Do mesmo modo, estamos utilizando o conceito de arquivos em museus, relacionando-o aos arquivos ou fundos adquiridos pela instituição no âmbito de sua missão de formação de coleções e complementação de conjuntos documentais, que servirão de fonte de pesquisa, tendo como objetivo o cumprimento da missão institucional (Hannesch, 2013, p. 109).

Assim como foi realizado para as produções internacionais, também foi organizado um quadro síntese das produções nacionais.

#### Quadro 5 – Funções dos arquivos nos museus, na perspectiva nacional

<b>Autores</b>	<b>Mello (1997)</b>	<b>Tessitore (2002)</b>	<b>Silva (2013)</b>	<b>Hannesch (2013)</b>
Arquivos nos museus / funções	Linha institucional: documentos técnicos e administrativos da instituição	Arquivo institucional: “registrar o cumprimento de suas funções, a sua rotina de funcionamento”	Função de recolher: “recolher os documentos produzidos e acumulados no exercício de suas atividades”	Arquivo de museu: funções curatorial, gestão de acervos, comunicação e gestão institucional
	Linha histórica: arquivos e coleções que estão de acordo com a missão da instituição	Arquivo colecionador: aquisição de arquivos	Função de colecionar: aquisição de documentos arquivísticos	Arquivos em museus: função de aquisição

Fonte: Dias, 2017, p. 51.

Ao relacionarmos as produções nacionais com as internacionais, notamos que houve uma concordância sobre a existência de uma diferença de tratamento para os arquivos institucionais e as coleções especiais, constituídas por documentos para formar os acervos. Saber aplicar as diferentes formas de tratamento aos conjuntos documentais é fundamental para a manutenção dos mesmos e dos seus contextos arquivísticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi apresentar como o estudo do contexto de formação do Museu Aeroespacial permitiu entender porque determinados conjuntos documentais se encontravam no Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. Ao lado disso, a revisão de literatura sobre os arquivos formados pelos “coleccionadores de acervo” ou curadores aponta distinções em relação aos arquivos institucionais dos museus, destacando a necessidade de tratamentos diferenciados. Se por um lado a documentação institucional está incluída na gestão de documentos, por outro, os conjuntos de documentos oriundos das doações, transferências, compras ou comodatos que estão de acordo com a missão da instituição, não estão incluídos na gestão de documentos. Esta distinção é fundamental tanto no tratamento quanto na guarda e preservação desses documentos.

O estudo da documentação jurídica, organogramas, regimentos e regulamentos produzidos após a inauguração do Musal também foi importante para entender qual foi a proposta de tratamento dada aos conjuntos documentais que pertenciam ao AHMA. Substituir o tratamento arquivístico pelo museológico foi uma prática perpetuada por mais de quarenta anos da existência do Musal, o que autorizou a mistura dos arquivos e coleções. Entender esse cenário foi fundamental para iniciar um trabalho complexo de identificação documental item a item para saber quais conjuntos de documentos formam o AHMA. Para isso, a pesquisa bibliográfica foi essencial e é possível afirmar que o Arquivo Histórico possui características de um arquivo *em* museus. Assim, este trabalho se inscreve nas discussões atuais do campo da arquivologia, na medida em que tratou dos arquivos localizados em museus e instituições culturais.

## Referências

I CONGRESSO Nacional de Aeronáutica. *Asas*, ano III, n. 53, 16 abr.1934.

AMARAL, Aracy A. Arquivo e Documentação na Aérea das Artes. In.: *Textos dos Trópico de Capricórnio: artigos e ensaios (1980-2005)*. São Paulo: Ed. 34, 2006 p. 228-231.

BANDEIRA, Rosângela de Almeida Costa. O Arquivos Históricos do Museu Histórico Nacional. In: *Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Documentação em museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. P.67-78. (Coleção Mast-colloquia, v.10). Disponível em: <[http://www.mast.br/livros/mast\\_colloquia\\_10.pdf](http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2017.

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. Arquivos em museus: apontamentos a partir da experiência do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEUS E PESQUISA, 1., 9-10 nov. 2009, São Paulo. MAGALHÃES, Ana Gonçalves (org.). *Anais...* São Paulo: MAC USP, 2010.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria n. 15/GC3, de 7 de janeiro de 2005. Aprova o Regimento Interno do Museu Aeroespacial, RICA 21-89.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 72.553, de 31 de julho de 1973. Criação do Núcleo do Museu Aeroespacial.

- \_\_\_\_\_. Decreto n. 86.833, de 12 de janeiro de 1982. Aprova o Regulamento do Museu Aeroespacial.
- \_\_\_\_\_. Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 1943. Seção I. Portaria n. 237, de 15 de dezembro de 1943.
- \_\_\_\_\_. Diário Oficial da União, 12 de agosto de 1952. Portaria n. 235, de 6 de agosto de 1952.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Aeronáutica. Academia da Força Aérea. Alterações capitão aviador Napoleão Antônio Muños de Freitas, 1º semestre de 1968.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Aeronáutica. Aviso n. R – 050/GM3, de 12 de setembro de 1972.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Aeronáutica. Portaria n. 360/GM3, de 30 de abril de 1987. Aprova o Regulamento do Museu Aeroespacial.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Aeronáutica. Portaria do Incaer n. 12/DIR, de 5 de junho de 1987. Aprova o Regimento Interno do Museu Aeroespacial.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2004*. Brasília: MinC/IPHAN/Demu, 2005. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/documents/10883/663683/relatorio\\_PDF\\_1117568314/71b7c847-d22c-4678-ac70-7f57ac63924e](http://www.cultura.gov.br/documents/10883/663683/relatorio_PDF_1117568314/71b7c847-d22c-4678-ac70-7f57ac63924e)>. Acesso em: 17 out. 2018.
- BRUNSKILL, Charlotte; DEMB, Sarah R. *Records Management for Museums and Galleries: an introduction*. Chandos Publishing, 2012.
- BRUNSKILL, Charlotte. The History of Record Keeping in the UK Museum and Gallery Sector. In: BRUNSKILL, Charlotte; DEMB, Sarah R. *Records Management for Museums and Galleries: an introduction*. Chandos Publishing, 2012. p. 1-34.
- CARLIN, John W. Your Past is Disappearing: what museums should know about the 20th century archives crisis. *Museum News*, Western Australian Museum, v. 78, n. 1, 1999.
- DEISS, William. *Museum archives*. Chicago: Society of American Archivists, 1984. Disponível em: <<http://www.archivists.org/catalog/museum-archives.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.
- DIAS, Fabiana Costa. *Museu Aeroespacial: na trilha do seu acervo*. Produto técnico-científico. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, 2017.
- HANNESCH, Ozana. *Patrimônio arquivístico em museus: reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em suporte papel*. 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), Rio de Janeiro, 2013.
- MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf de. *O arquivo histórico e institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.
- MUSEU da Aeronáutica. *Anais do Museu Histórico*. Rio de Janeiro, v. 5, 1944. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional\Volume%20V%20-%201944&pesq=>>>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- MUSEU de Aeronáutica. *Asas*. Rio de Janeiro, set./out. 1994, p. 56.
- MUSEUS de Aeronáutica no Brasil. Disponível em: <<http://arquitetacaroline.blogspot.com.br/2015/08/museus-de-aeronautica-no-brasil.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- O RADICAL. Rio de Janeiro, 1 out. 1933, p. 2.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PEREIRA, Lúgia Maria Leite. O último pioneiro do ar: o voo do brigadeiro Doorgal. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

QUESTIONÁRIO Cadastro Nacional de Museus. Iphan, 2005 Disponível em:<[http://portal.iphan.gov.br/files/questionario\\_cadastro\\_nacional\\_de\\_museus.doc](http://portal.iphan.gov.br/files/questionario_cadastro_nacional_de_museus.doc)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SALGADO, Maisa; CORRÊA, Edison. *Salgado Filho: primeiro ministro da Aeronáutica*. Rio de Janeiro: Adler, 2007.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos históricos de museus: o arquivo de história da ciência do Mast. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: Mast, 2008. p. 59-66. (Coleção Mast-colloquia, v. 10). Disponível em:<[http://www.mast.br/livros/mast\\_colloquia\\_10.pdf](http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Arquivos de museus: características e funções. *Revista de Museologia e Interdisciplinaridade*, v. II, n. 4, p. 35-47, maio/jun. 2013.

SMIT, Johanna Wilhermina. O arquivo de museu e a informação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEU E PESQUISA, 1., 2010. São Paulo: MAC USP, 2010, p. 84-100.

SOUZA, José Garcia. *Evolução da Aeronáutica no Brasil*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ouvidor S. A., 1945.

STANDING CONFERENCE ON ARCHIVES IN MUSEUMS (Scam). 2002. Disponível em: <<http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

TESSITORE, Viviane. *Os arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

WYTHE, Deborah (org.). The Museum Context. In: WYTHE, Deborah. *Museum archives: an introduction*. Chicago: Society of American Archivists, 2004. Museum archives section. p. 9-19.

\_\_\_\_\_. Reinstrumentalização dos arquivos de museus para o século XXI: novas coleções, novos públicos, novas parcerias, novas tecnologias. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEU E PESQUISA, 1., 2010. São Paulo: MAC USP, 2010, p. 28-58.

---

Recebido em 30/6/2018

Aprovado em 28/11/2018

**GESTÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL DE TIPO ARQUIVÍSTICO**  
**FACTICIDADE, VALIDADE E O PAPEL DO SISTEMA DE PRIORIDADES AXIOLÓGICAS**  
**MANAGEMENT AND ACCESS TO ARCHIVAL GOVERNMENT INFORMATION**  
**FACTICITY, VALIDITY AND THE ROLE OF THE SYSTEM OF AXIOLOGICAL PRIORITIES**

**EMÍLIA BARROSO CRUZ** | Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict/UFRJ) e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | ebarroso.cruz@gmail.com

**RESUMO**

O artigo propõe uma abordagem teórica sobre a política de gestão e acesso à informação governamental de tipo arquivístico, focada na motivação para o cumprimento da legislação pertinente. A abordagem tem como marcos teóricos a teoria do Agir Comunicativo, de Jürgen Habermas, e a teoria dos valores, de Shalom Schwartz.

*Palavras-chave: informação governamental; gestão de documentos; acesso à informação governamental; legislação de arquivos.*

**ABSTRACT**

The article proposes a theoretical approach on the management and access policy to governmental information of an archival type, focused on the motivation for compliance with the pertinent legislation. The approach has as theoretical frameworks from the theory of Communicative Action, by Jürgen Habermas, and the Shalom Schwartz's theory of values.

*Keywords: government information; records management; government information access; archives legislation.*

**RESUMEN**

El artículo propone un enfoque teórico sobre la política de gestión y acceso a la información gubernamental de tipo archivístico, enfocada en la motivación para el cumplimiento de la legislación pertinente. El enfoque tiene como marcos teóricos la teoría del Agir Comunicativo, de Jürgen Habermas, y la teoría de los valores, de Shalom Schwartz.

*Palabras clave: información gubernamental; gestión de documentos; acceso a la información gubernamental; legislación de archivos.*

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho, considerando-se as características da política de gestão e acesso à informação governamental de tipo arquivístico em processo de implementação no Brasil, buscamos desenvolver uma abordagem teórica que dê conta de uma realidade em que as normas jurídicas, ainda que positivadas em forma de legislação, não sejam cumpridas como o esperado.

Para tanto, recuperamos os conceitos de informação na ciência da informação, informação governamental, e propomos a noção de informação governamental de tipo arquivístico, que possui características específicas, das quais trataremos a seguir.

Passamos, logo depois, para o conjunto de normas positivadas que garantem o direito de acesso e a gestão da informação governamental de tipo arquivístico, procurando verificar a extensão das políticas públicas no âmbito da administração pública do Poder Executivo federal. E, a partir dos procedimentos da gestão de documentos e seus resultados esperados, buscamos demonstrar a amplitude da implementação destas políticas.

Tendo em vista a legislação positivada e a extensão de seu cumprimento, procuramos investigar esse fenômeno valendo-nos do instrumental da filosofia aplicada ao direito, que pode explicar como uma lei é produzida e o que faz com que seja cumprida ou não. Nessa análise, adotamos as ideias de Jürgen Habermas, que defende que as normas jurídicas são uma forma de integração social, permitindo que diversos grupos, com necessidades e interesses diferentes, superem conflitos e convivam em relativa harmonia. Segundo Habermas, a norma legal deve ser legitimada e validada faticamente pela comunidade de direito em processos que examinaremos em detalhe.<sup>1</sup>

## A INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL DE TIPO ARQUIVÍSTICO

Segundo o *Oxford English dictionary*, o termo “informação” possui dois significados: 1) ato de moldar a mente; e 2) ato de comunicar conhecimento (apud Capurro; Hjörland, 2007, p. 155). Apesar dos significados estarem relacionados, é o segundo que mais nos interessa no contexto desta pesquisa. Segundo Capurro e Hjörland (2007, p. 156), muitas palavras gregas foram traduzidas por *informatio* ou *informo*, como *hypotyposis* (modelo moral) e *prolepsis* (representação), assim como *eidos*, *idea*, *typos* e *morphe*, conceitos-chave da ontologia e epistemologia gregas. Cícero (106-413 a.C.) utiliza o termo *informatio* para descrever a ação “ativa e posterior da mente” ligada ao auxílio da memória “para lembrar melhor uma situação passada através da representação pictórica de uma sentença (*sententiae informatio*)” (Capurro; Hjörland, 2007, p. 156).

Na transição da Idade Média para a Idade Moderna, o termo “informação” começou a ser utilizado no sentido de “comunicar alguma coisa a alguém” (Capurro; Hjörland, 2007, p.

---

1 Este artigo se restringe à abordagem teórica do problema. O detalhamento do método e os resultados da pesquisa se encontram em Cruz (2016, p. 128-174).

158), aproximando-se das noções sobre o conhecimento. Atualmente, praticamente todas as disciplinas científicas utilizam esse termo com um contexto e significado específico (Bogdan apud Capurro; Hjörland, 2007, p. 160). Machlup e Mansfield (apud Braman, 1989, p. 233), após identificarem mais de quarenta campos acadêmicos que lidam com a informação, manifestam sua frustração com as diferentes definições, cada uma atendendo aos propósitos do campo de conhecimento em questão. Para Capurro e Hjörland (2007, p. 173), na chamada sociedade da informação na qual vivemos, o conceito de informação é fundamental para o entendimento da realidade nas perspectivas da sociologia, da ciência política e da economia.

Na ciência da informação, vários pesquisadores<sup>2</sup> ocuparam-se do conceito. Segundo Belkin e Robertson (1976, p. 198), a ciência da informação lida com a informação no contexto da comunicação humana, abordando uma porção específica de todo o espectro. Para estes autores, informação é aquilo que é capaz de transformar a estrutura, composta por: 1) a estrutura da imagem que um organismo tem de si mesmo e do mundo; 2) a estrutura do próprio texto; e 3) a estrutura da imagem do remetente. Assim, os autores chegam à definição de informação para a ciência da informação: “a estrutura de qualquer texto, a qual é capaz de mudar a estrutura de imagem de um destinatário” (Belkin; Robertson, 1976, p. 201, tradução nossa). Sendo “texto” considerado, na ciência da informação, como uma coleção de sinais propositalmente estruturados por um remetente com a intenção de alterar a estrutura de imagem de um destinatário.

Brookes relaciona informação e conhecimento. Enquanto conhecimento é uma estrutura de conceitos ligados pelas relações existentes entre eles, a informação é uma pequena parte desta estrutura (Brookes, 1980, p. 131). Só são informação os dados carregados de sentido para o receptor, ou, como explicam Sperber e Wilson (apud Menou, 1995, p. 482), um fato se manifesta a uma pessoa se, naquele momento específico, esta pessoa consegue entender e aceitá-lo como verdadeiro ou possivelmente verdadeiro.

Menou (1995) caracteriza a informação de acordo com seus estados: 1) um produto, o qual abrange a informação como uma coisa, como um objeto, como um recurso e como um *commodity*; 2) aquilo que é feito em um canal, e inclui a própria extensão do canal onde é realizado (exemplo: informação eletrônica); e 3) o conteúdo.

Buckland, em seu artigo “Information as thing”, publicado em 1991, aborda a informação a partir da identificação, agrupamento e caracterização dos seus principais usos. Nesse sentido, estabelece três principais usos para o termo: 1) informação como processo: a comunicação de conhecimento ou os fatos ocorridos modifica o que o receptor conhece; 2) informação como conhecimento: conhecimento comunicado a respeito de um fato, evento ou assunto, informação que reduz incertezas; e 3) informação como coisa: dados e documentos que contêm informação registrada (Buckland, 1991, p. 351).

A informação como conhecimento é intangível, não pode ser tocada ou medida diretamente. Para ser transmitida deve ser representada em uma forma física, transformando-se,

---

<sup>2</sup> Belkin, 1978; Buckland, 1991; Menou, 1995; Zins, 2007, entre outros.

assim, informação em coisa. E é essa informação física (esteja ela registrada em papel, celulo-se ou em qualquer mídia ótica ou magnética, em palavras, imagens, imagens em movimento ou *bits* e *bytes*) que precisa ser manuseada, armazenada e recuperada para uso. Buckland observa que estamos cercados por registros do conhecimento humano que são utilizados como “evidência” no aprendizado como base de entendimento. Entendimento correto que pode alterar um conhecimento anterior ou uma crença sobre algum assunto (Buckland, 1991, p. 353).

Tomando como base as definições citadas, vamos considerar para os fins deste estudo que informação é uma parcela do conhecimento, cujo processo de transmissão se dá por meio da comunicação de símbolos entre dois ou mais organismos. Para serem considerados informação, estes símbolos (ou dados, segundo Sperber e Wilson, apud Menou, 1995) devem possuir um significado para o destinatário. Para ser transmitida e retransmitida com um nível ótimo de exatidão, a informação precisa ser registrada em um suporte físico, transformando-se “informação em coisa”, ou seja, um documento.

Na literatura arquivística, Rousseau e Couture tratam a informação como um recurso, em um contexto administrativo e organizacional, fundamental para a sobrevivência da organização (Rousseau; Couture, 1998, p. 63). Os autores categorizam a informação de uma organização como: 1) verbal ou registrada em um suporte; e 2) orgânica, elaborada, enviada ou recebida na consecução da missão da organização, ou inorgânica, ou seja, produzida fora da organização (Rousseau; Couture, 1998, p. 63-64). A informação é aqui considerada, predominantemente, segundo a classificação de Menou (1995), como um produto, um objeto e um recurso, pertencente ao mundo 3 de Karl Popper (apud Brookes, 1980, p. 127) no qual são agrupados os produtos da mente humana, registrados com o uso da linguagem em artefatos.

Dentre todos os organismos que produzem, acumulam, utilizam e disseminam informação, estamos particularmente interessados nos governos. A acepção moderna de governo abrange não apenas o conjunto de pessoas que exercem o poder político e determinam a orientação política da sociedade, mas também “o complexo dos órgãos que institucionalmente têm o exercício do poder” (Levi, 1999, p. 553). As pessoas que fazem parte dos governos e da administração pública<sup>3</sup> produzem, coletam, tratam, utilizam, acumulam e disseminam informação; a esta informação chamamos “informação governamental” (Office of Management and Budget - OMB apud Malin, 2006, p. 21). O acesso à informação governamental é o que permite à sociedade tomar conhecimento sobre as decisões do governo e sobre a coisa pública (Pierini; Lorences, 1999, p. 20).

Sendo o governo composto por diversos órgãos, a informação governamental pode ser, segundo Rousseau e Couture (1998, p. 63-64), verbal ou registrada e orgânica ou inorgânica. Para os fins desta pesquisa, interessa-nos especificamente a informação registrada e

---

3 O termo administração pública designa o conjunto de órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas públicas visando à satisfação dos interesses e das necessidades da coletividade (Meirelles, 1995, p. 60-61; Gasparini, 1995, p. 30), preocupando-se com questões como equidade, representação, justiça, eficiência governamental e controle da discricionariedade administrativa (Graham Jr.; Hays, 1994, p. 19).

orgânica, ou seja, a informação governamental registrada em documentos de arquivo, que são produzidos, recebidos e acumulados durante o desenvolvimento de uma transação ou de um processo, constituindo evidência de sua execução e fonte de informação para o próprio governo e para a sociedade. O entendimento da informação orgânica registrada como sendo informação arquivística é uma característica da arquivística integrada<sup>4</sup> e do *records management*.<sup>5</sup>

O termo “informação arquivística” já está consolidado na literatura arquivística brasileira, sendo utilizado e entendido amplamente pelos integrantes dessa área do conhecimento. No entanto, quando se trata de documentos produzidos pela administração pública, enxergamos a necessidade de reforçar a relação dos documentos e das informações arquivísticas como parte integrante da informação governamental. Além disso, percebemos ter-se originado uma diferença terminológica em relação às outras disciplinas afins à ciência da informação. Ao recuperarmos os conceitos de informação e seus usos, observamos que termos similares como “informação bibliográfica” e “informação museológica” dizem respeito ao objeto informacional. Informação bibliográfica (*bibliographical information*) é qualquer dado ou informação relativa a um autor, título, editora e data de publicação de um documento (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 202). Já a informação museológica diz respeito ao registro do acervo museológico: a documentação do objeto e a documentação das práticas administrativas do museu. A documentação do objeto consiste na compilação dos dados e do tratamento informacional extraídos de cada item adquirido pelo museu, enquanto a documentação das práticas administrativas do museu considera todos os documentos produzidos pela instituição para legitimar suas práticas desenvolvidas (Padilha, 2014, p. 35).

Dessa forma, para os fins desta pesquisa, consideraremos a informação governamental de tipo arquivístico aquela produzida, recebida e acumulada por um órgão do governo no desenvolvimento de uma transação ou processo, de natureza administrativa, técnica ou científica, registrada em suporte físico, original e única (quando não digital), passível de avaliação por sua idade e uso, e capaz de ter significado para seus produtores, governo e para a sociedade.

## **POLÍTICAS BRASILEIRAS DE ACESSO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL DE TIPO ARQUIVÍSTICO**

Segundo Michel Duchein, o acesso à informação produzida pelos governos e armazenada nos arquivos, sejam eles correntes, intermediários ou permanentes, é assegurado pela combinação de dois fatores, o legal e o material (Duchein, 1983, p. 7-8). O fator legal diz respeito ao conjunto normativo positivado capaz de sustentar o direito de acesso à informação

---

4 A arquivística integrada, de origem canadense, se preocupa com o ciclo completo da vida dos documentos. É uma “arquivística global” aberta à pesquisa, à redefinição de conceitos e de metodologia (Lopes, 2000, p. 113-115).

5 O *records management*, de origem norte-americana, dá ênfase aos arquivos correntes e intermediários.

sem ferir a garantia do cidadão à proteção de sua intimidade, a segurança do Estado e de seus cidadãos e o direito à propriedade intelectual.

O fator material é composto: 1) pela capacidade de conservação física dos suportes nos quais a informação arquivística está registrada; 2) pela existência de instrumentos descritivos e de recuperação da informação que proporcionem ao público o conhecimento de sua existência e de seu conteúdo; e 3) pelo fornecimento de infraestrutura de acesso, que pode ocorrer presencialmente ou remotamente (Duchein, 1983, p. 8). A adoção e implementação de programas de gestão de documentos e informações governamentais de tipo arquivístico permitem que as condições materiais de acesso sejam cumpridas para que tanto a sociedade quanto os funcionários da administração pública tenham suas necessidades de informação satisfeitas.

Na perspectiva da arquivística integrada, a gestão de documentos “prepara” a documentação para a fase permanente, na qual os documentos recolhidos à instituição arquivística receberão o tratamento específico para serem abertos ao público, ao mesmo tempo em que proporciona a identificação e o controle destes documentos, ainda sob a guarda da administração pública, facilitando a sua recuperação e acesso. O papel da gestão de documentos nos arquivos corrente e intermediário é de controlar a produção e a tramitação, impor uma organização física e intelectual padronizada, respeitando as características e peculiaridades da instituição produtora, e promover a avaliação da documentação de acordo com as necessidades de informação e de evidências, definindo prazos de guarda e destinação final para os dossiês e processos. É importante enfatizar que, no caso dos arquivos governamentais, o acesso ao documento original é promovido pela instituição arquivística pública, quando este atinge a fase permanente e é recolhido. A administração pública, produtora e responsável pela custódia dos documentos em suas fases corrente e intermediária, é responsável pelo acesso à informação contida nos documentos e pelo fornecimento de cópias ou certidões. Para o acesso à informação arquivística e atendimento às demandas internas e externas é necessário: 1) conhecer as atividades desempenhadas pelo órgão e a produção documental delas derivada; 2) ser capaz de localizar os documentos que contenham a informação desejada, independentemente da data em que foram produzidos. Isso implica procedimentos de tratamento, uso e distribuição, avaliação e destinação da informação inerentes a qualquer sistema de gestão de informação.

O acesso à informação governamental de tipo arquivístico como direito positivado na legislação ganhou espaço, em meados do século XX, a partir da diretriz expressa pela *Declaração dos direitos do cidadão* publicada pela Organização das Nações Unidas, em 1948 (Duchein, 1983, p. 11). A partir desta diretriz, muitos países incorporaram o direito de acesso à informação governamental às suas constituições e legislação como: República Federal da Alemanha (1949), Costa Rica (1949), Finlândia (1951), Estados Unidos da América (1966), Noruega (1967, 1970), Dinamarca (1970), Portugal (1976), França (1978), Austrália e Canadá (1982), Itália (1990, 1992) e Espanha (1992) (Lima et al, 2014, p. 56-57; Duchein, 1983, p. 12-13; Martínez Becerril, 2009, p. 21-37).

O conjunto normativo que garante o acesso à informação governamental no Brasil foi reconstruído após a redemocratização, tendo como marco inicial a Constituição de 1988, em

seu artigo 5º, incisos XXXIII, XXXIV e LXXII; artigo 37, parágrafo 3º, inciso II; e artigo 216, inciso IV, parágrafo 2º. A regulamentação que se seguiu foi realizada pelas leis federais 8.159/1991, 11.111/2005 (revogada) e 12.527/2011, e pelos decretos 2.134/1997 (revogado), 2.910/1998 (revogado), 4.497/2002 (revogado), 4.553/2002 (revogado), 5.301/2004 (revogado), 7.224/2012 e 7.845/2012, que tratam especificamente do acesso e do sigilo dos documentos públicos.

Assim como o direito de acesso à informação governamental, a legislação brasileira prevê a realização da gestão dos documentos arquivísticos em todos os níveis da administração pública, tendo no artigo 216, inciso IV, parágrafo 2º da Constituição Federal, sua base. A gestão de documentos foi regulamentada pela Lei dos Arquivos (lei 8.159/1991) e, dando sequência, pelo decreto 1.799/1996, lei 9.507/1997, decreto 3.714/2001, decreto 3.779/2001, decreto 3.865/2001, medida provisória 2.200-2/2001, decreto 4.073/2002, decreto 4.915/2003, lei 11.419/2006, decreto 7.430/2011, lei 12.865/2013, decreto 8.539/2015, decreto 8.638/2016, e outros tantos revogados.

Tendo-se em vista o ciclo vital dos documentos de arquivo, o resultado esperado de um programa de gestão de documentos, passível de mensuração, é o fluxo contínuo de destinação dos documentos por meio de sua eliminação ou recolhimento para o arquivo permanente. De acordo com os dados levantados no Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga), da administração pública federal brasileira, sobre eliminação, e nos relatórios do Arquivo Nacional, sobre recolhimento, percebemos que os órgãos públicos do Poder Executivo federal não possuem uma rotina contínua de destinação.<sup>6</sup> Dos 270 órgãos listados no site do governo eletrônico em 2014, apenas 53 (19,6%) publicaram editais de eliminação de documentos de arquivo desde 1996.<sup>7</sup> Somente dois órgãos (0,74%), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mantiveram a constância do registro de eliminações nesse período. Nos cinco anos entre 2009-2014, oito órgãos (2,96%) mantiveram uma regularidade no registro e autorização das eliminações de documentos (Cruz, 2016, p. 70).

Segundo os relatórios de atividades e de gestão do Arquivo Nacional,<sup>8</sup> no período de oito anos, entre 2005-2013, a instituição arquivística registrou 73 recolhimentos de documentos provenientes da administração pública federal. Estes recolhimentos foram realizados por 47 órgãos.<sup>9</sup> De 2010 a 2012 não foram registrados recolhimentos nos relatórios (Cruz, 2016, p. 70). Podemos verificar, portanto, que a administração pública do Poder Executivo federal não realiza a gestão de seus documentos com amplitude e constância desejáveis.

Em seguida à promulgação da Lei de Acesso à Informação (lei federal 12.527), promulgada em novembro de 2011, a Controladoria Geral da União (CGU) promoveu, em parceria com

---

6 Os dados abrangem o período de 2009 a 2014.

7 Consolidação dos dados em Cruz (2016, p. 194-197).

8 Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional/relatorio-de-atividades-e-gestao.html>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

9 Consolidação dos dados em Cruz (2016, p. 198-201).

a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pesquisa sobre os valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo federal (Brasil, 2011, p. 8). A pesquisa, orientada a servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior e servidores de variados escalões hierárquicos de diversos órgãos federais, revelou que apesar de existir uma percepção generalizada quanto à legitimidade do direito de acesso à informação governamental, os servidores públicos relutam em atender aos pedidos, procedendo a uma avaliação acerca da sua pertinência e relevância.

Os entrevistados apontaram como fator de atraso ou dificuldade no atendimento das solicitações de informação a insuficiência de infraestrutura ou recursos humanos, além de colocarem a prestação de informações em nível inferior de importância em relação às atribuições específicas dos seus cargos. “Foi apontado que esta atividade de prestação de informações poderá comprometer a capacidade dos órgãos de bem desempenhar as atribuições que lhe são próprias e precípuas” (Brasil, 2011, p. 9).

No que diz respeito à gestão de documentos nos órgãos da administração pública federal, o relatório da CGU indica que 66,5% dos servidores apontaram a existência de sistema eletrônico de protocolo e tramitação de documentos nas áreas de trabalho (Brasil, 2011, p. 13), o que evidencia o uso da tecnologia da informação para o controle do fluxo dos documentos, inerente à sua gestão. No entanto, perguntados sobre a frequência de treinamentos e cursos de gestão de documentos e segurança da informação, 61,5% responderam que ocorrem “raramente” ou “nunca” (Brasil, 2011, p. 15).

O relatório da CGU indica a divergência entre a gestão da informação e dos documentos “em abstrato” e a prática vivenciada cotidianamente pelos servidores públicos. Apesar de alguns órgãos já possuírem a infraestrutura para a gestão de documentos (sistemas de gestão de documentos, gestão informatizada de processos), em outros órgãos não há controle sobre a apropriação e o destino de informações públicas por servidores (Brasil, 2011, p. 12-13). Foi identificada, também, uma “tendência”: nos órgãos cujos dirigentes se mostram “alheios, distantes e desfamiliarizados” com as atividades de gestão da informação e de documentos, os servidores tendem a ser “resistentes e reativos” à política de acesso à informação pública (Brasil, 2011, p. 13).

Como explicar a existência do direito positivado e das técnicas, métodos e instrumentos de gestão de documentos e a ausência de sua efetivação na administração pública do Poder Executivo federal?

## **POR QUE OS SERVIDORES E GESTORES PÚBLICOS NÃO CUMPREM A LEGISLAÇÃO?**

No Brasil, quando se aborda a informação governamental de tipo arquivístico existente no âmbito da administração pública, temos que ressaltar que tanto o fator material quanto o fator legal de acesso estão vinculados à existência de normas positivadas, para que possam efetivamente ocorrer.

Um dos princípios constitucionais da administração pública é a legalidade, que diz respeito à subordinação do servidor público aos mandamentos da lei e às exigências do bem

comum, não podendo deles se afastar sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e penal (Meirelles, 1995, p. 82). É o que difere a administração pública da administração privada: enquanto os agentes da última podem fazer tudo o que a lei não proíbe, os servidores e gestores da primeira só podem fazer o que a lei permite. Em outras palavras, para que as condições materiais de acesso (conservação física dos suportes dos documentos; tratamento, organização e recuperação da informação; e infraestrutura de acesso) possam ser alcançadas é necessário um conjunto de normas positivadas que determine sua execução.

Pelo exposto acima, estaríamos autorizados a deduzir que todas as normas institucionalizadas são igualmente cumpridas. No entanto, no caso específico da legislação de acesso e gestão da informação governamental de tipo arquivístico no Brasil, verificamos que as normas jurídicas são fracamente cumpridas, como demonstrado anteriormente. Mas por que isso ocorre?

O direito positivado na legislação é o conjunto institucionalizado de normas de conduta que rege as relações sociais, políticas e econômicas, além de criar, para os membros desta comunidade do direito, expectativas em relação às ações dos demais e às suas próprias. Ou seja, o direito é uma ferramenta de mediação de conflitos entre pessoas que fazem parte de uma mesma sociedade. São

as normas desse direito [que] possibilitam comunidades extremamente artificiais, mais precisamente, associações de membros livres e iguais cuja coesão resulta simultaneamente de ameaça de sanções externas e da suposição de um acordo racionalmente motivado (Habermas, 2003, p. 25).

Habermas encara o direito como uma ferramenta que viabiliza a integração social, dentro da perspectiva da teoria do Agir Comunicativo. Cabe aqui destacar o seu conceito de mundo da vida, em uma perspectiva sociológica, pois é nele que se dá a integração social. Segundo Habermas (2003, p. 42), o mundo da vida é composto pela cultura, pela sociedade e pela personalidade do indivíduo. A cultura compreende todo o cabedal de saber ao qual os atores/agentes recorrem como fonte de interpretação da realidade. A sociedade é entendida como um conjunto de ordens legítimas a partir das quais se constroem as relações de solidariedade. E, por fim, a personalidade do indivíduo, constituída pelo conjunto de habilidades adquiridas nos processos de aprendizagem que possibilitam a formação da identidade individual na interação com outros. Esses componentes do mundo da vida são utilizados como recursos para a realização dos processos comunicativos cotidianos e, por meio destes mesmos processos comunicativos, o mundo da vida é modificado com a incorporação de mudanças e novidades.

Para Habermas, a sociedade tende à instabilidade causada pela disparidade dos planos de ação dos vários atores/agentes que a compõem; cada grupo tem suas necessidades e seus interesses. A integração social se dá pela coordenação desses diversos planos de ação por meio da Ação Comunicativa, na qual os atores lançam mão de mecanismos de enten-

dimento, no caso a linguagem, tendo como pano de fundo consensual o mundo da vida (Habermas, 2003, p. 39-40).

Quanto mais complexa a sociedade, mais amplas e mais diversificadas serão as formas de vida e a individualização das histórias de vida. Tal condição implica zonas de convergência ou sobreposição restritas baseadas no mundo da vida partilhado, que não é mais suficiente para minimizar e apaziguar conflitos recorrendo às crenças sacralizadas e à tradição, à medida que estas vão perdendo o seu poder. Esse processo influi na organização e estruturação dos componentes do mundo da vida (Habermas, 2003, p. 44). A cultura entra em um estado de revisão contínua das tradições, que perderam a sua condição de natural para a sociedade. Esta passa a depender dos procedimentos formais para definir normas de conduta, já que não pode mais se apoiar nos costumes, que não são mais comuns a todas as formas de vida. Já no que diz respeito à personalidade individual, esta se descola da cultura e da sociedade e passa a buscar a efetivação de projetos de autorrealização pessoal e não mais projetos de interesse da coletividade, surgindo, então, a necessidade de autorregulação. Assim, a integração social, no decorrer da evolução social, foi transferida progressivamente para as realizações de entendimento entre os atores, por meio do Agir Comunicativo, ou seja, do acordo firmado entre eles, obtido por meio do uso da linguagem, em um mundo da vida estruturado simbolicamente.

O excesso de realizações comunicativas feitas no contexto de mundos da vida completamente racionalizados e desencantados gera conflitos de diversas naturezas surgidos de disputas entre formas de vida plurais. A solução, segundo Habermas, foi o direito moderno, como “regulamentação normativa de interações estratégicas, sobre as quais os atores se entendem” (Habermas, 2003, p. 46), que reduziu a realização fática dos processos de coordenação da ação. No entanto, este direito precisa ser validado e legitimado.

Habermas recupera o conceito de legalidade de Immanuel Kant, no qual estão ligadas, na forma jurídica, a imposição do direito por parte do Estado e a validade do direito, legitimada pelos procedimentos de positivação. A imposição da lei pelo Estado é a porção coercitiva do direito, enquanto a legitimação, conferida pelo processo legislativo, é a porção que assegura a liberdade dos membros da comunidade. Dessa forma, a validade do direito se divide entre a validade social ou fática, determinada pela intensidade que consegue impor-se no círculo dos membros do direito, configurando a porção coercitiva do mesmo; e a legitimidade, medida pela pretensão de validade normativa, oriunda de um processo legislativo racional ou da sua justificativa em termos pragmáticos, éticos e morais, e que é a porção de liberdade do direito. Uma norma é considerada legítima independentemente do fato de conseguir impor-se ou não. Por outro lado, a validade social ou fática, ou seja, a obediência à norma, varia de acordo com a confiança da comunidade de direito na legitimidade da norma (Habermas, 2003, p. 50).

A legitimidade da norma está vinculada ao reconhecimento, pela comunidade, de liberdades iguais, de forma que “a liberdade do arbítrio de cada um possa manter-se junto com a liberdade de todos” (Habermas, 2003, p. 52). No direito positivado, este requisito precisa ser cumprido pelo legislador político, por meio do processo legislativo, no qual participantes orientados para o entendimento se comprometem em uma prática intersubjetiva.

Para Habermas, o direito positivado possibilita a integração social por meio do Agir Comunicativo e do discurso racional, nos quais argumentos contrários em relação à determinada questão são expostos, de forma equânime, havendo, então, o reconhecimento das pretensões de validade enunciadas que expressam tais argumentos. A norma pode, então, ser aceita racionalmente pelos envolvidos e reconhecida como válida: cada cidadão deve ser capaz de avaliar se a norma pode, ou não, ser aceita por todos (Habermas, 2003, p. 59-60).

Apesar dos indivíduos reconhecerem a norma como válida e legítima, ou seja, reconhecerem a racionalidade dos argumentos apresentados pelos envolvidos e a retidão do procedimento legislativo, a diversidade e a complexidade dos mundos da vida existentes em uma mesma comunidade do direito e o consequente conflito entre valores não compartilhados enfraquecem a motivação para o cumprimento da norma. A obediência a ela ocorre pela avaliação, reconhecimento e aceitação, ou pela aplicação do poder de coerção do Estado. É dessa validação fática, ou social, que tratamos neste trabalho, quando apontamos para a existência de normas institucionalizadas cujo cumprimento é fraco ou forte.

Voltando à nossa pergunta sobre o cumprimento das normas pela administração pública: se não há aceitação da norma pelos servidores públicos na qualidade de indivíduos e o Estado não usa o poder de coerção, ela não é obedecida e cumprida. A motivação pela possibilidade de coerção vai ser fortalecida ou enfraquecida pela efetivação, ou não, da punição prevista na norma legal. Por outro lado, a motivação de obediência da norma pelo compartilhamento de valores passa por sua internalização intersubjetiva. Se os valores não estão internalizados, a motivação para obediência à norma é fraca. Assim, poderíamos dizer que o direito possui uma porção coercitiva, por meio da qual a lei impõe obediência, e uma porção de liberdade, em que os destinatários da norma legal podem, ou não, reconhecer a sua validade e se sentirem motivados, ou não, para cumpri-la.

Apesar de os valores culturais não estarem vinculados à pretensão normativa de validade de uma norma, eles podem justificar as necessidades (carências) de um indivíduo para os demais situados em uma mesma tradição (Habermas, 2012, p. 171-172).

Nesse modelo, quando a comunidade de direito reconhece nas normas os valores internalizados pelos quais se interpretam as necessidades dos destinatários, estas normas passam a ser força motivadora de ação. A motivação para o seu cumprimento surge ao mesmo tempo em que ocorrem o aprendizado e a internalização das mesmas. Vemos, então, que um dos fatores responsáveis pela motivação para o cumprimento das normas do direito são os valores compartilhados pelos indivíduos pertencentes aos diversos grupos sociais, de uma mesma comunidade, que, em nosso caso específico, seria composta pelos gestores e servidores públicos.

## **PRIORIDADES AXIOLÓGICAS: ENTENDENDO O PROCESSO DE VALIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PELO INDIVÍDUO**

Segundo Almeida (2007, p. 127), os valores humanos são um produto de preferências individuais em sua origem. Ao serem partilhadas e reproduzidas por uma comunidade, essas preferências tornam-se valores coletivos. Estes tornam-se valores culturais quando o grupo

os sanciona e os relaciona em um sistema de referências capaz de caracterizar esta comunidade e distingui-la de outras. Os valores, portanto, se organizam em um sistema de referências originário de um processo interativo, constitutivo de um “ser-em-comum”. Este é a base da cultura de um grupo, que determina seus modos de ser e agir.

A motivação dos atores para agirem, ou não agirem, para cumprirem, ou não cumprirem, as normas que foram consideradas válidas e legítimas não é construída individualmente. Esta motivação está alicerçada no mundo da vida de cada grupo social, constituído por valores e convicções básicas. As convicções básicas, ou crenças, são ideias de como a realidade de fato é ou foi, enquanto os valores dizem respeito a como a realidade deveria ser ou ter sido.

Na literatura das diversas áreas do conhecimento temos várias categorias de valores: financeiros, morais, arquivísticos, de indivíduos e de grupos de pessoas. Os valores podem ser básicos/gerais ou específicos e podem ser analisados nos níveis individual, coletivo, organizacional, institucional ou cultural. Neste trabalho nos ateremos aos valores individuais ou valores humanos.

A investigação sobre os valores no início do século XX foi iniciada por W. M. Urban, em 1907, H. Münsterberg, em 1908 e 1909, E. Spranger, em 1925, G. W. Allport e P. E. Vernon, em 1931, C. W. Morris, em 1956, M. Rokeach, em 1973, H. Klages e P. Kmieciak, em 1979, e na década de 1990, Norman Feather, Geert Hofstede, Ronald Inglehart e Shalom Schwartz (Bilsky, 2009, p. 14-15). Os primeiros trabalhos focavam uma discussão filosófica sobre os valores, mas a partir do trabalho de Allport e Vernon, *A study of values*, de 1931, foi iniciada uma nova vertente que buscava o desenvolvimento de um instrumento capaz de medir preferências individuais relacionadas aos valores, partindo de uma divisão destes em “tipos básicos ideais” da individualidade (Spranger, 1925 apud Bilsky, 2009, p. 14).

Na filosofia, na antropologia e na sociologia, o estudo dos valores busca, respectivamente, a reflexão sobre o que é bom e belo, o entendimento da cultura e do que fundamenta a sociedade e justifica suas ações. A psicologia, a partir deste escopo, focou a perspectiva a partir do indivíduo e da relação entre os valores e a motivação para a ação. Pesquisadores da área consideram que há uma relação entre valores e comportamento, uma vez que os valores orientam as escolhas, as decisões e as ações das pessoas (Tamayo, 2005, p. 8). Tal perspectiva adapta-se à teoria de Habermas anteriormente exposta, sobre a formação do direito positivado por meio do Agir Comunicativo e sua validação social, ou fática, a partir do reconhecimento, nas normas legais, de valores partilhados.

Desde a década de 1990, vários pesquisadores da área da psicologia<sup>10</sup> têm se debruçado sobre os valores culturais e sua influência no comportamento e na percepção da realidade que envolve os indivíduos, baseando-se em modelos que contrapõem as culturas individualistas e coletivistas.<sup>11</sup> Nestes trabalhos foram estudados aspectos da percepção do indivíduo

---

10 Pesquisadores como Rasinsky (1987), Markus; Kitayama (1991), Morris; Peng (1994), Triandis (1994), Yu; Yang (1994).

11 Os termos individualismo e coletivismo se referem às preferências/prioridades atribuídas a determinadas metas axiológicas pelos membros de uma mesma sociedade (Tamayo, 2005, p. 9).

em relação à coletividade a qual pertence no que diz respeito ao alcance de objetivos e metas individuais e de grupo; às características pessoais (o *self*) predominantes; à percepção do outro; à dependência, ou não, da opinião positiva do grupo.

As preferências e prioridades marcadamente coletivistas ou individualistas de cada sociedade determinam de forma expressiva o comportamento dos indivíduos que as compõem. Esta “determinação” vem da construção intersubjetiva dos valores culturais e individuais. Ou seja, ao mesmo tempo em que os valores culturais do grupo são “transmitidos” desde a infância aos indivíduos, por meio da família, da escola e das organizações, estes indivíduos internalizam, avaliam, validam e retornam para a sociedade estes valores.

Neste processo de internalização, avaliação, validação e retorno entram, também, o contexto social, econômico e político de cada grupo, o que faz com que os valores internalizados sejam um pouco diferentes daqueles que foram transmitidos. Isso é o que permite que os valores individuais e coletivos evoluam e permitam a evolução da sociedade. É importante salientar que o termo “evolução” está sendo utilizado aqui no sentido de movimento, se opondo à estagnação, e não no sentido de que os valores e a sociedade de hoje sejam qualitativamente melhores ou mais aprimorados em relação aos de períodos históricos anteriores.

Segundo Parsons (apud Schwartz, 2005a, p. 66), os valores têm a função de motivar e controlar o comportamento dos indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social. A partir de sua internalização pelos indivíduos do grupo, eles são usados como guia nas relações sociais, reduzindo a necessidade de controle constante. Os valores também fundamentam as regras de convivência, a expectativa em relação às ações dos outros e as consequências de seus próprios atos. São estas regras e expectativas, segundo Habermas (2003), que serão legitimadas e validadas pelo grupo, transformando-se em direito e propiciando a integração social, minimizando conflitos e reduzindo as realizações comunicativas necessárias para manter a união deste grupo social. A perspectiva que nos interessa, portanto, é a de como os valores individuais, internalizados pelos membros do grupo, podem ser fontes de motivação para o cumprimento de uma norma legal legítima, validando-a faticamente.

Shalom Schwartz parte do conceito de valores como “crenças e metas conscientes que guiam a seleção e avaliação de ações, objetivos, pessoas e situações e ações específicas” (apud Bilsky, 2009, p. 15-16) e são ordenados, por cada sujeito/agente, por sua importância em relação aos demais valores. Defendendo, portanto, a existência de uma escala de valores individuais que os sujeitos utilizam ao avaliarem uma pessoa, incluindo a si próprio, uma ação, um objetivo ou uma situação, e a partir da qual tomam suas decisões, avaliam argumentos, propõem atuações. E, segundo Schwartz (2005b, p. 23), dado o processo de internalização desses valores, a sua utilização pelo indivíduo na percepção, avaliação e planejamento de ações se dá de forma inconsciente. Somente quando nossos julgamentos e ações interpõem valores conflitantes nos damos conta de sua aplicação.

A pretensão de universalidade dos valores e tipos motivacionais desenvolvidos por Schwartz funda-se na combinação de “três exigências e tarefas universais”, com as quais eles ajudam a lidar. O autor levanta três requisitos para o funcionamento social que podem ex-

plicar as diferenças de prioridades na hierarquia dos valores humanos. A primeira e, segundo Schwartz, a mais importante é a promoção e preservação das relações de cooperação e apoio entre os membros de um mesmo grupo. Assim, os valores transmitidos para assegurar a sua existência estão relacionados ao compromisso com relações positivas, identificação com o grupo (sentimento de pertencimento) e lealdade para com os demais membros. O segundo requisito se refere à articulação de ações coordenadas. Os indivíduos devem ser motivados a despende esforços físicos e intelectuais, assim como tempo, para realizar trabalhos, solucionar problemas e desenvolver novas ideias e soluções técnicas que venham a facilitar a vida e reduzir o desgaste físico dos membros do grupo. O terceiro requisito tem a ver com o bem-estar e a sobrevivência da coletividade e se dá pela legitimação e satisfação de necessidades e de desejos pessoais, sempre considerando e preservando os objetivos do grupo (Schwartz, 2005a, p. 66).

Para atender e lidar com essas exigências os indivíduos precisam entrar em acordo sobre objetivos específicos para resolverem problemas, comunicarem-se, expondo suas razões e motivações, e conseguirem apoio e cooperação para o alcance das metas propostas. Assim como Habermas na teoria do Agir Comunicativo, Schwartz coloca os valores como conceitos socialmente compartilhados que facilitam e dão sentido à comunicação entre os atores/agentes. Os valores fazem parte do mundo da vida compartilhado pelos indivíduos.

Todas as ações praticadas pelas pessoas estão impregnadas pelos valores individuais e acabam por refleti-los. Na maior parte das vezes, este processo é inconsciente. No entanto, quando a ação coloca em disputa valores antagônicos, o indivíduo escolhe aqueles que são mais importantes naquela situação, naquele contexto, avaliando possíveis sanções e consequências práticas. Segundo Schwartz, quando as pessoas buscam valores antagônicos o fazem em atos separados, em momentos e contextos diferentes (Schwartz, 2005b, p. 29). E ao confrontarem valores opostos, os indivíduos escolhem com base na posição hierárquica que estes valores ocupam em seu próprio sistema ordenado de prioridades axiológicas.

Quando um indivíduo depara-se com uma pessoa, fato ou evento a partir do qual ele deve tomar uma decisão, tem início um processo mental em que ele recupera valores internalizados para auxiliarem em sua avaliação da situação e decisão sobre a ação mais adequada no contexto. Quatro processos explicam como os valores individuais influenciam o comportamento do sujeito da ação: a) ativação de valores; b) valores como fonte de motivação; c) influência dos valores na atenção, percepção e interpretação de situações; e d) influência dos valores no planejamento das ações.

Para que um valor afete o comportamento de um sujeito é necessário que seja ativado em uma determinada situação. Valores são mais ativados quando estão mais acessíveis, e estão mais acessíveis aqueles que são lembrados/recordados com maior facilidade. Assim, os valores mais importantes são aqueles mais ativados e que mais influenciam o comportamento das pessoas (Verplanken; Holland; Bardi apud Schwartz, 2005a, p. 80).

O segundo processo, “valores como fonte de motivação”, dá-se na medida em que ações favorecem, ou não, o alcance de objetivos considerados importantes. As ações serão mais valorizadas subjetivamente se tornarem possível a consecução dos objetivos, e menos se

provocarem o afastamento desses mesmos objetivos. Mas ainda que o indivíduo se sinta positivamente atraído por uma ação, ele só vai procurar executá-la se estiver certo de sua capacidade de realizá-la e de que ela trará como consequência o alcance dos objetivos valorizados (Feather apud Schwartz, 2005a, p. 81).

O terceiro processo diz respeito à “influência dos valores na atenção, percepção e interpretação de situações”. Segundo Schwartz (2005a, p. 82), os valores que estão no topo da escala de prioridades axiológicas são “metas crônicas”, ou seja, a cada situação apresentada, o indivíduo irá avaliá-la de acordo com o valor mais importante para si próprio e reagirá à situação de forma positiva ou negativa.

O quarto processo é a “influência dos valores no planejamento das ações”, isso quer dizer que um objetivo considerado importante para um indivíduo deve inspirar uma maior motivação para que ele planeje cuidadosamente as ações que garantam a sua consecução.

Outros fatores influenciam ainda o comportamento dos indivíduos, reduzindo a relação entre valores e comportamento. Segundo Bardi (apud Schwartz, 2005a) e Schwartz, estes fatores seriam principalmente a pressão normativa de grupos relevantes em um determinado domínio e a pouca importância que os valores pessoais têm para o grupo. No primeiro caso, os indivíduos cedem à pressão normativa, mesmo quando o comportamento exigido se opõe aos valores pessoais. No segundo caso, quando os valores individuais possuem pouca importância para o grupo do qual são membros, estes indivíduos sentem pouca pressão externa para que expressem seus valores por meio do seu comportamento (Schwartz, 2005a, p. 84-85).

Quando o valor é expresso positivamente por um comportamento, este terá implicações negativas em relação a outros valores. Isso é possível pela diferença de importância que cada valor possui para cada um. Diante de uma situação, o indivíduo ativará valores mais importantes, comparará com seus objetivos e metas principais, avaliará as consequências para o grupo em que está inserido (e que pode possuir uma percepção diferente da sua) e tomará a sua decisão. Inevitavelmente, algum valor ficará prejudicado nessa tomada de decisão e refletirá a pouca importância relativamente aos outros valores em jogo naquela situação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dessa abordagem teórica, gostaríamos de propor uma reflexão sobre a política de arquivos no que diz respeito à gestão e ao acesso à informação governamental de tipo arquivístico. Em primeiro lugar, a percepção de que a legislação que regula as atividades é apenas um primeiro passo para a implementação da política. Sem este requisito, a administração pública não poderia articular atividades e tarefas correspondentes. Mas é preciso perceber, também, que a legislação não é suficiente para motivar os grupos sociais concernidos, os servidores e gestores públicos, para a ação, para a implementação da política em todos os seus aspectos.

Em segundo lugar, o entendimento de que se a obediência à norma institucionalizada (a legislação de gestão e acesso à informação governamental de tipo arquivístico) é fraca, é

porque os valores que a norma expressa não estão no topo da escala axiológica do grupo social concernido. Seria necessário identificar seus valores e mapear o sistema de prioridades axiológicas para entender se o que há é uma incompatibilidade (valores não reconhecidos) ou um conflito (valores competindo).

Há um terceiro ponto, que está relacionado ao reconhecimento dos valores inerentes à prática de gestão e acesso às informações governamentais de tipo arquivístico por parte daqueles que devem cumprir a legislação. Os arquivos, de modo geral, estão no imaginário do servidor público como um espaço de coisa finda/encerrada/morta/sem utilidade. É importante retirar a informação de tipo arquivístico desse local imaginário e “transferi-la” para um espaço em que ela possa ser vista e reconhecida como necessária/viva/importante para as ações e atividades do órgão a que pertence. Ocupar este espaço é (res)significar a gestão e o acesso aos documentos públicos buscando colocá-los no topo da escala axiológica do servidor e do gestor público, viabilizando uma forte obediência à norma institucionalizada.

Propomos, assim, uma ampliação do foco do trabalho da gestão de documentos, hoje voltada para a normatização, rotinas e instrumentos de trabalho, abrangendo aqueles que são responsáveis pela produção e uso da informação de tipo arquivístico, sem cuja colaboração a ampla implementação de políticas de gestão e acesso a documentos públicos se torna inviável. O que sabem sobre as políticas? Conhecem a legislação? Relacionam tratamento da informação ao seu acesso? Quais são suas prioridades axiológicas? Acreditamos que a partir desse conhecimento seria possível construir pontes de diálogo e fomentar ações efetivas, agindo comunicativamente à efetiva implementação da legislação existente.

## Referências

ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro de. *Responsabilidade social das empresas e valores humanos: um estudo sobre a atitude dos gestores brasileiros*. Orientador: Paulo Roberto de Mendonça Motta. 2007. 466 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomenon of information. *Journal of American Society for Information Science*, p. 197-204, jul./ago. 1976.

BILSKY, Wolfgang. A estrutura de valores: sua estabilidade para além de instrumentos, teorias, idade e culturas. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 12-33, maio/jun. 2009.

BRAMAN, Sandra. Defining information: on approach for policymakers. *Telecommunications Policy*, v. 13, n. 1, p. 233-242, sep. 1989.

BRASIL. Controladoria Geral da União. *Sumário executivo*. Pesquisa diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo federal brasileiro. dez. 2011. Disponível em: <[http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/SUMARIO\\_FINAL.pdf](http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/SUMARIO_FINAL.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science – part I: philosophical aspects. *Journal of Information Science*, n. 2, p. 122-133, 1980.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, Rafael; HJÖRLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em ciência da informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CRUZ, Emília Barroso. *Acesso e gestão da informação governamental do tipo arquivístico: aspectos técnicos e visão de gestores e servidores de duas instituições governamentais*. Orientadora: Gilda Olinto. 2016. 226 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/882/1/Em%C3%ADlia%20Barroso%20Cruz%20-%20Tese%2027072016.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DUCHEIN, Michel. *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos: un estudio del Ramp*. París: Unesco/Unisist, 1983. (PGI – 83/WS/20).

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

GRAHAM JR, Cole Blease; HAYS, Steven W. *Para administrar a organização pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. v. 2.

LEVI, Lucio. Governo. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 553-555.

LIMA, Márcia H. T. de Figueiredo; CORDEIRO, Helena Cristina Duarte; GOMES, Claudiana Almeida de Souza. Antecedentes e perspectivas do direito à informação no Brasil. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). *A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 47-69.

LOPES, Luís Carlos. *A nova arquivística e a modernização administrativa*. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

MALIN, Ana Maria Barcellos. Gestão da informação governamental: em direção a uma metodologia de avaliação. *DataGramaZero*, v. 7, n. 5, out. 2006. Disponível em: <[www.dgz.org.br/out06/Art\\_02.html](http://www.dgz.org.br/out06/Art_02.html)>. Acesso em: 12 maio 2013.

MARTÍNEZ BECERRIL, Rigoberto. *El derecho de acceso a la información en México, su ejercicio y medios de impugnación*. Toluca [México]: Instituto de Acceso a la Información del Estado de México, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

MENOU, Michel J. The impact of information – II: concepts of information and its value. *Information Processing & Management*, v. 31, n. 4, p. 479-490, 1995.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Florianópolis: FCC, 2014.

PIERINI, Alicia; LORENCES, Valentín. *Derecho de acceso a la información: por una democracia con efectivo control ciudadano*. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHWARTZ, Shalom H. Validade e aplicabilidade da teoria dos valores. In: TAMAYO, Álvaro; PORTO, Juliana Barreiros (org.). *Valores e comportamentos nas organizações*. Petrópolis: Vozes, 2005a. p. 56-95.

\_\_\_\_\_. Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: TAMAYO, Álvaro; PORTO, Juliana Barreiros (org.). *Valores e comportamentos nas organizações*. Petrópolis: Vozes, 2005b. p. 21-55.

TAMAYO, Álvaro. Prefácio. In: TAMAYO, Álvaro; PORTO, Juliana Barreiros (org.). *Valores e comportamentos nas organizações*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 7-14.

---

Recebido em 8/3/2018  
Aprovado em 22/1/2019

## AS POLÍTICAS DE ARQUIVO PARA DOCUMENTOS FÍSICOS E NATO-DIGITAIS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

### ARCHIVE POLICIES FOR PHYSICAL AND NATO-DIGITAL DOCUMENTS AT BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

**LAILA GUIMARÃES CARDOSO** | Bacharela em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). Assistente de pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), atua na gestão de documentos da Secretaria Nacional de Juventude | [lailagc9@gmail.com](mailto:lailagc9@gmail.com)

**JULIA ARAUJO DONATO** | Bacharela em Arquivologia pela UnB. Assistente de pesquisa do Ibict, atua na gestão de documentos da Secretaria Nacional de Juventude | [juliaadonato@gmail.com](mailto:juliaadonato@gmail.com)

**MARIA CAROLINA GONÇALVES DA SILVA** | Bacharela em Arquivologia pela UnB. Assistente de pesquisa do Ibict, atua na gestão de documentos da Secretaria Nacional de Juventude | [mariacarolina2b@gmail.com](mailto:mariacarolina2b@gmail.com)

**MILTON SHINTAKU** | Mestre e doutor em Ciência da Informação pela UnB. Tecnólogo do Ibict e professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal | [milton.shintaku@gmail.com](mailto:milton.shintaku@gmail.com)

#### RESUMO

O estudo buscou identificar as políticas de arquivo das universidades federais brasileiras, a partir da aplicação de questionários via Internet. A maior parte das instituições realiza atividades que estão pautadas na gestão documental, mas menos da metade delas possui uma política norteadora. Verificou-se também que o tratamento dado aos documentos nato-digitais ainda é pouco expressivo. *Palavras-chave: política de arquivo; documento físico; documento nato-digital; universidade federal.*

#### ABSTRACT

The study sought to identify the archival policies of the Brazilian federal universities through the application of questionnaires, via Internet. Most universities perform activities that are based on document management, but less than half of them have a guiding policy. It has also been found that the treatment given to digital-born documents is still not very significant. *Keywords: file policy; physical document; nato-digital document; federal university.*

#### RESUMEN

El estudio buscó identificar las políticas de archivo de las universidades federales brasileñas, por medio de la aplicación de cuestionarios, a través de la web. La mayoría de las universidades realizan actividades basadas en la gestión documental, pero menos de la mitad de ellas tienen una política orientadora. Se ha comprobado también que el tratamiento dado a los documentos digitales es poco expresivo todavía. *Palabras clave: política de archivo; documento físico; documento digital; universidad federal.*

## INTRODUÇÃO

As universidades federais brasileiras são instituições mantidas pela União que ofertam ensino superior público e gratuito à população, além de pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento científico do país. Nesse sentido, é bem possível que elas produzam uma vasta documentação de cunho arquivístico, além de possuírem um rico passivo, na medida em que as primeiras universidades brasileiras datam do início do século passado.

A gestão de documentos<sup>1</sup> nos arquivos dessas instituições se faz imprescindível no que diz respeito à eficiência e eficácia nas tomadas de decisão e na resposta às demandas dos cidadãos, segundo o estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011). Conforme o entendimento de Bernardes e Delatorre (2008), a gestão de documentos garante controle sobre as informações que as instituições produzem ou recebem, economia de recursos, melhoria e racionalização dos espaços físicos de guarda de documentos e agilidade na recuperação das informações.

Num contexto em que a gestão documental facilita a recuperação da informação, a Lei de Acesso à Informação (LAI) regulamenta o acesso à informação previsto pela Constituição como um direito fundamental dos cidadãos. Em uma reflexão sobre essa lei, Sousa, Oliveira e Sousa (2016) discutem a importância dos arquivos, que realizam a salvaguarda dos documentos resultantes das atividades dos órgãos, possibilitando o acesso, e destacam a responsabilidade dos agentes públicos no processo de fornecê-lo.

Nesse sentido, Silva e Garcia (2017) abordam o papel do arquivista nesse contexto, revelando as dificuldades enfrentadas por esse profissional na implantação da LAI, no âmbito de uma instituição de ensino. Os resultados dos autores, mesmo que restritos a uma instituição, levantam a preocupação com o papel esperado desses profissionais, na medida em que sua formação não os prepara para esse cenário.

Dessa forma, este estudo se propõe a verificar se as universidades federais brasileiras possuem uma política de gestão para os documentos físicos<sup>2</sup> e nato-digitais, bem como a examinar as atividades de gestão de documentos realizadas. O presente trabalho integra o projeto de pesquisa, feito em parceria entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), voltado ao desenvolvimento de modelo de sistema de informação para gestão da informação, e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Presidência da República. É um projeto amplo que envolve vários estudos sobre a ciência da informação e disciplinas correlatas como arquivologia, biblioteconomia, comunicação e tecnologia da informação.

---

1 Segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, gestão de documentos é o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fases corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento”.

2 Documentos físicos, em suporte papel, que não foram digitalizados.

## POLÍTICAS DE ARQUIVO

A temática política pública, oriunda da ciência política, vem ganhando mais destaque nos estudos e pesquisas no Brasil. Políticas públicas são conjuntos de programas e ações tomadas pelo governo que visam garantir determinado direito de cidadania assegurado pela Constituição para a sociedade. As políticas públicas, segundo Sousa (2006), podem ser entendidas como respostas do Estado aos direitos coletivos da população.

Nesse viés, é um direito fundamental dos cidadãos o acesso à informação, previsto na Constituição Federal de 1988 e na LAI. Desse modo, Sousa (2006) afirma que o valor da informação arquivística brasileira para a sociedade fundamenta a necessidade da formulação de políticas públicas de arquivo no país, uma vez que carrega a defesa e a garantia de direitos individuais e coletivos. Essas políticas públicas arquivísticas são definidas por Jardim (2006, p. 10) como

o conjunto de premissas, decisões e ações, produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social, que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

As políticas públicas de arquivo são normalizadas pela legislação arquivística, que não é em si uma política. Isto é, a legislação arquivística apresenta subsídios para colocar em prática as políticas públicas de arquivo, sendo um instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos, conforme explicita Jardim (2006). Assim, a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, intitulada como Lei de Arquivos, pode ser considerada o marco legal para a produção de políticas públicas, uma vez que estabelece conceitos fundamentais em arquivística, como apontado por Carpes e Castanho (2011).

No Brasil, as políticas públicas arquivísticas são formuladas pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão nacional colegiado formado por representantes do governo e da sociedade. Já quem acompanha e implementa essas políticas, no âmbito do Poder Executivo federal, é o Arquivo Nacional, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Para que essas políticas públicas sejam efetivadas, não cabem apenas ao Estado sua formulação e execução. A responsabilidade por sua construção e implementação deve ser um esforço conjunto entre a sociedade, arquivistas, instituições, universidades, Conarq e Arquivo Nacional.

Sendo a política pública uma base para o desenvolvimento das atividades de arquivo nas instituições públicas, faz-se necessária a criação de políticas de arquivo no âmbito interno das instituições que direcionem as atividades realizadas no que concerne ao fluxo e gestão de documentos. Essa política pode ser considerada como uma ferramenta arquivística que aperfeiçoa o uso das informações contidas nos documentos físicos e nato-digitais, de modo a auxiliar nas tomadas de decisão, comprovação de direitos individuais e coletivos e registro da memória coletiva, como lembram Bernardes e Delatorre (2008). As suas diretrizes podem

ser incorporadas na administração por meio de regimentos, instruções e normas internas, com base em um programa de gestão documental.

A gestão de documentos é, ainda conforme o entendimento dessas autoras, um conjunto de normas e procedimentos técnicos para a produção, tramitação, classificação, avaliação, uso, preservação e arquivamento, com a definição de prazos de guarda e destinação final, aplicados durante o ciclo de vida dos documentos. Um arquivo com políticas arquivísticas bem definidas, tendo como base um programa de gestão documental, consegue atender a demandas e necessidades de informação social, já que os documentos de arquivo são registros para a defesa dos direitos de quem os produziu, no cumprimento da missão de agente estatal, e servem de fonte de informações para os cidadãos, de acordo com Silva (2013).

Entendendo a importância da gestão documental nas instituições federais, que contribui para atender a demandas da sociedade e dar transparência às ações das universidades, realizamos este estudo, que tem como objetivo verificar as políticas de arquivo existentes nas universidades federais brasileiras e quais atividades tipicamente arquivísticas são praticadas por elas.

## **METODOLOGIA**

A proposta deste trabalho foi identificar quantas e quais universidades federais brasileiras possuem políticas de gestão de documentos para os arquivos físicos e nato-digitais e verificar as atividades de gestão documental que são realizadas. Foi por meio de um questionário estruturado, aplicado via Internet, já que a distância geográfica e o quantitativo de universidades impediam a aplicação presencial, que se cumpriu o objetivo. As universidades federais estão espalhadas pelas cinco regiões brasileiras e totalizam 63.

O estudo em questão teve duração de oito meses, tendo início em outubro de 2017 com a delimitação do universo da pesquisa e elaboração do questionário. A segunda etapa consistiu na coleta de dados, com duração de cinco meses (novembro de 2017 a abril de 2018). Por fim, a terceira fase, com duração de dois meses, consistiu na tabulação e análise dos dados coletados, além da elaboração deste artigo.

Na primeira etapa, foi realizada uma pesquisa nas páginas on-line<sup>3</sup> das universidades a fim de obter os contatos dos setores de arquivo. Quando não foi possível obter esses dados por meio dos sites, entrou-se em contato pelos telefones gerais das instituições. Ainda assim houve dificuldade, então foi necessário solicitar os contatos por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Além disso, nessa etapa, foi elaborado um questionário, utilizando-se a ferramenta Formulários Google.

Em posse dos e-mails das unidades de arquivo, dos setores administrativos que funcionam como arquivo ou até mesmo de algum arquivista, visto que nem todas as universidades

---

3 O número total de universidades federais brasileiras e suas páginas on-line foi encontrado por meio da ferramenta de busca Google, na Internet.

possuem uma unidade centralizada de gestão de documentos, foi enviado o questionário estruturado. Nessa segunda etapa, também foi preciso solicitar a resposta por meio do e-SIC, visto que muitas universidades não acessaram o e-mail enviado e/ou se recusaram a responder. O questionário foi desenvolvido em três blocos, que somam um total de 89 variáveis, por meio de itens objetivos e subjetivos, de modo a obter as seguintes informações:

- *informações demográficas*: dados sobre as universidades de forma a caracterizar as instituições participantes do estudo;
- *informações sobre o arquivo*: dados sobre a unidade estudada, de modo a verificar o perfil profissional e o posicionamento da unidade na instituição;
- *informações sobre a gestão arquivística de documentos*: dados sobre a gestão documental dos documentos físicos e nato-digitais, para averiguar as políticas de arquivo existentes nas instituições.

Na terceira etapa, os dados foram tabulados em uma planilha para facilitar a visualização dos resultados. A análise foi feita de forma quali-quantitativa e descritiva, que identifica e avalia as políticas de arquivo presentes ou não nas universidades federais brasileiras. Consideraram-se as subjetividades das respostas, como apresentado por Flick, Kardorff e Steinke (2004), alinhadas à questão dos significados sociais.

## RESULTADOS

Foram enviados formulários para 63 universidades federais, das quais 54 responderam, o que equivale a 85,71%. Cinco universidades enviaram o questionário duas vezes, sendo que três formulários foram respondidos por pessoas diferentes dentro da mesma instituição. Isto pode demonstrar a falta de contato entre os setores de trabalho, gerando contradições nas respostas dadas. Dessa forma, optou-se por escolher os formulários com as respostas mais completas.

Os dados das universidades foram levantados na Internet, no entanto o estudo constatou que, na maior parte das páginas on-line das instituições, não havia o contato direto das unidades de arquivo. Isso pode indicar, conforme afirmam Farias e Roncaglio (2015), que as unidades de arquivo precisam investir na sua visibilidade estratégica dentro das instituições.

O estudo optou pela estratégia de contatar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) para conseguir o contato do arquivo. Com essa ação, pôde-se obter o contato dos arquivos das universidades, mesmo que com certa dificuldade, visto que a ligação era transferida mais de uma vez, revelando que os arquivos podem não ser conhecidos internamente.

Verificou-se que 62,96% das universidades analisadas possui, na estrutura administrativa, uma unidade responsável pela gestão da informação.<sup>4</sup> Já em 35,18% não há uma

---

4 A gestão da informação tratada neste artigo é relacionada a setores de instituições que, comumente, não são só responsáveis pelo arquivo, mas também pela administração do uso e circulação da informação.

unidade centralizadora; e apenas um respondente não soube informar se havia uma unidade com atribuições para esse fim. Centralizar a gestão da informação em um setor pode facilitar a concretização de resultados, uma vez que as atividades tendem a permanecer mais alinhadas a um único objetivo, sendo gerenciadas por uma só equipe que direciona os trabalhos.

Sobre a quantidade de funcionários nas unidades de trabalho dos respondentes, 57,40%, o que representa mais da metade dos arquivos das universidades, possui de um a cinco colaboradores. Constatou-se ainda que os arquivos que possuem de cinco a dez colaboradores representam 14,81%; de dez a quinze funcionários, 5,55%; de quinze a vinte, 7,40%. Sete respondentes afirmaram que essa questão não se aplica ao contexto em que estão inseridos e um respondente não soube informar.

Este estudo revelou que, das 54 universidades analisadas, 42 possuem arquivistas no quadro de funcionários dos arquivos. Foi contabilizado o total de 168 arquivistas, que estão divididos da seguinte forma: 61,11% dos arquivos possuem de um a cinco arquivistas; 7,40%, de seis a dez; 5,55%, de onze a quinze; e 3,70%, de dezesseis a vinte profissionais. As duas universidades com as quantidades mais expressivas de arquivistas foram a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 16 e 17 arquivistas respectivamente.

Sobre a existência de políticas desenvolvidas especificamente para as atividades dos arquivos que contemplem os documentos em suporte físico, constatou-se que 48,15% dos respondentes (26 universidades) confirmaram a presença dessas políticas. As propostas citadas consistem em normas, regimentos, manuais e resoluções desenvolvidos em âmbito interno e que direcionam a organização, armazenamento, classificação, avaliação, eliminação, preservação, entre outros procedimentos.<sup>5</sup>

Apenas duas instituições apontaram quais políticas institucionalizadas possuem, que direcionam todas as atividades necessárias nos arquivos: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Algumas instituições citaram que suas políticas estão em fase de atualização.

Parte dos interlocutores citou a legislação arquivística brasileira e as resoluções do Conarq como políticas de arquivo, compreendendo a política em um sentido mais amplo e não com especificidades para os arquivos em questão. Além disso, um dos respondentes apresentou um sistema informatizado como exemplo de política de arquivo, explicando suas funcionalidades.

---

5 Os procedimentos adotados, segundo alguns respondentes, têm como base instrumentos de gestão de documentos, como a resolução n. 35 do Conarq, que dispõe sobre o código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública – atividades-meio e a tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública e também a tabela de temporalidade de destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das instituições federais de ensino superior (Ifes), que são normativas e instrumentos obrigatórios para estas instituições.

A maioria das universidades (51,85%) não possui política de arquivo que contemple os acervos físicos, e esse fato se justifica, segundo os respondentes, pela falta de uma unidade centralizadora que direcione as atividades do arquivo; pela realização de atividades de gestão de documentos de forma isolada e fragmentada; e porque as políticas estão em fase de desenvolvimento por parte dos arquivistas responsáveis.

Este estudo buscou saber também quais atividades ligadas à gestão arquivística e às atribuições dos arquivos são realizadas em relação aos documentos físicos. As atividades citadas pelo maior número de universidades são arquivamento e desarquivamento, tramitação e classificação arquivística. Uma universidade não soube informar e quatro afirmaram não realizar nenhuma das atividades apresentadas no questionário. O percentual de respostas para cada uma das atividades pode ser observado na tabela 1.

**Tabela 1** – Atividades aplicadas aos documentos físicos nas universidades federais

<b>Atividades</b>	<b>Percentual (%)</b>
Arquivamento e desarquivamento	83,33%
Acesso e difusão	55,55%
Registro	77,77%
Tramitação	83,33%
Transferência	53,70%
Classificação	81,48%
Avaliação	55,55%
Descrição	40,74%
Conservação	51,85%

Fonte: elaboração própria, com base na aplicação dos questionários.

Com relação às políticas de gestão de documentos nato-digitais, os quais são produzidos por sistemas informatizados em meio eletrônico, este estudo revelou que, das universidades analisadas, 61,10% não possuem política e apenas 16,70% dos respondentes confirmaram a existência de política para este tipo de documento. Outros 20% consideraram que a existência de políticas não se aplica a sua realidade, possivelmente por ainda não produzirem documentos nato-digitais.

Foram citadas, como políticas, as funcionalidades e possibilidades de gerenciamento dos processos dos sistemas informatizados utilizados. Um respondente afirmou que, resguardando as especificidades dos nato-digitais, serão seguidos as normativas do Conarq. Apenas uma universidade possui uma comissão que inclui estudos voltados à gestão arquivística de documentos nato-digitais, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Sobre as atividades ligadas à gestão arquivística e às atribuições dos arquivos aplicadas aos documentos nato-digitais, constatou-se que as atividades realizadas pelo maior

número de universidades são tramitação, classificação e registro. Onze respondentes não souberam informar e nove afirmaram não realizar nenhuma das atividades apresentadas no questionário. O percentual de respostas para cada uma das atividades pode ser observado na tabela 2.

**Tabela 2** – Atividades aplicadas aos documentos nato-digitais nas universidades federais

<b>Atividades</b>	<b>Percentual (%)</b>
Arquivamento e desarquivamento	37,03%
Acesso e difusão	27,77%
Registro	40,74%
Tramitação	48,14%
Classificação	46,29%
Avaliação	33,9 %
Descrição	22,22%
Armazenamento em rede <sup>6</sup>	31,48%
Preservação em repositório digital <sup>7</sup>	14,81%

Fonte: elaboração própria, com base na aplicação dos questionários.

A produção e o uso de documentos nato-digitais foram considerados como desafios para a realidade arquivística do Brasil para 90,74% dos respondentes. As justificativas se baseiam em: falta de recursos humanos, financeiros e tecnológicos; legislações arquivísticas que não estão consolidadas; dificuldade no atendimento aos cidadãos por meio de portais de transparência; fragilidade da segurança e recuperação das informações nos sistemas já utilizados; falta de modelos/referências que tratem de políticas de arquivo para documentos nato-digitais; profissionais desatualizados, despreparados ou sem participação na implantação e gestão de sistemas; ausência de funcionalidades nos sistemas que garantam a gestão adequada dos documentos, contemplando as funções arquivísticas; e ausência de soluções consolidadas e padronizadas para a preservação digital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A motivação deste estudo foi identificar as universidades federais brasileiras que possuem uma política de arquivo consolidada e quais atividades de gestão de documentos são praticadas nessas instituições. Dessa forma, pretende-se contribuir para a salvaguarda dos

<sup>6</sup> Método utilizado para conservação de documentos nato-digitais.

<sup>7</sup> Método utilizado para conservação de documentos nato-digitais.

documentos públicos das universidades e para a garantia dos direitos dos cidadãos em ter acesso à informação de forma segura, eficiente, transparente e autêntica.

A partir dos dados, percebe-se que a maior parte das universidades realiza atividades que estão pautadas na gestão documental, mas menos da metade possui uma política que as norteie. Essa situação pode ser considerada delicada, uma vez que, ao realizar atividades de gestão sem ter uma política em que se basear, a instituição tende a fazer procedimentos sem o mínimo de padronização.

Deve-se levar em conta que a política de arquivo e a gestão de documentos se complementam, uma vez que as políticas fornecem o referencial teórico necessário às práticas envolvidas em um programa de gestão documental. Da mesma forma que a gestão sem uma política que norteie suas atividades pode causar prejuízos à instituição, também não faz sentido ter uma política sem os recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para realizar as atividades.

Pode-se inferir que na sociedade atual há o entendimento de que as tecnologias podem facilitar o acesso à informação, atendendo de modo eficiente e eficaz às demandas dos cidadãos. No entanto, no caso das universidades, ainda não há a gestão arquivística dos documentos nato-digitais, e isso talvez se dê pelo fato de acreditarem que as ferramentas tecnológicas supram essa necessidade. Essa visão é arriscada, já que o desenvolvimento de sistemas informatizados deve considerar requisitos definidos pela arquivística e que garantam a gestão de documentos. Além disso, a consolidação das informações contidas nos documentos depende da definição de normas e procedimentos que envolvem a área da arquivística.

Referindo-se a documentos de arquivo, que são produzidos e/ou acumulados por pessoas físicas e/ou jurídicas no decorrer das suas atividades e funções, o tratamento dos nato-digitais deve ser igual ao dos documentos físicos, diferenciando-se somente o suporte. Os resultados que se referem à gestão de documentos nato-digitais, se comparados com os dos documentos físicos, demonstram que o tratamento dado àqueles é o mesmo, porém o número de instituições que realizam atividades de gestão ainda é menos expressivo.

De modo geral, por meio da análise dos dados evidenciou-se que ainda há a necessidade de conscientização sobre a importância dos arquivos possuírem diretrizes que demonstrem a relevância dos trabalhos arquivísticos, não somente nos âmbitos coletivos e nacionais, como no caso das atribuições do Conselho Nacional de Arquivos, mas também com políticas internas que ampliem a visibilidade do arquivo dentro da instituição da qual faz parte.

No cenário atual, a produção de documentos nato-digitais tende a crescer cada vez mais; no entanto existe uma preocupação referente aos documentos físicos, uma vez que há um passivo sem tratamento arquivístico. Isso nos leva a um questionamento: mesmo com políticas públicas de arquivo consolidadas, ainda não há controle total sobre a gestão de documentos físicos, então como fazer políticas arquivísticas que abranjam as atividades de gestão de documentos nato-digitais se não há um consenso sobre como geri-los e preservá-los?

Nessa perspectiva, sugere-se que haja um estudo mais aprofundado sobre a gestão de documentos nato-digitais, para que as políticas de arquivo desses documentos se concreti-

zem não só nas universidades federais, como em outras instituições públicas e privadas. Em um contexto de constantes transformações tecnológicas, uma política de arquivo para os documentos nato-digitais representaria um direcionamento para as instituições públicas, permitindo que o tratamento desses documentos estivesse em conformidade com os princípios arquivísticos e acompanhasse as contínuas mudanças oriundas das tecnologias.

## Referências

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. *Gestão documental aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao\\_documental\\_aplicada.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 nov. 2011. p. 1 (edição extra). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CARPES, Franciele Simon; CASTANHO, Denise Molon. A política nacional de arquivos nas perspectivas das universidades federais do Rio Grande do Sul. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n. 4, p. 192-211, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1292>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

FARIAS, Juliana Pinheiro; RONCAGLIO, Cynthia. Aplicação da Nobrade nos arquivos públicos municipais. *Archeion Online*, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 65-76, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/24778>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

FLICK, Uwe; KARDOFF, Ernst von; STEINKE, Ines. Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. [O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução]. In: \_\_\_\_\_. *Qualitative Forschung: Ein Handbuch* [Pesquisa qualitativa: um manual]. Reinbek: Rowohlt, 2004. p. 13-29.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/62325>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

SILVA, Anna Carollyna Bulhões Moreira; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Responsabilidade ética e social do arquivista e a Lei de Acesso à Informação. *Ágora – Revista do curso de arquivologia da UFSC*, v. 27, n. 55, p. 539-565, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/672>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

SILVA, Luiz Carlos da. *Políticas públicas de arquivo: a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECIC-9C2NQR?show=full>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas arquivísticas. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul, 2006. p. 1-18. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO\\_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf)> Acesso em: 30 mai. 2018.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; SOUSA, Markson Roberto Ferreira de. Reflexões sobre a regulamentação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo federal. *Revista Analisando em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 77-98, jul./dez. 2016. Disponível em: <[http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4\\_n2/racin\\_v4\\_n2\\_artigo05.pdf](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_n2/racin_v4_n2_artigo05.pdf)>. Acesso em: 5 abr. 2018.

---

Recebido em 29/6/2018

Aprovado em 14/2/2019

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO**  
**DISCIPLINA NECESSÁRIA À FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA?**  
**INFORMATION LITERACY**  
**DISCIPLINE NECESSARY FOR THE TRAINING OF THE ARCHIVIST?**

**RENATA LIRA FURTADO** | Professora da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará. Doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp) | [re23br@gmail.com](mailto:re23br@gmail.com)

**REGINA CÉLIA BAPTISTA BELLUZZO** | Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp | [rbelluzzo@gmail.com](mailto:rbelluzzo@gmail.com)

**MARCIA CRISTINA DE CARVALHO PAZIN VITORIANO** | Doutora em História Social pela USP. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Unesp | [marciapazin@marilia.unesp.br](mailto:marciapazin@marilia.unesp.br)

**RESUMO**

Pretende-se identificar elementos relacionados à competência em informação nas diretrizes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos de graduação em arquivologia brasileiros. Os resultados evidenciaram que os preceitos da disciplina transitam nos documentos de forma implícita, contudo é necessário observar outros indícios que consolidem a sua relevância para a formação arquivística.

*Palavras-chave: arquivologia; competência em informação; formação profissional.*

**ABSTRACT**

It aims to identify elements related to information literacy in the curriculum guidelines and pedagogical projects of undergraduate courses in Brazilian archival science. The results evidenced that the discipline precepts pass through the documents implicitly, however, it is necessary to identify other evidences that consolidate its relevance to the archival training.

*Keywords: archival science; information literacy; professional qualification.*

**RESUMEN**

Se pretende identificar elementos relacionados a la alfabetización informacional en las directrices curriculares y proyectos pedagógicos de los cursos de graduación en archivología brasileños. Los resultados evidenciaron que los preceptos de la disciplina transitan en los documentos de forma implícita, sin embargo es necesario identificar otros indicios que consoliden su relevancia para la formación arquivística.

*Palabras clave: archivología; alfabetización informacional; formación profesional.*

## INTRODUÇÃO

A presente reflexão visa identificar elementos relacionados à disciplina competência em informação (ColInfo) nas diretrizes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos de graduação em arquivologia brasileiros, considerando, principalmente, o papel do arquivista na sociedade contemporânea, onde o fluxo de informações é imensurável, a democratização do acesso à informação surge como uma necessidade latente e os avanços tecnológicos têm exigido cada vez mais o desenvolvimento de habilidades para lidar com a informação.

Nesse contexto, a ColInfo se destaca como uma disciplina relevante que permite ao indivíduo usufruir das informações e dos recursos tecnológicos para desenvolver-se de forma autônoma, atender às suas próprias necessidades informacionais e às do seu meio social. Contudo, pouco ou nada se aborda sobre a ColInfo no universo arquivístico, mesmo estando a arquivologia tão próxima da ciência da informação.

Tal evidência pode estar relacionada tanto com sua origem atrelada ao uso de fontes de informação, técnicas e métodos de estudo e habilidades para pesquisa em bibliotecas, como com a carência de pesquisas arquivísticas que tenham como objeto o sujeito e os processos de criação, de aprendizado, de resolução de problemas e de tomada de decisão.

A pesquisa em arquivologia no Brasil denuncia um tempo de renovação de pensamentos e práticas, condizentes com o cenário social permeado pela evolução tecnológica e todas as implicações dela decorrentes, que impactam diretamente no desenvolvimento de novas teorias e na consolidação de uma ciência. Seja pelos questionamentos em torno de seu objeto, objetivos, metodologias e terminologia, seja pela inserção de novas teorias, o fato é que a partir dos anos de 1980 a arquivística atravessa um momento de transição em busca de novos fundamentos teóricos que ofereçam subsídios tanto para o ‘saber’ quanto para o ‘fazer’ arquivístico.

Nessa vertente é possível vislumbrar pesquisas no âmbito da arquivologia apropriando-se de teorias já consolidadas em outras disciplinas que possam vir a contribuir para a consolidação da área. Temáticas que escapam do fazer-técnico arquivístico, que buscam responder questões além do eixo clássico, envolto de procedimentos e funções, que fogem ao escopo do núcleo duro da ciência arquivística – organização e representação da informação – ainda ocorrem de forma tímida no Brasil e, quando acontecem, é no âmbito de programas de pós-graduação em ciência da informação, considerando-se, inclusive, a existência de um único programa de pós-graduação específico em arquivologia no Brasil.

Nesse contexto é possível elencar pesquisas que propõem um diálogo com áreas afins à arquivologia, como é o caso da interlocução com temas correlatos à biblioteconomia e à ciência da informação (CI), que tem se mostrado valiosa e proveitosa, percebendo-se que é possível enriquecer a área sem diminuir ou enfraquecer as bases da disciplina arquivística (Carmo, 2015). Dentre essas pesquisas elencamos a “Arquivometria”, proposta por Elias (2015), oriunda dos estudos métricos; a “Mediação arquivística”, proposta por Lousada (2015) e Carmo (2015) e os “Estudos de usuários em arquivos”, abordados por Vaz (2015) e Andrade (2014).

No Brasil, as pesquisas envolvendo a competência em informação na arquivologia ainda são incipientes: Martendal, Silva e Vitorino (2017) analisaram os projetos pedagógicos

dos cursos de graduação em arquivologia de três universidades sulinas com o objetivo de identificar em que medida as quatro dimensões da disciplina se relacionam com o perfil desejado para os egressos, e Furtado, Belluzzo e Pazin (2016), por meio da revisão bibliográfica sistemática (RBS), mapearam a relação entre as temáticas Colnfo e arquivologia na produção acadêmica no cenário nacional e internacional, evidenciando a baixa produção bibliográfica diante de uma relação ainda pouco explorada, mas com elevado potencial de pesquisa.

## COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A expressão competência em informação<sup>1</sup> é o equivalente em português do Brasil ao termo *information literacy*, que surgiu, em novembro 1974, em um documento elaborado pelo bibliotecário americano Paul Zurkowski, reconhecido como o primeiro a mencioná-lo ao apresentar à National Commission on Libraries and Information Science (NCLIS) o relatório *The information service environment relationships and priorities*, cujo principal objetivo era instruir a população para lidar com a abundância de informações disponíveis que excedem a capacidade humana de avaliar, com a diversidade de procedimentos de busca de informação existentes e com a variedade de rotas de acesso e fontes informacionais mal compreendidas e subutilizadas (Zurkovski, 1974, tradução nossa).

Desde então, a competência em informação vem se consolidando na ciência da informação e na biblioteconomia, dentre outras áreas, inclusive com a participação de entidades como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que durante a última década tem promovido ativamente ações em torno da informação e do conhecimento, nas quais a Colnfo aparece como um fator relevante nos projetos que visam a construção de uma sociedade pluralista, equitativa e participativa, capacitando os cidadãos para tomar decisões críticas e proporcionando aos países sustentabilidade para o desenvolvimento político, econômico e social.

Dudziak (2008) apresenta a Colnfo como um movimento mundial com muitas iniciativas documentadas e contextualizadas nas diferentes sociedades e culturas, que transita em qualquer currículo ou formação e se constrói sobre um trabalho colaborativo que vai muito além dos limites da biblioteca e mesmo das instituições de ensino. A competência em informação está inserida no processo de emancipação humana, é um diferencial de desen-

---

1 No Brasil, o termo competência em informação consolidou-se em 2011, no seminário "Competência em Informação: cenários e tendências", realizado durante o XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, na cidade de Maceió, Alagoas, sendo registrado, inclusive, na "Declaração de Maceió sobre a competência em informação", documento resultante do evento. A exemplo de outros países, na "Carta de Marília" (2014) foi recomendada a utilização da sigla – Colnfo – para indicar essa competência, a fim de que pudesse haver diferenciação da sigla utilizada para a ciência da informação (CI). A decisão pela tradução do termo foi corroborada pela Unesco, por meio da publicação *Overview of information literacy resources worldwide*, primeira e segunda edições (2013, 2014), organizada por Horton Jr., que consolidou a utilização da expressão como tradução oficial em português brasileiro para o termo norte-americano *information literacy*, estando registrada na logomarca da Unesco para a Colnfo.

volvimento socioeconômico e fator de promoção da inclusão social, elementos esses que justificam a necessidade de ampliação de estudos e debates sobre o tema e o engajamento dos profissionais da informação que devem ser os responsáveis pela ampliação das bases epistemológicas, práticas e políticas próprias e adequadas à realidade brasileira.

Para Forest Woody Horton Jr. (2007), o termo competência em informação está intimamente relacionado ao aprender a aprender e ao pensamento crítico. Significa o conjunto de atitudes e conhecimentos utilizados para saber quando a informação é necessária para ajudar a resolver um problema ou tomar uma decisão; como articular essa informação precisa em termos e linguagens pesquisáveis, e em seguida procurar a informação de forma eficiente, além de recuperar, interpretar, entender, organizar e avaliar a sua credibilidade e autenticidade, verificar a sua relevância e comunicá-la aos outros.

Diante dos distintos conceitos apresentados na literatura, Mata, Casarin e Marzal (2016) apresentam três perspectivas conceituais para a competência em informação, consideradas necessárias e complementares:

- perspectiva descritiva, com foco no usuário, relacionada ao conjunto de habilidades e à aquisição de comportamentos informacionais;
- perspectiva disciplinar, como área do conhecimento, destinada à pesquisa, ao desenvolvimento de metodologias específicas de análise, padrões e modelos pedagógicos, dedicada ao aprofundamento teórico e investigativo da ColInfo;
- perspectiva ensino-aprendizagem, relacionada à aquisição de habilidades para os processos de uso da informação, por meio de programas de ColInfo em instituições de ensino ou em outros ambientes, de modo formal ou informal, vinculados às disciplinas curriculares (Mata, Casarin e Marzal, 2016).

Nesse contexto, cabe incluir uma breve discussão em torno do conceito de disciplina, que permeia as definições apresentadas para a “perspectiva disciplinar” e para a “perspectiva ensino-aprendizagem”. Optou-se por expor as reflexões defendidas por Pombo (2010), para quem a palavra disciplina pode ter três significados: 1) disciplina como ramo do saber, 2) disciplina como componente curricular e 3) disciplina como conjunto de normas ou leis que regulam uma determinada atividade ou o comportamento de determinado grupo. Em Marques (2007), são destacadas as considerações acerca da diferença entre os termos disciplina científica e disciplina curricular – o primeiro configura-se como um ramo particular do conhecimento científico e o segundo constitui a prática de ensino de determinada disciplina científica.

Assim, é possível considerar a perspectiva disciplinar da ColInfo como disciplina ramo do saber e disciplina científica, enquanto a perspectiva ensino-aprendizagem é vista como disciplina componente curricular e disciplina curricular. Ainda com base nessa discussão, a competência em informação configura-se, nesta pesquisa, com relação ao termo disciplina, ora como disciplina científica, ora como disciplina curricular.

Atualmente, os estudos sobre competência em informação evidenciam questões que envolvem a mídia, a cidadania, a tecnologia, a educação e, mais recentemente, o universo

organizacional, fatores e ambientes que aproximam os indivíduos comuns de uma área de estudo restrita até pouco tempo ao âmbito científico e acadêmico.

A pesquisa de Brisola et al. (2016) apresenta uma discussão atual, ainda pouco explorada no Brasil, na vertente da competência crítica em informação. Jesus (2016), em sua pesquisa intitulada *Padrões de competências em informação: uma análise comparativa dos indicadores, direcionada a avaliação de competências infocomunicacionais e infomidiáticas*, apresenta como objetivo analisar os indicadores propostos pelos padrões de competência em informação derivados da Association of College & Research Libraries/American Library Association (ACRL/ALA) (2000) e verificar se estes permitem mensurar as “novas” competências – a infomidiática e a infocomunicacional –, que são expansões da competência em informação.

Yafushi (2015) parte do pressuposto de que a competência em informação é um recurso estratégico valioso para a organização na geração de novos conhecimentos para tomada de decisões, apresentando, no contexto organizacional, resultados que permitiram demonstrar que a ColInfo possui estreita relação com a construção de conhecimento e com as ações executadas pelos gestores e aplicadas em seus processos decisórios.

No âmbito educacional, especificamente no ensino superior, a pesquisa de Mata (2014) analisou como a competência em informação e os conteúdos de formação pedagógica têm sido inseridos e abordados nos currículos dos cursos de biblioteconomia do Brasil e de informação e documentação na Espanha. Constatou, no âmbito brasileiro, que dez dos 39 cursos de graduação em biblioteconomia apresentam disciplinas relacionadas à competência em informação, sendo todas de caráter obrigatório, o que pode ser considerado um importante avanço na área, observando-se que o tema é recente nesse contexto, embora poucos cursos tenham aderido à disciplina até o momento.

Ainda na mesma esfera educacional, o ensino superior, situa-se a tese de doutorado de Gabriela Belmont de Farias intitulada *Competência em informação no ensino de biblioteconomia: por uma aprendizagem significativa e criativa* (2014), que objetivou estabelecer a inter-relação dos conceitos da aprendizagem significativa, aprendizagem por competência e criatividade, a fim de contribuir com subsídios para o desenvolvimento da competência em informação como disciplina e/ou conteúdo transversal nas disciplinas dos cursos de biblioteconomia no contexto brasileiro.

As pesquisas de Mata (2014) e Farias (2014) apresentam uma pequena fração da realidade dos cursos de graduação, o curso de biblioteconomia, que, assim como o de arquivologia, está no domínio da ciência da informação e ainda não tem consolidada a vivência da ColInfo em seus projetos político-pedagógicos. Dessa forma, aos pesquisadores, docentes e alunos fica a missão de agir de maneira colaborativa a fim de propor mudanças a partir de seus “microambientes”.

## **A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

O ensino superior, assim como os demais níveis de ensino, vivencia um cenário de transformações expressivo, onde predomina a incerteza do lugar de consolidação da universidade.

de ao longo do século XXI. Contudo, pesquisas indicam um amplo conjunto de tendências que vislumbram esse cenário, como as mudanças apontadas por Porto e Régnier<sup>2</sup> no relatório de 2003 *O ensino superior no mundo e no Brasil – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória: mudanças nas relações da universidade com a sociedade, na natureza da prestação dos serviços acadêmicos e no modo de execução das atividades acadêmicas* (Porto; Régnier, 2003).

Algumas das mudanças apontadas em 2003 são realidade nos dias de hoje, outras ainda compõem um cenário desconhecido no contexto brasileiro. Com relação às mudanças nas relações da universidade com a sociedade, os autores apontam que à medida que a universidade, além dos papéis clássicos de ensino, pesquisa e extensão, tem desempenhado outras funções de interesse da sociedade, como serviços de saúde e assistência, fomento ao desenvolvimento econômico, entretenimento, entre outros, as barreiras que a protegiam das invasões de agentes políticos e econômicos estão sendo derrubadas. Dessa forma, a universidade como instituição está se tornando cada vez mais visível e vulnerável, e menos protegida diante dos agentes da sociedade, requerendo, portanto, novas formas de inserção e interação com o ambiente externo.

Ao abordarem as mudanças na natureza da prestação dos serviços acadêmicos, Porto e Régnier (2003) indicam que a universidade, na prestação dos serviços de educação superior, tende a assumir, cada vez mais, características voltadas para a *formação continuada*, proporcionando condições para uma aprendizagem contínua por toda a vida profissional; para a *redução de fronteiras rígidas entre os serviços*, significando que as diferentes atividades acadêmicas não apenas se tornam mais inter-relacionadas, mas se fundem efetivamente; para a *aprendizagem assíncrona*, quebrando as restrições de tempo e espaço e tornando as oportunidades de aprendizagem mais compatíveis com as necessidades e estilos de vida das pessoas; e, de uma maneira ampla, ofertando serviços bastante diversificados, visando servir a uma população cada vez mais diferenciada e com inúmeras e variadas necessidades e objetivos.

Sobre as mudanças no modo de execução das atividades acadêmicas, os autores apresentam um cenário em que a universidade do século XXI será considerada, cada vez mais, como uma instituição prestadora de serviços do conhecimento (criação, preservação, integração, transmissão e aplicação), em qualquer das formas demandadas pela sociedade contemporânea. Nesse contexto, embora seus papéis tradicionais de ensino-pesquisa-extensão não devam sofrer alterações fundamentais, seus modos específicos de execução mudarão significativamente. Os autores elencam, como exemplos, o “modelo artesanal” de produção transformando-se em outro mais próximo da “produção em massa”; os métodos de ensino-aprendizagem e os papéis dos professores submetidos a fortes pressões para mudança,

---

2 Baseado em: Understanding the competitive environment of the postsecondary knowledge industry. In: PETERSON, Marvin et al. *Planning and management for a changing environment: a handbook for redesigning postsecondary institutions*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1997.

principalmente em função das novas tecnologias e da geração digital; o desenvolvimento de pesquisas e dos processos de criação serão mais coletivos e multidisciplinares, tendo em vista tanto os recursos tecnológicos disponibilizados como a natureza dos novos conhecimentos demandados pela sociedade; e, por fim, o modelo de “biblioteca do futuro”, que suportará diferentes mídias e extrapolará suas atuais funções e domínios tradicionais de abrangência (Porto; Régnier, 2003).

A *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação* (Unesco, 1998) ressalta em seu preâmbulo a procura pela educação superior, acompanhada de sua enorme diversificação e da consciência do seu papel para o desenvolvimento sociocultural e econômico. O documento destaca que

sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade (Unesco, 1998, p. 1).

O documento *Marco de ação da educação 2030*, produto do Fórum Mundial de Educação de 2015, apresenta em sua meta 4.3: “Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todas as mulheres e homens a uma educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, inclusive a universidade”. Nessa meta, merecem destaque os seguintes indicadores, que relacionam o ensino superior com a ColInfo: reduzir as barreiras ao *desenvolvimento de habilidades*, oferecer oportunidades de *aprendizado ao longo da vida* para jovens e adultos, estimular o *pensamento crítico e criativo* e gerar e disseminar conhecimentos para o crescimento social, cultural, ecológico e econômico. Por meio de sua função de pesquisa, essas instituições desempenham um papel fundamental na *criação de conhecimentos* e no apoio à ampliação das *capacidades analíticas e criativas* que possibilitam a descoberta de soluções para problemas locais e globais, em todas as áreas do desenvolvimento sustentável. Promover a *aprendizagem ao longo da vida* requer uma abordagem setorial ampla que englobe a aprendizagem formal, a não formal e a informal para pessoas de todas as idades, especificamente oportunidades de educação e formação de adultos.

Os termos grifados nos indicadores apresentados demonstram que os elementos que compõem a base teórica da competência em informação permeiam a discussão em torno das melhorias para a educação superior nos próximos anos, indicando a relevância da inserção da ColInfo como temática transversal, transdisciplinar e que perpassa conteúdos tradicionais.

Ao analisarmos a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente o artigo 43, que define as finalidades da educação superior, também é possível identificar pontos convergentes com a ColInfo, como o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação contínua; o

incentivo ao trabalho de pesquisa e à investigação científica e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos.

O documento *Marco de ação da educação 2030* aponta, ainda, *estratégias indicativas* para se atingir a meta proposta. Dentre elas, a que mais se destaca no contexto desta pesquisa é o papel das instituições de educação terciária, inclusive universidades, que devem apoiar e fomentar o desenvolvimento de políticas para a oferta de oportunidades de *aprendizagem ao longo da vida* que sejam equitativas e de qualidade. A proposição dessa estratégia corrobora o pensamento de Lau (2013), para quem o sistema educacional tem a grande responsabilidade de formar pessoas com capacidade cognitiva para acessar os benefícios que oferece a chamada sociedade do conhecimento, assim como para formar atores decisivos para os destinos do país.

Dudziak (2003) afirma que se almejamos uma nova educação, direcionada para a competência em informação, faz-se necessário alterar as bases da comunicação e as estruturas de poder dentro das instituições de ensino, considerando que a ColInfo encontra respaldo nas práticas curriculares, por meio do currículo integrado (baseado na transdisciplinaridade) e no aprendizado baseado em recursos (*resource-based learning*) que objetivam instrumentalizar e interiorizar comportamentos que levem à proficiência investigativa, ao pensamento crítico, ao aprendizado independente ao longo da vida.

Badke (2010) reitera que, apesar da presença de muitos programas de competência em informação em ambiente universitário, sendo a maioria no âmbito das bibliotecas, a literatura apresenta a ColInfo como um conteúdo acadêmico viável, porém que ainda permanece escondido para a maioria dos professores e gestores acadêmicos. O autor aponta que os possíveis motivos para sua invisibilidade no ambiente universitário são a interpretação equivocada; a ausência nas agendas das instituições; a falsa crença de que a competência em informação é adquirida apenas pela experiência; a errônea suposição de que é sinônimo de capacidade tecnológica. A cultura dos professores e gestores acadêmicos torna a ColInfo menos significativa do que outras atividades educacionais e os organismos de acreditação ainda não avançaram para uma concepção em que a competência em informação assuma uma posição viável para o ensino superior. Faz-se necessário e urgente, no cenário atual de informação e de transformações, que essas barreiras sejam superadas e que a ColInfo possa ocupar um lugar proeminente na experiência acadêmica (Badke, 2010, tradução nossa).

São inúmeras as evidências que colocam a ColInfo como uma temática que deve ser discutida e inserida no contexto universitário. Essa preocupação não é uma pauta recente, a temática está inserida em pesquisas por todo o mundo. Estados Unidos, Austrália e Reino Unido elaboram, desde a década de 1980, documentos, modelos, padrões e *frameworks* que destacam a relevância da disciplina no ensino superior. Segundo Jonhston e Webber (2003), uma das prioridades estratégicas listadas no documento australiano *An education and training action plan for the information economy*, de 2000, para o ensino superior, é incentivar as universidades a assegurar que seus graduados ingressem no mercado de trabalho com as competências necessárias, incluindo habilidades informacionais e de aprendizagem. No Reino Unido, a ColInfo raramente é mencionada explicitamente nos documentos como parte das “habilidades-chave”, contrastando com a abordagem australiana, em que os

relatórios oficiais mencionam diretamente a competência em informação, em vez de apenas habilidades em tecnologias da informação (TI) (Jonhston; Webber, 2003).

No cenário americano, Jonhston e Webber (2003) apresentam como um problema o fato de a maioria das iniciativas de competência em informação nos Estados Unidos serem lideradas por bibliotecários, cujo trabalho não pode ser integrado como créditos em aulas. Segundo os autores, muita atenção foi dada à Colíno por tomadores de decisão políticos, bibliotecários e acadêmicos, porém os resultados ainda são relativamente tímidos, ofertando um guia potencialmente superficial para a elaboração de um currículo para a disciplina no ensino superior. Ainda assim, as iniciativas são insuficientes em todo o mundo, principalmente no Brasil, para fomentar ações que reflitam, por exemplo, na criação de políticas públicas que sejam realmente implementadas.

### **A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

Jardim (2006) acredita ser impossível analisar a dimensão educativa da arquivologia sem considerar o seu percurso, dentro e fora do Brasil, como campo do conhecimento. Para ele, é preciso pensar a arquivologia como área científica e formadora dos membros que a produzem e reproduzem como campo do conhecimento. Tal reflexão é corroborada por Bellotto, para quem “não resta a menor dúvida de que a formação universitária é o mais importante instrumento para que a atividade arquivística passe, de uma vez por todas, de simples ocupação a profissão” (2006, p. 303).

Eastwood (1988, p. 229) cita o italiano Eugenio Casanova que bem observou que “a questão do treinamento do arquivista é uma das mais difíceis, pois há sempre o risco de exigir e fazer muito pouco ou apresentar pretensões exageradas”. Na verdade, nenhum elemento é mais importante para qualquer profissão do que a educação de seus membros, pois é a educação profissional que modela a perspectiva dos aprendentes e a imagem que estes apresentam para sociedade.

Em sua tese de doutorado, Oliveira (2014) analisou os vínculos acadêmicos, os projetos político-pedagógicos e os currículos adotados nos cursos de arquivologia das universidades brasileiras com o intuito de identificar como ocorre a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências que o arquivista deve dominar, bem como as relações estabelecidas entre os conteúdos curriculares e as características particulares de cada curso. Essas análises possibilitaram identificar que

no âmbito dos cursos de graduação em arquivologia existem diversas propostas curriculares, decorrentes das diferenças entre: as vinculações acadêmicas e institucionais dos cursos, as formações/titulações dos docentes, os perfis dos alunos e as variadas demandas do mundo do trabalho. Desse modo, cada curso discute sobre estruturas curriculares que contemplem sua própria realidade. É possível identificar semelhanças entre os modelos de formação adotados pelas universidades brasileiras. Alguns cursos dialogam mais com a História e privilegiam em sua estrutura curricular os arquivos permanentes,

outros estão mais próximos da administração e têm os currículos voltados para os arquivos correntes e para a compreensão da gestão documental no âmbito administrativo. Existem cursos que demonstram preocupação em incentivar a pesquisa e a formação de alunos com perfil acadêmico, enquanto outros sequer contemplam em sua grade curricular disciplinas voltadas para a pesquisa ou metodologia científica (Oliveira, 2014, p. 28).

A análise de Oliveira (2014) encontra consonância em Duranti (2007), para quem a educação contemporânea que os arquivistas recebem é extremamente variada. A formação pode ser diferente de um continente para outro, de um país para outro, de uma universidade para outra. Considerando que essas variáveis dependem da história dos países, de suas estruturas arquivísticas, dos fundos documentais que preservam, das tradições arquivísticas, de fatores específicos inerentes às universidades, da formação dos professores e dos recursos financeiros disponíveis.

Com base no contexto do programa InterPARES, Duranti apresenta características essenciais em qualquer programa de formação em arquivologia: 1) harmonizar o corpo universal de conhecimentos da ciência arquivística com os aspectos específicos da realidade e dos registros locais; 2) balancear o aspecto teórico com a prática, fornecer maneiras de relacionar teorias e metodologias com o ambiente profissional; 3) treinar para pesquisa e incentivar a participação em projetos de pesquisa, com o objetivo de desenvolver habilidades que possam contribuir para o avanço disciplinar do conhecimento (Duranti, 2007).

A autora defende que a chave para uma correta educação do novo arquivista é a *flexibilidade*, proporcionando uma experiência de aprendizagem holística que lhe permita seguir as próprias inclinações, interesses e aspirações. Essa flexibilidade é possível por duas razões: 1) em programas com as três características necessárias já identificadas, o aluno será preparado para adquirir conhecimento fora da educação formal; 2) e terá a oportunidade de complementar a formação em programas de pós-graduação por meio de cursos de formação, seminários e conferências, sem considerar a literatura disponível na internet, os sites das associações profissionais, das instituições arquivísticas etc. O que devemos ensinar aos alunos é como explorar e usar todos esses recursos de uma forma inteligente (Duranti, 2007).

Este desafio é compartilhado por Jardim (2006):

O grande desafio hoje, ao tentarmos educar alguém para exercer qualquer área do conhecimento – não apenas na arquivologia – é o de formarmos profissionais disponíveis intelectualmente para manterem-se constantemente atualizados. Por isso, mais do que nunca, o projeto pedagógico tem que estar direcionado para a formação de um profissional com *senso crítico*, com *capacidade de aprender constantemente*. [...] As “novas” exigências de formação de arquivistas são distintas de um padrão que esteve em vigor até muito recentemente, um padrão relacionado, sobretudo, a uma arquivologia de manuais. Ou seja, as perguntas estavam de certa forma, prontas e mapeadas e as respostas, de maneira geral, também. A transição para um novo padrão de formação de arquivistas ainda não está consolidada. Estou falando em termos gerais e não apenas sobre o Brasil.

Por isso mesmo, mais do que nunca o ensino na área necessita aproximar-se – e vem se aproximando aos poucos – da pesquisa. O binômio *ensino/pesquisa* é cada vez mais fundamental para a arquivologia. Nesse sentido, nós temos um cenário que também é inovador, no qual a universidade atua não só como lócus de formação de profissionais, mas também de *produção do conhecimento* (Jardim, 2006, p. 12, grifo nosso).

Embasado, principalmente, em Duranti (2007) e Jardim (2006), que compartilham ideias muito próximas de que a formação do arquivista deve ser estruturada no desenvolvimento de habilidades que contribuam para a construção e disseminação do conhecimento, calçada na flexibilidade do indivíduo capaz de despertar seu senso crítico e sua capacidade de aprendizagem constante, pontos essenciais para a ampliação da competência em informação, apresenta-se um dos eixos da pesquisa de doutorado da qual esse estudo faz parte: identificar se os cursos de graduação em arquivologia brasileiros têm contemplado, nas diretrizes curriculares e em seus projetos pedagógicos, elementos relacionados com a disciplina.

A coleta de dados se deu por meio da pesquisa documental e a sua avaliação, pela análise de conteúdo (Bardin, 2011). O material foi submetido a um estudo embasado nas proposições de Dudziak (2001), que relaciona o desenvolvimento da competência em informação com o processo de aquisição de conhecimentos e habilidades em diferentes contextos ao longo da vida, representado por três concepções, caracterizadas como categorias de análise:

1. *Informação, com ênfase nas tecnologias*, envolvendo as habilidades de operação e comunicação por meio de computadores, a compreensão do funcionamento de equipamentos, programas e aplicações e ainda a produção, organização, disseminação e acesso de forma automatizada com vistas a resolver problemas por meio do uso da tecnologia;
2. *Conhecimento, com ênfase nos processos cognitivos*, em que ocorre o processo de busca da informação para a construção do conhecimento;
3. *Inteligência, com ênfase no aprendizado ao longo da vida*, que engloba não só conhecimentos e habilidades como também a noção de valores atrelada à dimensão social do indivíduo, como ética, autonomia, responsabilidade, criatividade, pensamento crítico, “aprender a aprender,” com ênfase no cidadão como ser social.

O *corpus* de análise configura-se nos 16 projetos pedagógicos de curso (PPC)<sup>3</sup> das graduações em arquivologia no Brasil e no parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara

---

3 A coleta de dados para constituição do *corpus* nesta etapa da pesquisa iniciou-se na plataforma E-MEC <<http://portal.mec.gov.br/>>, a fim de identificar os cursos de graduação oferecidos no país e autorizados pelo Ministério da Educação (MEC). Foram identificados 16 cursos de graduação em arquivologia: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal da Bahia (Ufba); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Amazonas (Ufam); e Universidade Federal do Pará (Ufpa).

de Educação Superior – CNE/CES 492/2001, que estabelece as diretrizes curriculares (DC) para os cursos de arquivologia, objeto da primeira fase do estudo. Como resultado inicial, concluiu-se que todos os 16 projetos pedagógicos contemplam as DC apresentadas no parecer CNE/CES 492/2001, que indicam condições básicas relacionadas ao perfil dos formandos e às competências e habilidades. Com relação ao *perfil dos formandos*, o referido documento destaca que

o arquivista deve ter o domínio dos conteúdos da arquivologia e estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente os que demandem intervenções em arquivos, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural (Brasil, 2001).

No quesito *competências e habilidades* dos graduados em arquivologia, o parecer CNE/CES 492/2001 apresenta as de caráter geral e comum e as de caráter específico. Dentre as competências e habilidades gerais, destacam-se para este recorte: gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; desenvolver e utilizar novas tecnologias; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo (Brasil, 2001).

As competências e habilidades destacadas no parecer permitem traçar um paralelo com preceitos da ColInfo, como produção e divulgação de conhecimento, questões tecnológicas, necessidades informacionais, autonomia, criatividade, entre outros. Contudo, o documento foi homologado em 2001, período em que as discussões em torno da *information literacy* ainda se iniciavam nas pesquisas nacionais, considerando-se que foi no ano de 2000 que surgiram os primeiros estudos sobre competência em informação no Brasil. Caregnato (2000) foi a primeira pesquisadora brasileira a mencionar a *information literacy* no contexto nacional, termo traduzido como “alfabetização informacional” e apresentado junto à expressão “habilidades informacionais” em uma tentativa de modernizar a expressão “estudos de usuário”. Assim, supõe-se que as competências e habilidades apresentadas no parecer não sejam decorrentes das discussões em torno da temática ColInfo, ainda embrionária no Brasil no período de elaboração do documento, mas se sugere que, aliado a outros quesitos, o documento que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de arquivologia possa ser reformulado, considerando, inclusive, a competência em informação como relevante para a formação do arquivista.

Da análise dos projetos pedagógicos, embasada nas categorias extraídas de Dudziak (2001), foi possível elaborar o quadro 1, que apresenta as habilidades e competências encontradas nos documentos.

## Quadro 1 – Resultado da análise de conteúdo

Categoria	Habilidades e competências
Informação com ênfase nas tecnologias	Sintonia com as tecnologias, especialmente pela relação com os suportes eletrônicos e digitais e o seu gerenciamento.
Conhecimento com ênfase nos processos cognitivos	Atividades de pesquisa, ensino e extensão: iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso. Utilização de estratégias pedagógicas que enfatizem a busca e a construção-produção do conhecimento, em vez da (simples) transmissão e aquisição de informações. Criatividade, espírito investigativo, criticidade, inovação e capacidade para resolução de problemas.
Inteligência com ênfase no aprendizado ao longo da vida	Necessidade de o arquivista estar preparado para interagir com a sociedade, diante de sua responsabilidade para com a construção e preservação da memória histórica, cultural e social. Competência para o exercício pleno da cidadania com ênfase na formação continuada e permanente. Senso crítico, pensamento lógico, intuição, proficiência, sensibilidade, rigor, proatividade, criatividade, espírito empreendedor, espírito associativo, curiosidade e autonomia intelectual, postura investigativa, liderança, postura ética e caráter humanitário.

Dessa forma, foi possível identificar que a competência em informação permeia os documentos norteadores do ensino de arquivologia no Brasil, com base no ponto de vista teórico cujas características apresentam a disciplina como sendo transdisciplinar, incorporando um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais; um processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência; e permeia qualquer processo de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisões.

Ao concluir esta etapa da pesquisa ficou evidente a pertinência de um estudo comparativo entre os preceitos da Colnfo e os documentos norteadores do ensino em arquivologia, considerando que os resultados mostraram que tais conceitos transitam nesses documentos, mesmo que de forma implícita, acentuando a presença da arquivologia como ciência nas discussões inerentes às áreas ditas “da informação”.

Contudo, para que seja concreta a inserção da Colnfo no cenário arquivístico, especificamente nos cursos de formação em arquivologia, é necessário identificar, por exemplo, a disponibilização de disciplinas nos cursos de graduação e nos cursos de formação continuada que relacionem a competência em informação, desde a formação – no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão – com as práticas desempenhadas pelo profissional, voltadas diretamente para as funções arquivísticas, além de outras atividades transversais relativas ao gerenciamento informacional e documental. A investigação em busca dessas evidências é o que apresentará os elementos necessários para a construção de um panorama que embasará a solidificação de ações para inserção da Colnfo no seio da formação em arquivologia no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Belluzzo e Kerbauy (2004) destacam que a ColInfo não é útil apenas em atividades acadêmicas e escolares, mas aplicável a todas as situações de resolução de problemas ligados à necessidade de informação. Assim, compreender como a competência em informação aparece refletida nos cursos de graduação em arquivologia é o passo inicial para identificar a relevância dessa disciplina na formação acadêmica e nas práticas profissionais do arquivista, considerando o seu escopo de atuação diante dos recursos tecnológicos e do intenso fluxo informacional e documental.

A continuidade das pesquisas nessa seara remete para além da formação acadêmica e da atuação profissional do arquivista. O impacto atinge diretamente docentes e pesquisadores da área, bem como a produção acadêmico-científica, que é o caminho para consolidação das teorias e ruptura de paradigmas.

## Referências

- ANDRADE, W. O. de. *Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no Arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB)*. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/3963>>. Acesso em: 29 out. 2016.
- BADKE, W. Why information literacy is invisible. *Communications in Information Literacy*, v. 4, n. 2, p. 129-141, 2010. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/William\\_Badke/publication/289814869\\_Why\\_Information\\_Literacy\\_Is\\_Invisible/links/56a2549308aef24c585cbcd/Why-Information-Literacy-Is-Invisible.pdf](https://www.researchgate.net/profile/William_Badke/publication/289814869_Why_Information_Literacy_Is_Invisible/links/56a2549308aef24c585cbcd/Why-Information-Literacy-Is-Invisible.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. FGV editora, 2006.
- BELLUZZO, R. C. B.; KERBAUY, M. T. M. Em busca de parâmetros de avaliação da formação contínua de professores do ensino fundamental para o desenvolvimento da information literacy. *Educação Temática Digital*, v. 5, n. 2, p. 129-139, 2004. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4856226.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- BRASIL. Parecer CNE/CES n. 492, de 3 de abril de 2001. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de filosofia, história, geografia, serviço social, comunicação social, ciências sociais, letras, biblioteconomia, arquivologia e museologia, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- BRISOLA, A. C. C. de A. et al. *A ágora digital, a competência crítica em informação e a cidadania ampliada: uma construção possível*. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/890>>. Acesso em: 1 fev. 2018.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CARMO, A. L. S. *Estratégias de mediação arquivística nas instituições federais de ensino superior*. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2712726](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2712726)>. Acesso em: 24 set. 2016.

DUDZIAK, E. A. A information literacy e o papel educacional das bibliotecas. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. *Informação & Sociedade – Estudos*, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio-ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-25, jan.-abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

DURANTI, L. Models of archival education: four, two, one or a thousand. *Archives & Social Studies – A Journal of Interdisciplinary Research*, v. 1, n. 1, p. 41-62, 2007. Disponível em: <[https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36918205/Duranti\\_models.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1534108278&Signature=zwPvltLSLkcaW9TpELAtX3xSpm4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DModels\\_of\\_Archival\\_Education\\_Four\\_Two\\_On.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36918205/Duranti_models.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1534108278&Signature=zwPvltLSLkcaW9TpELAtX3xSpm4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DModels_of_Archival_Education_Four_Two_On.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

EASTWOOD, T. Nurturing archival education in the university. *The American Archivist*, v. 51, n. 3, p. 228-252, 1988. Disponível em: <<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.51.3.qgk71605x660gm85>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

ELIAS, E. D. *Arquivometria: procedimentos e operações técnicas da gestão documental*. 2015. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2614560#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2614560#)>. Acesso em: 21 jun. 2016.

FARIAS, G. B. de. *Competência em informação no ensino de biblioteconomia: por uma aprendizagem significativa e criativa*. 2014. 183 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110383>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; PAZIN, M. C. de C. Competência em informação e arquivologia: uma revisão bibliográfica sistemática no cenário nacional e internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), 17., 2016, Salvador. *Anais...* Salvador: XVII Enancib, 2016. p. 1.470-1.492. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B7rxeg\\_cwHajQdFcWMxd1pFYk0/view](https://drive.google.com/file/d/0B7rxeg_cwHajQdFcWMxd1pFYk0/view)>. Acesso em: 2 abr. 2017.

HORTON JR. F. W. *Understanding information literacy: a primer*. Paris: Unesco, 2007.

\_\_\_\_\_. (ed.). *Overview of information literacy resources worldwide*. Paris: Unesco, 2013.

\_\_\_\_\_. *Overview of information literacy: resources worldwide*. 2.ed. Paris: Unesco, 2014/2015. Disponível em: <<https://www.ifap.ru/library/book570.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

JESUS, L. C. B. de. *Padrões de competências em informação: uma análise comparativa dos indicadores, direcionada a avaliação de competências infocomunicacionais e infomidiáticas*. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

JOHNSTON, B.; WEBBER, S. Information literacy in higher education: a review and case study. *Studies in Higher Education*, v. 28, n. 3, p. 335-352, 2003. Disponível em: <<http://www.studystream.org/upload/data/6/Information%20Literacy%20in%20Higher%20Edu.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

LAU, J. *Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente*. Boca Del Rio: International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Conceptual relationship of information literacy and media literacy. Veracruz: Universidad Veracruzana, 2013. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.403.3465&rep=rep1&type=pdf#page=77>>. Acesso em: 15 ago. 2017

LOUSADA, M. *A mediação da informação na teoria arquivística*. 2015. 135 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124379>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MATA, M. L. da. *Inserção da competência informacional nos currículos dos cursos de biblioteconomia no Brasil e de informação e documentação na Espanha*. 2014. 195 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/mata\\_ml\\_do\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/mata_ml_do_mar.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MATA, M. L. da.; CASARIN, H. de C.; MARZAL, M. A. Da educação de usuários à competência em informação: perspectivas conceituais. In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. de O. (org.). *Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática*. Salvador, Edufba, 2016. p. 280-301.

MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C. L.; VITORINO, E. V. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em arquivologia do sul do Brasil. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 53-78, 2017.

MARQUES, A. A. da C. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, F. H. de. *A formação em arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares*. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. *Ideação*, v. 10, n. 1, p. 9-40, set. 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. *O ensino superior no mundo e no Brasil: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória*. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasil Tendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação*. Anais da Conferência Mundial sobre Ensino Superior. Tradução Unesco/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Paris: Unesco, 1998.

VAZ, G. A. *A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista*. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A59F42/disserta\\_\\_o\\_gl\\_ucia\\_vaz.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A59F42/disserta__o_gl_ucia_vaz.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

YAFUSHI, C. A. P. *A competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP)*. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126599>>. Acesso em: 12 maio 2017.

ZURKOWSKI, P. G. *Information services environment relationships and priorities*. Washington D.C.: National Commission on Libraries, 1974.

---

Recebido em 1/7/2018

Aprovado em 28/11/2018

## OS ARQUIVOS DO HOSPITAL NACIONAL DE ALIENADOS

### THE ARCHIVES OF THE HOSPITAL NACIONAL DE ALIENADOS

**ALLISTER TEIXEIRA DIAS** | Bolsista recém-doutor pela Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)/CNPq. Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz | [allisterdias@hotmail.com](mailto:allisterdias@hotmail.com)

**DANIELE CORREA RIBEIRO** | Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz. Coordenadora do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira | [dannycori@yahoo.com.br](mailto:dannycori@yahoo.com.br)

**LAURINDA ROSA MACIEL** | Historiadora e documentalista do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) | [laurindamaciel@gmail.com](mailto:laurindamaciel@gmail.com)

**CÁTIA MARIA MATIAS** | Mestre em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz. Bibliotecária do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | [catia@ipub.ufrj.br](mailto:catia@ipub.ufrj.br)

#### RESUMO

Este artigo apresenta o arquivo documental oriundo do Hospital Nacional de Alienados. Fazemos considerações sobre as origens das instituições que custodiam este material e refletimos sobre a natureza e potenciais para a pesquisa histórica da documentação que guardam. Apresenta-se, por fim, uma proposta de base de dados que visa amenizar os obstáculos causados pela dispersão física dos documentos.

*Palavras-chave: arquivos; Hospital Nacional de Alienados; registros clínicos; base de dados.*

#### ABSTRACT

This article shows us the Hospital Nacional de Alienados's archives. We make considerations about the origins of these places and we reflect on the nature of the documentation they hold, as well as analyse their potential for historical research. Lastly, we talk about a database proposal for surpass the obstacles caused by the physical dispersion of documents.

*Keywords: archives; Hospital Nacional de Alienados; clinical records; database.-*

#### RESUMEN

Este artículo presenta el archivo documental proveniente del Hospital Nacional de Alienados. Hacemos consideraciones acerca de los orígenes de las instituciones que tienen esos documentos bajo su custodia y reflexionamos sobre la naturaleza y potenciales para la investigación histórica de la documentación que mantienen. Se presenta, por fin, una propuesta de base de datos que tiene por objeto amenizar los obstáculos de la dispersión de los documentos.

*Palabras clave: archivos; Hospital Nacional de Alienados; historias clínicas; base de datos.*

## INTRODUÇÃO

A história da loucura e da psiquiatria vem se consolidando como temática de pesquisa histórica no Brasil há alguns anos, podendo delimitar-se a partir de várias questões, problemáticas e abordagens teórico-metodológicas possíveis. Segundo a historiadora Yonissa Wadi, podemos compreendê-la

como especialidade temática constituída por um conjunto de discussões e pesquisas que, tendo como tema central a loucura, em temporalidades e espacialidades diversas, a partir de perspectivas teóricas e metodológicas, e de grandes áreas (ciências da saúde e ciências humanas, em especial), áreas (história, sociologia, antropologia, psiquiatria, psicologia etc.) e subáreas do conhecimento [...] também diversas, desdobra-se em problemáticas diferenciadas, como a da constituição dos próprios conceitos (loucura/doença mental/saúde mental), a da sua relação com a configuração da ciência psiquiátrica, a da constituição de aparatos e políticas de assistência ou atenção, a dos dispositivos disciplinares, a das experiências dos sujeitos, entre tantas outras possíveis (Wadi, 2014, p. 115).

Em outras palavras, vem se conformando um terreno plural para a produção de conhecimento com denominador comum na historicidade da loucura e dos saberes e nas práticas médico-psicológicas. Para ele convergem estudiosos de áreas diversas, partindo de múltiplas preocupações. Contudo, como pesquisadores de vários países têm demonstrado,<sup>1</sup> o problema do acesso a documentações clínicas e administrativas das instituições psiquiátricas originadas no Oitocentos aparece como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de pesquisas na área. Sem contar as ainda bem restritas, a depender do contexto, medidas de restauração, preservação e organização destes acervos. Os cenários têm mudado nos últimos anos, mas ainda persistem dificuldades.

A importância deste tipo de acervo, oriundo de instituições médicas e, principalmente, psiquiátricas, não é uma novidade e se ampliou nas últimas décadas. A partir de vertentes que apontam para a constituição sociocultural das ciências médicas, os espaços de produção de saberes e técnicas assumiram papel central nas análises das ciências humanas. No caso específico dos saberes médico-psicológicos e seu dispositivo institucional, o hospício, as obras de Michel Foucault (1978, 2006) e seu legado foram ainda mais marcantes na definição da história das instituições manicomiais como parte de uma sensibilidade social geral ligada ao controle e ao poder na sociedade ocidental.

Assim, desde os anos de 1980 cresceu o interesse da história sobre os acervos documentais dos hospitais psiquiátricos, inclusive como instrumento de transformação social com a

---

1 Reflexões e exemplos interessantes a respeito podem ser encontrados na coletânea organizada por Porter; Wright (2003). Há também breves discussões sobre o acesso a tais documentos na Argentina em Ablard (2008) e no México em Sacristán (2009).

emergência dos movimentos antimanicomiais. Nesse momento, algumas obras importantes e inaugurais foram produzidas, mas em geral muito centradas nas fontes oficiais das instituições. Posteriormente, ainda que com dificuldades de acesso, especialmente pela falta de organização da documentação naquele contexto, ampliaram-se o interesse e a busca pelos registros médicos, documentos que revelavam aspectos do cotidiano das instituições. São os chamados *case records* ou *clinical records*, na historiografia anglo-americana, ou, na historiografia ibero-americana, *historias clinicas*, *expedientes clínicos*, *relatos patográficos*: documentação escrita, muitas vezes também fotográfica, que narra a vida social, familiar e médica de um paciente internado em instituição psiquiátrica.

Tais “arquivos sensíveis” são merecedores de muitos cuidados éticos e metodológicos no trato e veiculação de suas informações (Salla; Borges, 2017). No Brasil, a organização da documentação que informa sobre os pacientes das mais antigas instituições psiquiátricas públicas – como o Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, o Hospício de São Pedro, no Rio Grande do Sul, e o Juquery, em São Paulo – tem sido bem complexa e delicada. Em casos como os do Juquery e do Hospício de São Pedro, as historiadoras Maria Clementina Pereira da Cunha (nos anos 1980) e Yonissa Wadi (no final da década de 1990), respectivamente, foram verdadeiras desbravadoras desta documentação (Cunha, 1986; Wadi, 2002). O trabalho de Cunha consolidou a importância desse tipo de *corpus* documental a partir de uma análise embasada na história social dos indivíduos internados – levando em conta os condicionantes de classe social, raça e gênero.

Jogar luz sobre os arquivos que guardam a documentação histórica do Hospital Nacional de Alienados (HNA) tem se mostrado cada vez mais necessário. Há demandas de historiadores e cientistas sociais e da saúde mental focados na história da psiquiatria e da loucura no Rio de Janeiro de, ao menos, incrementar o “jogo de memórias” (Motta, 2012, p. 23) e, assim, a possibilidade de elaboração de novos sentidos para o passado da psiquiatria, suas instituições e seus protagonistas, sobretudo médicos e pacientes. Da mesma forma, nessa relação de aproximação com o passado a partir de demandas do presente, passou-se a relativizar algumas certezas e interpretações consagradas e, sobretudo, evitar o “esquecimento” acerca das vidas que por estas instituições passaram.

É um momento importante para trazer a comunidade acadêmica, e a sociedade de maneira geral, para dentro da psiquiatria e suas instituições, estimular o debate sobre saúde mental, seu passado e presente, problematizando a noção de periculosidade associada ao sofrimento psíquico. Para isso, fomentar um melhor entendimento dos processos históricos que formaram a psiquiatria e suas instituições é fundamental.

O acervo referente ao HNA e ao Hospício de Pedro II (HP II), instituição que o precedeu, parece, de certa forma, refletir a fragmentação espacial e a diversificação institucional da assistência aos alienados desde fins do século XIX até meados do século XX. À medida que a assistência se diversificava, com a criação de novas instituições, e se desmembrava em modelos institucionais distintos – como as colônias agrícolas para os incuráveis e o manicômio judiciário, alguns serviços abertos e ambulatoriais e os serviços de assistência social, que se destinavam também à população não internada –, outros documentos foram sendo produzidos por diferentes órgãos dos serviços da assistência.

Dessa forma, hoje temos os registros de entrada do antigo Pavilhão de Observações custodiados pela Biblioteca do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ipub/UFRJ); documentos relativos às colônias do Rio de Janeiro e do HNA, distribuídos entre seus dois principais herdeiros, o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS) e o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM); e a documentação relativa ao antigo “Serviço de Alienados Delinquentes” (base do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro), custodiada pelo Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ), ligado à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (Seap). Portanto, a documentação histórica do HNA foi herdada por quatro instituições.

A instituição produziu vários testemunhos e vestígios de sua experiência histórica, muitos dos quais ainda desconhecidos. Seus documentos clínicos – livros de observação de pacientes, livros de registro de entrada e saída de pacientes, dossiês de internação, exames laboratoriais, entre outros – e administrativos<sup>2</sup> – relatórios, ofícios, entre outros – estão, hoje em dia, espalhados. A alternativa encontrada para unir esta documentação foi a elaboração de uma base de dados. Essa ferramenta tecnológica é um fator positivo não só para a preservação desses documentos, mas também para a pesquisa e seu ganho qualitativo, já que permite a integração entre os diferentes acervos.

O objetivo primacial deste artigo é descrever a documentação e seu estado atual nos arquivos das instituições que guardam a memória do HNA e o caminho trilhado para a concretização da base de dados História e Loucura <[www.historiaeloucura.gov.br](http://www.historiaeloucura.gov.br)>. Para isso, apresentamos um breve histórico sobre o HNA e os acervos que cada uma das instituições custodia, além de um relato a respeito da criação da base e de como se dá sua alimentação e funcionamento.

## **ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O HNA**

Antes de entramos no escopo central do artigo é importante demarcar os pontos relevantes da história e historiografia sobre o HNA, contextualizando tanto a origem das quatro instituições que guardam seu acervo, bem como a documentação que custodiam e seus potenciais usos para a pesquisa histórica. Ratificamos que é fundamental evidenciar o lugar ocupado por estes arquivos tão preciosos e dos quais emergem saberes, práticas e experiências humanas diversas.

No Brasil, o processo de construção dos primeiros estabelecimentos exclusivos para reclusão e tratamento de indivíduos culturalmente considerados “aluados”, loucos ou, numa apreensão médica, “alienados” ou “doentes mentais”, remonta aos anos de 1830 a 1886 e apresenta particularidades relacionadas com as diversas conjunturas regionais do país. No geral, o discurso das autoridades públicas que impulsionaram a criação destas instituições esteve impregnado pelos modernos princípios cientificistas e filantrópicos (Gonçalves, 2013).

---

2 Uma parte significativa da documentação administrativa do HNA se encontra também no Arquivo Nacional, na Série Saúde (BD)/Codes, IS<sup>3</sup>.

Nesse sentido, em 1852 foi inaugurado o Hospício de Pedro II. Primeira instituição asilar voltada unicamente para indivíduos “alienados”, contava com uma grande estrutura arquitetônica, situada na região da Praia Vermelha. A instituição teve nas suas origens fortes intenções civilizatórias e humanísticas, mas também normalizadoras, expressando um desenho de Império centralizado e escravista (Engel, 2001). Com a Proclamação da República, o estabelecimento teve apagado o nome do imperador, tornando-se Hospício Nacional de Alienados, depois passou a ser denominado Hospital Nacional de Alienados. Aí, o “alienismo”, área de saber médica desenvolvida desde fins do século XVIII, logrou, paulatinamente, numa atmosfera positivista de laicização, certos resultados e legitimações no bojo da administração da instituição (Engel, 2001), êxitos e validações que já se apresentavam no período imperial. Depois de um momento de séria crise perante a opinião pública, nos primeiros anos do século XX, logo depois de assumir a direção da Assistência Médico-Legal aos Alienados<sup>3</sup> e do HNA, em 1903, o médico baiano Juliano Moreira empreendeu esforços para organizar as políticas de assistência à loucura, mas, sobretudo, para modernizar a instituição asilar da capital federal, transformando-a em um modelo (Dias, 2011).

De fato, algumas investigações mais recentes têm demonstrado como o HNA, especialmente a partir de 1903, tornou-se um centro de referência em âmbito nacional e internacional de produção e difusão de saberes médico-psicológicos e práticas assistenciais, e também normalizadoras (Facchinetti, 2010). Estudos que vêm salientando, além de tudo, o quanto a instituição foi palco da experiência de vários atores: médicos psiquiatras e de outras especialidades, enfermeiros, estudantes de medicina e, principalmente, os pacientes psiquiátricos.

Recentemente, no Brasil, a tendência de revisar a chamada “tese do controle social” ganhou força. Tal “tese” tem o pressuposto interpretativo de que a psiquiatria e suas instituições têm, constitutiva e funcionalmente, como tônica central de seus saberes e práticas, o objetivo de dominar/controlar as condutas socialmente desviadas, produzindo o ajustamento à ordem burguesa (Scull, 2006), uma vez que o surgimento da psiquiatria e do seu dispositivo institucional é coetâneo à emergência da burguesia como ator da governabilidade moderna (final do Setecentos). Matizar tal pressuposto não significa, todavia, desconsiderar totalmente a face normalizadora, ou melhor, de subjetivação da norma, implicada nos protocolos das instituições psiquiátricas.

## **A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO PAVILHÃO DE OBSERVAÇÃO DO HNA**

O Pavilhão de Observação<sup>4</sup> (PO) foi criado em 1892, pelo decreto n. 8.963, da Assistência Médico-Legal de Alienados. Era uma instituição vinculada ao HNA e à Faculdade de Medicina

---

<sup>3</sup> Ente que deveria agrupar todas as instituições voltadas para a questão da alienação mental na capital federal.

<sup>4</sup> Em 1911, passou a ser denominado Instituto de Neuropatologia; em 1927, Instituto de Psicopatologia e, em 1938, a instituição foi transferida para a Universidade do Brasil, constituindo-se como Instituto de Psiquiatria.

do Rio de Janeiro, com a dupla finalidade de avaliar os suspeitos de alienação mental enviados pelas autoridades policiais, desempenhando o papel de porta de entrada para o hospício, e se destinar às aulas práticas da cadeira de clínica psiquiátrica do curso. Sua direção ficava a cargo do professor catedrático dessa cadeira e as despesas referentes ao seu funcionamento eram custeadas pelo Hospício Nacional de Alienados (Munoz; Facchinetti; Dias, 2011).

Os indivíduos encaminhados à instituição ali permaneciam pelo prazo médio de quinze dias e a observação destes fazia parte das aulas práticas de psiquiatria, resultando na elaboração dos registros médicos e na definição do diagnóstico. Os dados referentes aos procedimentos e rotinas, aos quais os pacientes foram submetidos, foram registrados e anexados nos livros de observações clínicas e nos registros de entrada e saída dos pacientes. Esses documentos hoje se encontram armazenados no Núcleo de Memória Institucional, localizado na Biblioteca Professor João Ferreira da Silva Filho, do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ipub/UFRJ). Vale ressaltar que esse conjunto documental hoje faz parte da Coleção Memória da Psiquiatria Brasileira e foi inscrito no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco.

Antes de serem incorporados ao acervo da biblioteca, esses documentos permaneceram armazenados em local inadequado e, devido à longa exposição a condições ambientais adversas, apresentavam visíveis marcas de degradação. Para que esse quadro fosse revertido, foi necessário pensar em medidas de conservação preventiva e em mecanismos de organização e disponibilização das informações contidas nos documentos. Foi estabelecido um plano de trabalho objetivando preservar, organizar e facilitar o acesso às informações contidas na coleção. Esse plano foi dividido em duas fases, de acordo com a disponibilização de verbas para aquisição de materiais e mão de obra para a execução das atividades. A busca de dados históricos sobre a instituição que gerou os documentos, o Pavilhão de Observação, somadas às reais necessidades informacionais dos pesquisadores, contribuiu para a implementação da estratégia de atuação.

A primeira etapa do plano de trabalho foi constituída das seguintes atividades: diagnosticar o estado físico dos documentos; capacitar os profissionais da biblioteca; definir e implantar técnicas e métodos de conservação preventiva (higienização, pequenos reparos e acondicionamento); inventariar a coleção; separar e acondicionar o material de acordo com a sua tipologia; levantar a história institucional do pavilhão e de seus atores. A segunda etapa do plano de trabalho, ainda em execução, foi dividida nas seguintes ações: organizar os documentos por meio do processamento técnico, da localização física e inclusão dos dados na base de dados Minerva, da UFRJ; estabelecer formas de acesso seguro às informações, por meio de regras de acesso; gerenciar os riscos e divulgar a coleção através de fôlderes, catálogos e redes sociais.

A coleção de registros médicos, oriundos do Pavilhão de Observação, é composta por documentos manuscritos, textuais e em suportes iconográficos, constituindo-se num raro manancial de informações de teor histórico, científico, social e cultural. Numericamente, a coleção corresponde aos seguintes documentos: 1) seis livros de matrículas de entrada, saída e diagnóstico dos pacientes (1894-1945). São volumes editados em gráfica, onde foram ma-

nuscritas as principais informações sobre o paciente. Até onde se sabe, todos os pacientes que adentraram a instituição foram registrados nestes volumes; 2) 525 livros de observações clínicas (1896-1945), com uma média de 63.500 registros manuscritos sobre pacientes que passaram pelo Pavilhão. Os primeiros livros assemelham-se a cadernos e as informações ali contidas não eram uniformizadas. De 1903 até 1908, as informações passaram a obedecer à padronização própria da clínica psiquiátrica e médico-legal. A partir de 1908, os registros passaram a conter as fotos dos pacientes e os dados foram anotados em dois modelos diferentes de fichas impressas, com campos predefinidos. A ficha referente à primeira internação é mais complexa, mas da segunda internação em diante utilizava-se uma ficha mais simples, contendo apenas alguns dados do paciente. Estes livros são bem completos, mostrando com riqueza de detalhes informações sobre o aspecto físico e psicológico do indivíduo observado. As fichas de observações revelam também informações sobre a terapêutica ministrada, fotografias, exames clínicos, testes psicológicos, cartas pessoais e recortes de jornais de época. Existem por volta de 170 recortes de jornais, com matérias sobre os pacientes, relatando o motivo da internação e as particularidades de cada caso; 3) nove fotografias (da década de 1920). O pequeno mas significativo conjunto de registros fotográficos documenta construções existentes no antigo complexo asilar do Hospital Nacional de Alienados e no Pavilhão de Observação, apresentando, inclusive, imagens do corpo técnico administrativo, professores e médicos ligados à instituição.

O pesquisador consegue, a partir deste *corpus* documental, perceber as particularidades da primeira avaliação dos pacientes “gratuitos” do HNA, bem como observações de entradas subsequentes que, porventura, tais pacientes viessem a ter. Conhecer essa documentação histórica permite ainda uma melhor compreensão das transformações dos métodos de tratamento clínico, dos diagnósticos, da terapêutica prescrita, das práticas médicas de um determinado período; vislumbrar impressões pessoais, costumes e o comportamento dos atores sociais envolvidos no processo de institucionalização da loucura e psiquiatria no Brasil. Ela contribui para a compreensão do papel social do Pavilhão de Observação como espaço de ensino e pesquisa, principalmente na medida em que esta instituição colaborou para a formação dos primeiros psiquiatras brasileiros (Mathias, 2017).

## **A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO HNA NO ACERVO DO IMASNS**

O IMASNS, localizado no bairro de Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio de Janeiro, é uma instituição de saúde mental que tem seu projeto institucional articulado em diversos eixos de atuação, ligados tanto à assistência quanto à pesquisa, à memória, à cultura e à formação acadêmica e profissional. O Centro de Documentação e Memória do IMASNS tem o papel de preservação e produção de memória ligada aos saberes médico-psicológicos e às experiências de reclusão manicomial na história do Brasil.

Este projeto institucional está vinculado às políticas da reforma psiquiátrica, mas também ao patrimônio documental hoje custodiado pelo instituto. Além dos registros históricos da instituição, fundada em 1911 como uma colônia de trabalho agrícola para as mulheres

alienadas transferidas do HNA, o IMASNS recebeu parte importante da documentação do primeiro hospício brasileiro. Com o tempo, a colônia passou a ter como propostas terapêuticas os serviços de assistência heterofamiliar, extra-hospitalar, ambulatorial e o primeiro órgão de divulgação da linha profilática da psiquiatria do período, a higiene mental, com o Instituto de Profilaxia Mental (1921), que originou, em 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental.

A partir de 1944, com a criação do Centro Psiquiátrico Nacional (pelo decreto n. 7.055, de 18 de novembro) como parte do Serviço Nacional de Doenças Mentais, a estrutura médica e administrativa do HNA foi transferida da Praia Vermelha para o Engenho de Dentro, o que justifica a presença de parcela fundamental dos acervos daquela instituição no atual IMASNS. Não há dúvidas de que, ao menos no aspecto quantitativo, a maior parte da documentação histórica do HNA está nesta instituição. Atualmente, esta documentação está dividida em dois fundos arquivísticos: Hospício de Pedro II (1833-1889) e Hospício Nacional de Alienados (1889-1944). Em ambos os fundos estão incluídos tipos documentais diversos relacionados tanto à administração da instituição quanto aos indivíduos ali internados.

Com relação ao recorte do Hospício de Pedro II, toda a documentação localizada já está organizada, identificada e acondicionada nas dependências do Centro de Documentação e Memória do IMASNS. No presente momento, atua no centro uma equipe composta por uma arquivista, um bibliotecário, uma auxiliar colaboradora, uma funcionária para serviços de limpeza e cinco estagiários cedidos pelo Centro Cultural do Ministério da Saúde. A coordenação cabe a uma historiadora.

Os registros de entrada dos internos totalizam mais de 11 mil dossiês, organizados em ordem cronológica e alfabética, que podem ser localizados a partir de planilha descritiva. Esses dossiês incluem as fichas cadastrais dos internos que, em geral, são acompanhadas de outros documentos que remetem aos próprios trâmites de ingresso na instituição, como pedidos de entrada, atestados, laudos médicos e encaminhamentos de outras instituições. Já a documentação administrativa inclui tanto documentos e dossiês relativos à negociação do terreno destinado ao Hospício de Pedro II e da sua construção, quanto livros de pontos de funcionários, registros de matrícula de escravos e alguns livros de controle financeiro.

Já o material produzido no Hospício Nacional de Alienados ainda está em processo de organização e identificação, mas também inclui registros de natureza clínica e administrativa. Os registros de entrada dos internos totalizam mais de 28 mil dossiês, organizados sob a mesma lógica do fundo HP II, e já estão parcialmente descritos em planilhas. Parte da documentação administrativa está identificada e inclui livros relativos aos funcionários e ao controle interno da instituição. No entanto, há ainda caixas em processo de identificação e descrição, que incluem tanto ofícios e memorandos administrativos quanto documentos relativos a pacientes, suas transferências e encaminhamentos.

Como já foi apontado, no caso do Rio de Janeiro e das instituições detentoras do acervo do HNA, já houve iniciativas de inventariança e catalogação dos conjuntos documentais, o que permitiu que cada vez mais pesquisadores se aproximassem destes arquivos. Este processo se deu através de diferentes vínculos em cada uma das instituições detentoras dos acervos, mas contou com parcerias de outras organizações, como o Centro Cultural do Mi-

nistério da Saúde, a Casa de Oswaldo Cruz e o Arquivo Nacional. No caso do IMASNS, o crescimento das demandas por pesquisas tem sido perceptível nos últimos anos, apontando, inclusive, para a relação entre as políticas de preservação e organização, e a consolidação de campos de pesquisa. Desde 2016, foi possível perceber não apenas o crescimento numérico das solicitações de acesso, mas também uma diversificação dos objetos de estudo, apontando para o potencial analítico da documentação. Tem sido cada vez mais frequente o interesse sobre os acervos do IMASNS visando análises sobre questões de gênero e raciais, ou mesmo sobre a temática da escravidão, por exemplo.

Entendemos esta ampliação e diversificação do interesse como uma articulação entre demandas dos próprios campos das ciências sociais e do potencial da documentação. Como foi afirmado anteriormente, o acervo possui documentação administrativa e clínica. Em ambos os casos, a depender da leitura que se possa fazer das fontes, é possível analisar tanto fatores ligados ao que se pode chamar de uma história administrativa da instituição, quanto questões da história social e cultural, ou mesmo elementos que se articulam às dinâmicas próprias de elaboração do saber psiquiátrico. Os registros de entrada, bem como algumas trocas de ofícios entre autoridades, permitem uma aproximação dos meandros das relações sociais presentes em cada período da história do Brasil, apontando alianças, vínculos e influências entre classes sociais distintas.

Por outro lado, os registros de entrada e seus anexos apontam aspectos relevantes dos processos de internação, evidenciando como e quais grupos estavam sendo classificados como loucos e, portanto, sendo excluídos da vida em sociedade. Trâmites institucionais e estratégias para o acesso apontam redes de solidariedade e vínculos clientelares como fatores determinantes nas relações sociais (Ribeiro, 2015).<sup>5</sup> Na documentação do século XIX é possível, em alguns casos, acessar histórias e trajetórias de escravos que passaram pela instituição e pensar quais eram os interesses e vínculos presentes quando seus senhores decidiam pela internação.

Ainda que hoje a demanda por pesquisas relacionadas ao acervo seja crescente, as possibilidades analíticas estão longe de serem esgotadas. Da mesma forma, as políticas de preservação e gestão da documentação do IMASNS ainda estão em processo intermediário, sendo fundamental tanto a manutenção de investimentos quanto a integração pertinente entre as várias instituições de guarda e que possuem interesse no acervo do HNA.

## **A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO HNA NO ACERVO DO IMASJM**

Assim que assumiu a direção da Assistência Médico-Legal aos Alienados, em 1903, o psiquiatra Juliano Moreira reivindicou a criação de novas colônias agrícolas, com o objetivo de desafogar o HNA, no seu entendimento, superlotado. Pelo que consta nas memórias da

---

<sup>5</sup> Tais considerações decorrem de pesquisa no fundo Hospício de Pedro II, série Internação, Arquivo Permanente do Instituto Municipal Nise da Silveira. Ver Ribeiro (2015).

região, a área onde a Colônia de Psicopatas Homens de Jacarepaguá foi inaugurada originou-se de um dos mais antigos engenhos de cana-de-açúcar, conhecido como Engenho Novo de Jacarepaguá. Em 1912, após o apogeu do ciclo do açúcar, o governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) desapropriou o Engenho Novo, com o intuito de assegurar um novo espaço necessário à transferência dos pacientes das colônias de alienados da Ilha do Governador, consideradas em condições inadequadas.

Criada em março de 1924, a então Colônia de Psicopatas de Jacarepaguá, renomeada Colônia Juliano Moreira (CJM) em 1935, fazia parte da estrutura de funcionamento da Assistência Médico-Legal aos Alienados. Na década de 1940, a CJM sofreu grande ampliação em razão da uma reorientação da política pública de assistência aos doentes mentais que, por sua vez, seguia as diretrizes da área da saúde em geral. Esse é o momento da criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), em 1941. Foi uma década de expressiva expansão numérica de internações na CJM (Venâncio; Cassília, 2010).

O SNDM permaneceu em funcionamento até a década de 1970, quando o Ministério da Saúde reorganizou sua estrutura substituindo este serviço pela Divisão de Saúde Mental (Dinsam). Este órgão do governo federal tinha como atribuições o planejamento, a coordenação e a fiscalização dos serviços de assistência e reabilitação de doentes mentais, estabelecendo normas e padrões para os serviços que foram designados objetos de sua competência.

Parte da documentação histórica herdada pela Dinsam encontra-se no atual Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, fazendo parte do fundo Dinsam, recolhido para a Colônia Juliano Moreira em 1989, quando a divisão deixou de funcionar no então Centro Psiquiátrico Pedro II. Em 1994, esses documentos foram organizados preliminarmente e descritos por um grupo de profissionais do Arquivo Nacional. São documentos textuais com cerca de 290 m<sup>2</sup>, abrangendo o período de 1836 até fins da década de 1980. A documentação reúne correspondências, relatórios, projetos, prontuários e livros de observação de pacientes, registros de ocorrências, fotografias, plantas baixas, atas de reuniões, gráficos, documentos relacionados a pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças etc.

Obviamente, o fundo Dinsam não representa a totalidade dos documentos produzidos e acumulados pelo órgão no decorrer das suas atividades e não há informações precisas sobre o restante da documentação. Recentemente, porém, foram encontradas muitas encadernações do Hospício Pedro II e do Hospital Nacional de Alienados neste fundo, com um tratamento arquivístico apenas inicial. Levantou-se um total de 439 encadernações, sendo cinquenta do século XIX e 17 sem reconhecimento de data. Os livros foram identificados, passaram por higienização mecânica e por acondicionamento em novo invólucro de papel e barbante.

A maior parte desta documentação é composta por livros de observações clínicas de pacientes do HNA, de seções de homens e mulheres, pacientes pensionistas ou gratuitos (no período republicano, chamados de “indigentes”). Ali se encontram, por exemplo, livros de anotações clínico-descritivas e terapêuticas de médicos particulares. As observações

clínicas de Afrânio Peixoto, entre 1904 e 1905, de pacientes da Seção Pinel – seção de indigentes – estão presentes em um enorme volume.<sup>6</sup> Documentações dessa natureza permitem ao historiador compreender a construção de uma prática clínica, de um pensamento psicopatológico e o cotidiano da prática psiquiátrica. Muitas vezes revelam as ambiguidades da relação teoria-prática. Junto disso, permite dar rosto aos pacientes psiquiátricos de um determinado período histórico. Elas acabam por “transcender o discurso do especialista” (Huertas, 2013, p. 9). A narrativa clínica condensa em si vestígios ambíguos dos sujeitos submetidos à situação de internamento. Para a historiadora mexicana Cristina Sacristán,

Interpretando estas fontes a partir dos seus contextos podemos encontrar as ideias, as expectativas, as queixas, os sofrimentos e os temores, não só dos que chamamos de loucos, mas também dos seus próprios contemporâneos, porque fazem referência a uma realidade existente e compartilhada (Sacristán, 2005, p. 30).

Isto sem contar os livros de registros de funcionários, que permitem uma identificação antes impossível das pessoas que trabalharam no HNA. Foi possível conhecer, por exemplo, o nome de professores e professoras que trabalharam no HNA no início do século XX.<sup>7</sup> Índices gerais de pacientes permitem a busca por pacientes específicos. Os registros de ocorrências diárias iluminam melhor ainda a cotidianidade institucional. Livros receituários e de tratamentos podem abrir janelas para a história das terapêuticas psiquiátricas, temática que vem se desenvolvendo bastante nos últimos anos, com ênfase nos modos de implantação de determinadas racionalidades terapêuticas e suas relações com padrões socioculturais (Braslow, 1997). Em suma, são fontes históricas de inestimável riqueza, que podem abrir muitos flancos de investigação, pois constituem testemunhos fundamentais tanto para a reconstrução de histórias de vida a princípio perdidas, como para um melhor conhecimento das dinâmicas do saber e da prática psiquiátrica.

O IMASJM, mesmo com o grande esforço já realizado para preservar a documentação histórica do HNA que para ali foi encaminhada, atualmente encontra dificuldades para perpetuar ações de preservação adequadas. Muitos documentos se encontram em estado emergencial e delicado de conservação, necessitando de intervenções mais sistemáticas de higienização, restauração e conservação. Ações como pequenos reparos, reconstituição de páginas e confecção de novas capas para os livros de observações clínicas se fazem imprescindíveis para o início de uma disponibilização mais perene para a pesquisa histórica. Sem isso, a relevância, a profundidade e a riqueza desta documentação ficam sem visibilidade.

---

6 IMASJM. Livro de observação – masculino. Rio de Janeiro, 1904 e 1905. Fundo Dinsam, sala Same, módulo 1, prateleira 3, lote 772.

7 IMASJM. Livro 10 de ponto do pessoal subalterno, Hospital Nacional de Alienados. Rio de Janeiro, julho de 1909 a outubro de 1910. Fundo Dinsam, sala Same, módulo 2, prateleira 2, lote 971.

## A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO HNA NO ACERVO DO MUSEU PENITENCIÁRIO (MPERJ)

O local físico onde atualmente está localizado o Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro foi, no passado, sede do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (MJRJ), inaugurado em 1921, bem próximo do complexo penitenciário que reunia a Casa de Detenção e de Correção.<sup>8</sup> Quando da sua criação, para ali foram levados todos os “alienados delinquentes” que viviam no HNA, na chamada “Seção Lombroso”, mais formalmente conhecida como “Serviço de Alienados Delinquentes”, cujo funcionamento parece remontar ao início dos anos de 1910. Por essa razão, no museu se encontram os livros de observação de alguns pacientes “criminosos” que viveram no HNA, entre 1899 e 1921.<sup>9</sup>

Nos anos de 1990 e 2000, a atuação da bibliotecária Walda Pedreira levou à constituição do fundo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, ligado ao Ministério da Saúde. Os documentos do HNA foram, então, higienizados, identificados e microfilmados. A microfilmagem da documentação clínica do Serviço de Alienados Delinquentes não gerou um produto satisfatório, pois os microfilmes são bastante ilegíveis. Foi, contudo, a maneira encontrada por aqueles que ali atuavam para tentar preservar o conjunto documental. O relativo abandono da documentação depois do falecimento de Walda Pedreira (e bem antes, na década de 1970, com o decréscimo dos recursos), a desinstitucionalização do Hospital de Custódia e o aumento significativo da demanda pelos exames periciais fizeram com que a prévia identificação e organização da documentação ficassem sem os nortes anteriores.

São três as encadernações de observações clínicas que possuem anotações sobre os pacientes que passaram pela “Seção Lombroso” do HNA, em um total de 119 atendidos. Esses pacientes eram, em sua maioria, componentes das classes populares e trabalhadoras da cidade do Rio de Janeiro, que cometeram crimes ou contravenções. A maior parte das observações foi realizada entre 1917 e 1921. Nos dados pessoais e de identificação se anotavam aspectos como nome, cor, delito, data de entrada (a data da observação vinha ao final, com a assinatura do médico), diagnóstico, profissão, naturalidade, idade e o órgão do qual partiu a requisição para a internação.

Encontram-se pedidos de exames de outros governos estaduais, dos hospitais do Exército e da Marinha, da Casa de Detenção e Correção, da Repartição Central da Polícia etc. Ocorria raramente de juízes solicitarem observação psiquiátrica de alguns indivíduos. No geral, as observações são acompanhadas de fotos frontais e de perfil do rosto dos pacientes, mas nem todos foram fotografados. Os diagnósticos mais comuns foram: “parafrenia”; “degeneração mental”; “psicose maníaco depressiva”; “demência precoce”; “paralisia geral”.<sup>10</sup>

---

8 A partir de 1954, conhecida como Manicômio Judiciário Heitor Carrilho. Em 1984, passou a se chamar Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Depois, em 2013, Instituto de Perícias Heitor Carrilho.

9 Sem contar que sob a guarda do museu, atualmente, também está toda a documentação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro e das instituições que o sucederam.

10 Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Cf. Livros de Observação do Serviço de Alienados Delinquentes, 1, 2 e 3. Fundo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, estante 1, prateleira 1.

Desde o início de 2017, junto com a higienização, identificação, descrição e organização dessa documentação, desenvolvem-se investigações que buscam compreender a elaboração histórica dos vínculos entre crime e loucura. Mais ainda, tais estudos também têm tentado reconstruir as experiências de indivíduos que passaram por aquela instituição, sua história social e as representações sobre eles construídas. Isso porque são muitos os casos que apresentam recortes de reportagens da imprensa leiga sobre esses indivíduos e os crimes que lhes foram atribuídos. Dessa forma, tal documentação figura como extremamente significativa para os estudiosos interessados em temas como: história da psiquiatria, história da psicopatologia forense, história da medicina legal, da criminologia, do crime e dos “criminosos” no Rio de Janeiro, estudo das subjetividades desviantes etc.<sup>11</sup>

No momento realiza-se a higienização, identificação preliminar e organização da documentação administrativa do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (MJRJ), de 1921 até 1944. Alguns fundos, séries e dossiês já foram incluídos na base. São cerca de 240 caixas, cada uma com aproximadamente cinquenta envelopes em ordem alfabética, contendo o dossiê da vida institucional desses pacientes. Ou seja, é uma documentação que diz respeito à vida de muitos indivíduos, abarcando boa parte do período republicano. Este conjunto documental interessa às investigações sobre a história do Hospital Nacional de Alienados porque muitos pacientes que passaram pelo MJRJ também passaram pelo HNA em algum momento. Tais dossiês apresentam ofícios de comunicação entre o MJRJ e outras instituições (como o HNA) a respeito da realização de exames psiquiátricos, internação e transferência de internos; documentos administrativos; registros clínicos; recortes de jornais e cartas de pacientes, parentes e advogados.

## **UMA PROPOSTA DE BASE DE DADOS E O SISTEMA ATOM**

Os trabalhos de pesquisadores interessados na história do HNA resultaram na formulação de uma base de dados nomeada História e Loucura. Identificamos a necessidade de uma ferramenta que pudesse unir virtualmente as partes integrantes dos fundos institucionais para que os mesmos não perdessem sua organicidade e ligação com o órgão produtor. Além disso, esta ação visa também sua preservação e disseminação futura, já que tal documentação se constitui em um patrimônio documental único acerca do universo hospitalar, dos saberes médicos, psicológicos e da experiência histórica de vários sujeitos, abarcando a história do Brasil Império e República. Inegavelmente, a concretização desta ação é positiva para novos e antigos pesquisadores que terão acesso a informações cruciais de documentos que antes não tinham sua visibilidade tão explícita, que fomenta novas investigações.

Esta proposta é extremamente pertinente para o momento atual, cada vez mais marcado pelo interesse nos temas de estudos relativos à história da loucura e da psiquiatria no Rio de Janeiro, mas também pela diminuição do empenho das administrações públicas, em

---

<sup>11</sup> Estudos interessantes nessa área, em vários contextos, encontram-se em Becker; Wetzell (2006).

suas diversas esferas, em preservar esses acervos, aumentando suas vulnerabilidades. Importante lembrar que as instituições pertencem às três esferas de poder: municipal (IMASJM e IMASNS), estadual (Museu Penitenciário) e federal (Ipub).

A “difusão” é função arquivística relevante e condição fundamental para o cumprimento da finalidade principal do tratamento documental que é o acesso às informações (Belloto, 2002). Como é conhecido, o entrelaçamento do documento com seu produtor é um dos elementos centrais do tratamento arquivístico. A tentativa de agrupamento que a base encerra está respaldada, entre outros fatores, na observação da “proveniência documental”, dando sentido de conjunto, de menor dissipação e melhores possibilidades de acesso aos documentos históricos (Couture; Rousseau, 1998). Sendo o elo entre os fundos documentais e sua instituição produtora – o HNA –, a ideia de uma base aparece como a ferramenta mais viável de integração, de promoção de uma organicidade facilitadora de buscas e pesquisas, podendo, inclusive, fomentar ações de preservação, considerando seu lugar de patrimônio cultural único.

A partir da assessoria da arquivista Maria da Conceição Castro, profissional capacitada no uso e disseminação da ferramenta AtoM, *software* livre desenvolvido pelo International Council on Archives, que contém em seu modelo de organização os campos de preenchimento da ISAD(G),<sup>12</sup> constatamos a adequação da ferramenta ao propósito da base, já que esta preenche os dados da descrição multinível. O instrumento aceita descrições de várias instituições arquivísticas, sendo um “*software* livre com código aberto, ou seja, pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrição” (Lima; Flores, 2017 p. 209). É importante afirmar ainda que este sistema se encontra em uso há alguns anos pelo Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC), a partir de um convênio celebrado com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), com o intuito de customizar os campos do AtoM que pudessem atender às necessidades apresentadas pela COC nesta descrição, considerando a especificidade de seu acervo.<sup>13</sup>

O sistema organiza as informações dos fundos documentais, passando por séries ou sub-séries, dossiês até o nível de descrição de itens, se for esse o caso. Seu custo de instalação, configuração e manutenção é bem reduzido e as instituições custodiadoras podem dialogar entre si a partir desse ambiente, o que se apresenta como função bastante pertinente. Ele permite, ainda, a posterior digitalização e inserção de itens documentais que se julguem mais importantes ou atrativos para a consulta.

Na base de dados História e Loucura, cujo domínio foi homologado pelo governo federal – o que a coloca em evidência no mundo *web*, sendo de fácil visualização em sites de busca –, constam informações das quatro instituições custodiadoras da documentação do HNA (IMASJM, IMASNS, MPERJ e PO/Ipub), bem como dados institucionais e administrativos, tais

---

12 Norma geral internacional de descrição arquivística que preenche os dados da descrição multinível. No Brasil, utiliza-se a Nobrade (Norma Brasileira de Descrição Arquivística).

13 Tal resultado pode ser conhecido no endereço eletrônico <arch.coc.fiocruz.br> e tem demonstrado ser uma experiência exitosa desde 2009, pelo menos.

como endereço, descrição arquivística, condições de acesso e uso de seus acervos, fundos documentais etc. (figura1).

**Figura 1**– Espelho da interface da base de dados História e Loucura – fundo HPII (Hospício de Pedro II) (IMASNS)



No que se refere propriamente à documentação, já é possível obter informações on-line sobre o que pode ser encontrado no IMASJM, IMASNS, MPERJ e no Ipub,<sup>14</sup> com dados gerais de identificação das instituições que detêm os acervos, dos fundos, das séries, subséries e dossiês (figura 2). A inserção de dados nos campos respectivos é feita a partir do preenchimento de planilhas nas instituições, dentro da padronização da Nobrade. Nela, no nível de dossiê (figura 3), por exemplo, são preenchidos, além de uma área geral de identificação (título, data, nível de descrição, dimensão e suporte) e uma área de contextualização (com dados dos níveis acima de descrição), o âmbito e o conteúdo, indicando de que se trata o documento, suas características e as informações que apresenta. Por fim, constam as características físicas, as condições e pontos de acesso (assuntos), responsáveis pela descrição no arquivo e alimentação da base. Tais dados podem ser digitados em qualquer hora e computador com acesso à internet, pelos digitadores credenciados para alimentá-la com a inserção dos dados.<sup>15</sup> Doravante, com o término do financiamento da pesquisa, as instituições custodiadoras ficarão com esta incumbência.

<sup>14</sup> Como já foi dito, pelo estágio ainda inicial de identificação, higienização e organização da documentação presente no Museu Penitenciário, os dados das séries, subséries e dossiês do Fundo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho ainda não estão presentes na base.

<sup>15</sup> Os pesquisadores e estudantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) vinculados ao projeto de pesquisa “Do Hospício de Pedro II ao Hospital Nacional de Alienados: cem anos de histórias”, assim como um digitador profissional contratado, possuem acesso à alimentação da base.

**Figura 2** – Espelho do fundo MPERJ – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho



**Figura 3** – Espelho de dossiê 0001 do fundo MPERJ – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho



Foi feita uma adaptação dos campos de informação necessários às reais necessidades apresentadas, tendo em vista que o foco seria a particularidade da documentação encontrada nas instituições, e os registros dos saberes e práticas médicas e psicológicas. Esse dado é

importante já que precisamos ter palavras-chave, descritores, nomes próprios, vocabulário etc. que façam parte do universo da psiquiatria para a busca ser mais eficaz e correta. Contudo, essa adaptação dos campos de informação ainda precisa ser aprimorada. As palavras-chave, os descritores e as convenções sobre nomes próprios e vocabulário merecem bastante discussão, sobretudo considerando o longo recorte temporal de existência da instituição: de 1841 (criação do Hospício de Pedro II na Praia Vermelha) até 1944 (criação do Centro Psiquiátrico Nacional, no bairro do Engenho de Dentro).

Em todas as fases dessa customização, tivemos a assessoria e apoio dos profissionais de tecnologia da informação da Casa de Oswaldo Cruz, que ofereceram o suporte necessário para muitas questões surgidas no decorrer das atividades e que impactam a continuidade das etapas posteriores. Nesse aspecto, a assessoria, diálogo e apoio dos profissionais de tecnologia da informação têm sido cruciais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo, resultante das reflexões e ações ligadas a um projeto de pesquisa interinstitucional abrangente, com facetas de investigação histórica, conservação e divulgação de fundos arquivísticos, buscou descrever o atual estado e a organização dos arquivos do Hospital Nacional de Alienados, suas origens, potencialidades heurísticas na pesquisa histórica e possibilidades de incremento por meio de sua integração. Fica claro, em razão do exposto, o quanto são pertinentes os esforços em promover o entrelaçamento das instituições que detêm a documentação do HNA. A criação da base de dados História e Loucura dá novo fôlego para essas aproximações, assim como oportunidades inéditas de divulgação. O pressuposto é o de que a sistematização virtual da documentação histórica do HNA ajudará a fomentar pesquisas e, quiçá, ações de preservação.

Nesse sentido, o projeto “Do Hospício de Pedro II ao Hospital Nacional de Alienados: cem anos de histórias, 1841-1944” foi um importante mobilizador e catalisador de esforços interinstitucionais rumo à conservação e catalogação de acervos do Hospital Nacional. Tratou-se, no entanto, de somente uma etapa em meio a um histórico de esforços das instituições custodidoras, haja vista a necessidade de ações permanentes e de longa duração demandadas por atividades dessa natureza.

Desde o início, o objetivo inicial de construção de uma base de dados foi entendido como um processo inaugural de reunião virtual desses acervos, não tendo características de um trabalho finalizado, mas aberto e em continuidade. Não se podem esquecer os riscos e vulnerabilidades aos quais estão submetidos alguns documentos presentes nesses arquivos, uma vez que ainda é necessário intensificar as ações sistemáticas de restauração e preservação. É notório o quanto um processo de divulgação dos acervos, ainda que virtualmente, é uma prática interessante de valorização e legitimação do investimento público ou privado nas suas mais variadas formas. O que, vale enfatizar, não descredencia os esforços e ações já tomadas por pesquisadores, mas, sobretudo, por arquivistas, bibliotecários e todos os funcionários que atuam há bastante tempo nas instituições.

No que se refere especialmente às pesquisas históricas nesses acervos, é possível que, a partir da criação da base de dados, possa ser realizada uma ampla abordagem quantitativa e qualitativa do HNA, mesmo que por amostragem, percorrendo, de forma abrangente, o perfil social e diagnóstico da população que passou pela instituição, suas mudanças demográficas ao longo desses cem anos, as relações com atores externos, suas prováveis articulações com os variados processos sociopolíticos, culturais e cognitivos.<sup>16</sup>

Os próximos passos serão dados de forma descentralizada, com protagonismo das instituições custodiadoras, enquanto se dará prosseguimento às parcerias e debates sobre os acervos. A ideia é que cada instituição, de forma autônoma, aumente a precisão da descrição com o auxílio dos pesquisadores que realizam investigação nos seus acervos. Também é recomendável que cada órgão busque recursos para a digitalização de sua documentação, com posterior inserção na base de dados.

A aproximação das equipes se realizou de forma bastante profícua, viabilizando a consolidação de uma linguagem mais próxima para as classificações arquivísticas e suportes múltiplos para o processo de trabalho. Com o término do financiamento da pesquisa no final de 2018, o conjunto de pesquisadores e instituições custodiadoras deu início a um fórum permanente para discussão e gestão da base de dados. Com representantes do Departamento de Arquivo e Documentação, de Tecnologia da Informação e do Departamento de Pesquisa (todos ligados à Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) e das quatro instituições detentoras dos acervos, o objetivo é manter o elo e a parceria entre todos os entes envolvidos.

O fórum será um espaço de debate técnico e teórico, com ênfase nas temáticas relativas à história da cidade do Rio de Janeiro e suas instituições na passagem do Império para a República, na higienização e organização de acervos e no treinamento continuado para o uso e gestão da base de dados História e Loucura. A ideia é fazermos duas reuniões anuais (a primeira já agendada para março de 2019), inicialmente, sob a responsabilidade da Fiocruz. Também será um espaço para discutir e regular a continuação da alimentação da base pelas instituições, sugerir modificações e realizar balanço dos trabalhos, rever termos utilizados e sua pertinência, propor novos termos de indexação etc.

A partir do início do uso rotineiro da base de dados, acompanhada de seus manuais, catálogo de descritores e vocabulário controlado, será cada vez mais possível que cada uma das instituições possa dar continuidade a sua alimentação, complementando os dados já inseridos e refinando suas descrições. Dessa forma, o fórum garantirá a atualização permanente dos instrumentos de pesquisa, além do diálogo contínuo entre as instituições detentoras dos acervos e a responsável pela gestão tecnológica da base. Este diálogo é fundamental para ratificarmos o potencial contido nessa documentação e seu importante valor, para além do caráter probatório, histórico e patrimonial, que retrata um momento peculiar da história da saúde e suas instituições no Rio de Janeiro e no Brasil.

---

<sup>16</sup> Um resultado exemplar, nesse sentido, encontra-se em Molina et al., 2016.

Este artigo resulta de reflexões originadas no âmbito da pesquisa “Do Hospício de Pedro II ao Hospital Nacional de Alienados: cem anos de histórias (1841-1944)”, CNPq, n. 440832/2015-2. Possui financiamento do CNPq e da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

## Referências

- ABLARD, Jonathan D. *Madness in Buenos Aires: Patients, Psychiatrists and the Argentine State (1880-1983)*. Canada: University of Calgary Press, 2008.
- BECKER, Peter; WETZELL, Richard F. (eds). *Criminals and their Scientists: the History Of Criminology In International Perspective*. Washington, DC: Cambridge University Press, 2006.
- BELLOTTO, Heloisa. Documento de arquivo e sociedade. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 31, p. 167-175, 2002.
- BRASLOW, Joel. *Mental Ills and Bodily Cures Psychiatric Treatment in the first half of Twentieth Century*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- CUNHA, Maria Clementina. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- DIAS, Allister. Entre el pabellón y el hospicio: problemas y conflictos en la asistencia psiquiátrica en Rio de Janeiro de principios del siglo XX. *Frenia*, Madrid, v. XI, p. 109-129, 2011.
- ENGEL, Magali. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- FACCHINETTI, Cristiana et al. No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, Fiocruz, v. 17, p. 733-768, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GAVROGLU, Kostas. *O passado das ciências como história*. Porto: Porto Editora, 2007.
- GONÇALVES, Monique. Os primórdios da psiquiatria no Brasil: o Hospício Pedro II, as casas de saúde particulares e seus pressupostos epistemológicos (1850-1880). *Revista Brasileira de História da Ciência*, São Paulo, v. 6, p. 60-77, 2013.
- HUERTAS, Rafael. Another History for Another Psychiatry: the Patient's View. *Culture & History Digital Journal*, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2013.
- LIMA, Eliseu; FLORES, Daniel. A utilização do Ica-Atom como plataforma de acesso, difusão e descrição dos documentos arquivísticos de instituições públicas. *Informação & Informação (online)*, v. 21, p. 207-227, 2017.
- MATHIAS, Cátia. *O Pavilhão de Observação na psiquiatria do Distrito Federal: a gestão de Henrique Roxo (1921-1945)*. 205 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.
- MOLINA, Andres et al. Los pacientes del Manicomio La Castañeda y suas diagnósticos: una propuesta desde la historia cuantitativa (México, 1910-1968). *Asclepio: Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madri, v. 68, n. 1, p. 1-19, enero-junio, 2016.

MOTTA, Márcia. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

MUNOZ, Pedro; FACCHINETTI, Cristiana; DIAS, Allister. Suspeitos em observação nas redes da psiquiatria: o Pavilhão de Observações (1894-1930). *Memorandum*, Belo Horizonte, v. 20, p. 83-104, 2011.

PORTER, Roy; WRIGHT, David (org.). *The confinement of the insane: international perspectives, 1800-1965*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RIBEIRO, Daniele. *Tramas da loucura na corte imperial: ciência, caridade e redes de sociabilidade no Hospício de Pedro II (1883-1889)*. Curitiba: Prismas, 2015.

SACRISTÁN, Cristina. La locura se topa con el manicomio: una historia por contar. *Cuicuilco*, Ciudad de México, v. 16, n. 45, p. 163-189, 2009.

\_\_\_\_\_. Historiografía de la loucura y de la psiquiatria en México: de la hagiografía a la historia pos-moderna. *Frenia*, Madri, v. I, p. 9-33, 2005.

SALLA, Fernando; BORGES, Viviane. Prontuários de instituições de confinamento. In: RODRIGUES, R. Possibilidades de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2017. p. 115-136.

SCULL, Andrew. *The Insanity of Place/the Place of Insanity: Essays on the History of Psychiatry*. New York: Routledge, 2006.

VENÂNCIO, Ana Teresa; CASSÍLIA, Janis. Política assistencial psiquiátrica e o caso da Colônia Juliano Moreira: exclusão e vida social (1940-1954). In: WADI, Yonissa M. (ed.). *História e loucura: saberes, práticas e narrativas*. Uberlândia: Edefu, 2010. p. 51-83.

WADI, Yonissa M. Olhares sobre a loucura e a psiquiatria: um balanço da produção na área de história (Brasil, 1980-2011). *História Unisinos*, v. 18, n. 1, p. 114-135, 2014.

\_\_\_\_\_. *Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

---

Recebido em 8/3/2018

Aprovado em 22/1/2019

**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL RORAIMENSE**  
**EM BUSCA DO ESTADO DA ARTE**  
**RORAIMENSE RECORD HERITAGE**  
**IN SEARCH OF THE STATE OF THE ART**

**TATIANA COSTA ROSA** | Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Especialista em Gestão de Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Arquivista do Instituto Federal de Roraima (IFRR) | [tatyrosaa@gmail.com](mailto:tatyrosaa@gmail.com)

**LEILA ADRIANA BAPTAGLIN** | Doutora em Educação pela UFSM. Mestre em Educação e em Patrimônio Cultural pela UFSM. Professora do curso de Artes Visuais da UFRR | [leila.baptaglin@ufr.br](mailto:leila.baptaglin@ufr.br)

**RESUMO**

Este artigo objetiva apresentar o estado da arte do patrimônio documental roraimense. Parte-se da premissa de que um patrimônio documental é composto por documentos permanentes de cunho histórico. A investigação apresenta caráter bibliográfico, em conjunto com os métodos de levantamento e avaliação do conhecimento. Consta-se a escassez de estudos voltados a esta temática contemplando o estado de Roraima.

*Palavras-chave: patrimônio documental; documentos; Roraima; estado da arte.*

**ABSTRACT**

This article has as objective to present the state of the art of the record heritage of the state of Roraima. It starts from the premise that a record heritage is composed by permanent documents of historical character. The investigation is characterized as bibliographic, together with the methods of lifting and evaluation of the knowledge. It ascertains the shortage of studies focused on this thematic contemplating the state of Roraima.

*Keywords: documentary patrimony; documents; Roraima; state of the art.*

**RESUMEN**

Este artículo objetiva presentar el estado del arte del patrimonio documental roraimense. Se parte de la premissa de que un patrimonio documental es compuesto por documentos permanentes de carácter histórico. La investigación se caracteriza como de cunho bibliográfico, en conjunto con los métodos de levantamiento y evaluación del conocimiento. Se constata la escasez de estudios vueltos a esta temática contemplando el estado de Roraima.

*Palabras clave: patrimonio documental; documentos; Roraima; estado del arte.*

## INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado em Letras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima<sup>1</sup> e trata-se do estado da arte do patrimônio documental roraimense, ou seja, de estudo(s) já realizado(s) por pesquisadores acerca deste tema.

O desenvolvimento desta etapa é uma parte essencial em todo trabalho científico, uma vez que faz referência ao que já se tem descoberto sobre o assunto e evita a perda de tempo com investigações desnecessárias. Além disso, colabora com a melhoria e o desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas.

Ao se iniciar a presente investigação, observou-se que a premissa apontada por Magalhães (1986, p. 137) de que “a história de Roraima e suas fontes documentais são um vasto campo de investigação científica, tão inexplorados quanto ricos”, ainda vigora nos dias atuais. São raras as pesquisas, produtos resultantes, bem como a difusão destes, contemplando o estado de Roraima e seu patrimônio documental.

Desse modo, tem-se como problemática o seguinte questionamento: qual é o estado da arte da temática patrimônio documental roraimense? Tal questão nos remete aos objetivos. Tem-se como objetivo geral: apresentar o estado da arte da temática patrimônio documental roraimense. E como objetivos específicos: buscar pesquisas que abordem a temática patrimônio documental de Roraima; compreender as pesquisas encontradas segundo alguns aspectos; analisar na íntegra o conteúdo das pesquisas encontradas.

Cabe esclarecer que este tipo de pesquisa denominada estado da arte é visto como um “pano de fundo” de estudo, pois faz referência ao que já foi investigado e descoberto sobre determinado assunto, contribuindo com o desenvolvimento de novos estudos, e colabora essencialmente com a pesquisa científica e os pesquisadores.

De acordo com Messina (1998, p. 1), os pesquisadores que adotam este tipo de investigação como norte em suas pesquisas têm a concepção de que “em um estado da arte a possibilidade de contribuir com a teoria e a prática está presente”. Também tendo como foco o viés dos pesquisadores, Ferreira (2002, p. 258) afirma que o que move qualquer pesquisador a buscar o estado da arte em suas investigações “é o não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento”. A autora aponta que pesquisadores adeptos a esse tipo de investigação

são sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas, [...] de divulgar para a sociedade. Todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e avaliação do conhecimento sobre determinado tema (Ferreira, 2002, p. 259).

---

1 Dissertação intitulada *Antigos documentos, novas perspectivas: acesso ao patrimônio documental das instituições de ensino públicas federais de Roraima*.

Dessa forma, o estado da arte realizado contribui para a concretização de um panorama da temática investigada.

## **TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ESTADO DE RORAIMA**

O estado de Roraima possui uma situação diferenciada dos demais estados brasileiros. Situa-se no extremo norte do Brasil e faz fronteira com a Venezuela e a Guiana. Foi território federal de 1943 até 1988, quando se tornou um estado federado.

De acordo com Freitas (2000, p. 114), “os territórios federais foram criados em 1943 em plena II Guerra Mundial, por Getúlio Vargas”, tendo como principal objetivo “levar vida à solidão daquela gente e exigências de ocupação efetiva, da terra, de povoamento, de valorização e de segurança da região”.

Durante os primeiros anos da existência do território do Rio Branco (1943), que no ano de 1962 passa a ser chamado território federal de Roraima (em homenagem ao monte Roraima), “o modelo de gestão adotado foi prejudicial e impediu o seu desenvolvimento” (Freitas, 2000, p. 115). Modelo de gestão este que, entre outros fatores, envolvia questões políticas, como o fato das nomeações dos governadores do território ocorrerem diretamente por meio do presidente da República, por indicações políticas, e estes nomeados quase sempre vi-nham de fora, eram estranhos à região, e passavam pouco tempo no cargo. Isso, evidentemente, teve reflexo no desempenho do planejamento e da execução contínua das atividades governamentais no território.

Em 1964, durante a ditadura militar, coube à Aeronáutica governar o território de Roraima. A seguir, “com a chamada redemocratização do país e após a eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República (1985), o território passou a ser governado, novamente, por pessoas indicadas por injunções políticas” (Freitas, 2000, p. 117).

Segundo Botelho (2009, p. 27), “a população do território de Roraima era, inicialmente, constituída por nativos, indígenas, de várias etnias (Macuxi, Yanomami, Taurepang, Ingarikô, Wapixana, Uamiri-Atroari, Maiongong)”, contudo, o fluxo migratório se intensifica na metade do século XX, em decorrência da abertura dos garimpos de ouro na região, e da abertura da estrada entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR).

Em 1988, com a nova Constituição Federal, o território federal de Roraima foi extinto e deu lugar ao estado de Roraima: “os territórios federais de Roraima e do Amapá são transformados em estados federados, mantidos seus atuais limites geográficos” (Constituição Federal, 1988, artigo 14).

A capital de Roraima é Boa Vista, onde se concentra, principalmente, o militarismo e o funcionalismo público do estado, a melhor infraestrutura, maior produção de bens e serviços públicos, privados e culturais, e maior concentração populacional.

Ao longo do processo de ocupação, ocorreu fluxo migratório no estado e sobretudo em sua capital, recebendo pessoas de países vizinhos e de diversas regiões brasileiras, principalmente do Sul e Nordeste, que vieram em busca de melhores condições profissionais e de vida, tornando assim Roraima um estado étnico diversificado e híbrido culturalmente.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até o ano de 1970 o crescimento populacional de Roraima obedecia a média do Brasil. Entretanto, entre os anos de 1980 e 1990, houve um aumento significativo no crescimento populacional, passando de 80 mil habitantes para 217 mil. Ainda hoje é possível observar o aumento populacional e a existência da prática migratória para Roraima, porém com menor intensidade.

Assim, há um constante diálogo cultural entre roraimenses e *roraimados*,<sup>2</sup> envoltos por relações sociais de negociação, controle e poder influenciadas pela política e por vários povos, que compõem a história do estado. E isso afeta as diversas vertentes culturais existentes, sejam artísticas, musicais, literárias ou voltadas aos documentos, o que torna complexo construir um panorama histórico. Em meio a tantas transições, alguns aspectos da trajetória histórica se perdem, sobretudo no que diz respeito aos documentos históricos, os quais nesta investigação são considerados como patrimônio documental.

De acordo com Magalhães (1986, p. 137),

em se tratando da formação do estado de Roraima e suas correlações implícitas, existem poucos trabalhos, principalmente porque grande parte de seu acervo de fontes primárias já foi destruído, restando bastante nítida ainda a tradição oral e documentos esparsos, salientando-se que esforços estão sendo envidados no sentido de preservar o que já foi detectado.

Essa trajetória histórica peculiar do estado atualmente ainda reflete na sociedade. Como diz um personagem de Tennessee Williams em *À margem da vida* (1968, p. 56), “o passado insiste em se apresentar no presente”, e um dos exemplos mais evidentes fica perceptível ao se investigar o estado da arte do patrimônio documental de Roraima.

## O DOCUMENTO SOB A ÓTICA DE PATRIMÔNIO

O termo patrimônio pode assumir diferentes significados, de acordo com o contexto em que está inserido. Para Baltazar (2011), patrimônio é um conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo.

No caso específico desta pesquisa, compactua-se com a percepção de patrimônio como um objeto de valor, que guarda uma herança cultural, um presente do passado que deve ser preservado e protegido.

Os valores de um patrimônio são identificados dependendo do momento de cada sociedade e dos significados que esta dá a ele. Ao longo dos anos, diversos foram os sentidos e valores atribuídos: histórico, cultural, artístico, edificado, antropológico, entre outros.

---

2 O termo *roraimado* é geralmente utilizado no estado para denominar sujeitos que migraram de outros lugares e residem em Roraima.

Conforme Delphim (2005), a atribuição de sentidos e valores ao patrimônio é fundamental para que, a partir dela, obtenha-se conhecimento do que deve ser preservado, pois as estratégias de proteção e conservação podem variar de acordo com o contexto e valores estabelecidos.

No Brasil, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania, responsável pela preservação do patrimônio cultural nacional. Por meio da realização de um trabalho permanente de identificação e documentação, o instituto tem como objeto primordial proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua preservação, conhecimento e uso pela sociedade, no presente e no futuro. De acordo com seu portal eletrônico, o Iphan se divide em 25 escritórios técnicos, e 27 superintendências que atuam em cada unidade federativa do país, inclusive no estado de Roraima.

A Superintendência do Iphan em Roraima, estabelecida em 2009, originou-se da 1ª Diretoria Regional, criada em 1979. Roraima é o único estado brasileiro que não tem bens tombados no âmbito federal. Os bens protegidos têm tombamento estadual e municipal, e o Iphan participou ativamente da lei estadual de preservação e proteção do patrimônio cultural, em 2009 (Iphan, 2016).

Em consonância com os órgãos de preservação do patrimônio brasileiro, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, deixa clara a atribuição de valores aos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

No que diz respeito ao patrimônio documental nacional, Mattar (2003) afirma que o termo foi utilizado pela primeira vez pelo regimento interno do Arquivo Nacional brasileiro, aprovado pela portaria do Ministério da Justiça, n. 600B, no ano de 1975.<sup>3</sup> Contudo, esse termo se consolida oficialmente como uma espécie do gênero do patrimônio cultural no ano de 1988, por meio do artigo 216 da Constituição Federal.

Constituem patrimônio cultural brasileiro[...]: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, *documentos*, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (grifo nosso).

---

3 “Capítulo I - Da Finalidade. Art. 1.0 [...] Tem por finalidade recolher e preservar o patrimônio documental da nação brasileira, com o objetivo de divulgar o conteúdo de natureza científico-cultural e incentivar a pesquisa relacionada com os fundamentos e as perspectivas do desenvolvimento nacional” (Brasil, 1975).

No caso de Roraima, por exemplo, a lei estadual n. 718, do ano de 2009, que “dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural do estado de Roraima”, é muito similar ao que estabelece a Constituição Federal. Esta lei define as competências do estado frente à preservação, tombamento ou registro de bens materiais.

São considerados patrimônio cultural do estado de Roraima os bens de natureza material ou imaterial, quer tomados individualmente ou em conjunto, que sejam relacionados à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade roraimense, dentre os quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - as cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, científico e inerentes e relevantes narrativas de nossa história cultural; VI - a cultura indígena tomada isoladamente e em conjunto; e VII - as paisagens culturais (Roraima, 2009, artigo 1, grifo nosso).

Nesse sentido, o uso do termo patrimônio documental, nesta pesquisa, justifica-se pela sua menção tanto em nível nacional (na Constituição Federal), como em nível estadual (na lei n. 718/2009 do estado de Roraima). Além disso, o patrimônio documental é um dos objetos de recuperação da memória, podendo assim ser contemplado pelo viés de patrimônio histórico-cultural, pois é um objeto em que constam informações que contam a história de uma geração e/ou povo.

Cabe destacar que o termo “patrimônio documental” é amplamente utilizado no meio arquivístico, especialmente ao tratar da preservação da documentação histórica, porém o termo traz consigo incertezas e questionamentos quanto à sua constituição, natureza, conceituação e aplicação. É comum observar, por exemplo, casos em que o termo é utilizado como forma de divulgação da instituição ou da própria documentação, alegando que aquele material é um patrimônio documental e deve ser preservado.

Por vezes, o termo patrimônio documental é aplicado sem uma exploração de sua noção. O que, visto por uma perspectiva otimista, é positivo, pois ao não ter uma concepção engessada, é permitido o livre uso do termo.

Lage (2002) pesquisou e aprofundou a compreensão acerca do patrimônio documental, e destaca que

mais do que definir, importa-nos, no entanto, estabelecer o conceito válido de patrimônio documental numa perspectiva teórica que atravessa domínios do conhecimento tão vastos, consolidados e formalizados como o são as ciências da documentação e informação, a história das populações e a demografia histórica e os estudos culturais e sociais das ciências e das técnicas, e na perspectiva prática da sua compreensão necessária à sua salvaguarda, difusão e desenvolvimento (Lage, 2002, p. 14).

Dessa forma, é possível perceber que o conceito de patrimônio documental dialoga com outras áreas de investigação, como a história e os estudos culturais, por exemplo, onde pode sofrer interferências, não ficando restrito apenas ao que tange à arquivística.<sup>4</sup>

No que diz respeito aos arquivos em geral, os documentos passam a ser considerados bens patrimoniais após passar pela função arquivística de avaliação, quando são eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente, tornando-se de caráter permanente com valor histórico. Bellotto esclarece que

um arquivo permanente não tem seu arquivo constituído de "preciosidades" colecionadas aqui e ali, recolhidas para que com elas o historiador estabeleça seu referencial de fontes. Um arquivo permanente constitui-se de documentos produzidos em geral há mais de 25 anos [...] remanescentes de eliminação criteriosa (Bellotto, 2006, p. 115).

A autora afirma que um documento tem que merecer ser permanente e entrar na considerada terceira idade. A análise desse merecimento se dá por meio da avaliação documental, que compreende o que é permanente levando em conta o valor dos documentos, que podem ser de valor primário/administrativo, ou de valor secundário/histórico. Assim, quando o documento possui o valor secundário/histórico ele é, geralmente, considerado por profissionais do meio arquivístico como patrimônio documental de uma instituição, pois ele "é produzido para a administração e guardado para a história" (Bellotto, 2006, p. 17). Porém, isto não é uma regra, e varia de acordo com os interesses e demandas de cada instituição.

Bellotto (2006) considera como documento histórico aquele que já passou da fase de utilização administrativa para a qual foi criado, e atingiu a fase de sua utilização para pesquisa histórica. Indo ao encontro da perspectiva de Bellotto, porém com uma concepção mais prática, Lage (2002) defende que, da mesma forma que qualquer patrimônio, os patrimônios documentais correspondem a uma categoria de bens culturais que remetem à memória. Colabora assim com a ideia de que os bens patrimoniais documentais são documentos permanentes de valor histórico, pois são estes que remetem à memória. Segundo a autora,

o patrimônio documental liga-se intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural – sendo, no entanto, mais complexo que os conceitos já de si complexos de documento, informação ou fonte histórica. Todo o dado precedente do passado, do recente, que tem uma realidade material e objetiva, relacionado com a atividade científica e social e historicamente produzido; testemunho original, não re-elaborado, do conhecimento do passado (Lage, 2002, p. 15).

---

4 A arquivística estuda as funções do arquivo, os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda e preservação documental, bem como na utilização dos arquivos (Arquivo Nacional, 2005).

Essa concepção é uma das que mais se aproxima da ideia de que o patrimônio documental é composto por documentos permanentes de cunho histórico. O interesse histórico presente nos documentos permanentes surge no momento em que são transferidos do valor primário para o secundário. A partir desta etapa, o documento permanente passa da sua finalidade funcional de atender apenas à administração, para a cultural, atendendo principalmente à história e outras áreas afins, devendo estar acessível, tanto quanto os documentos de valor administrativo, bem como difundido para a sociedade, uma vez que preserva a história desta.

## **CAMINHOS DA PESQUISA**

Para atingir os objetivos inicialmente propostos, esta pesquisa percorre uma série de caminhos. Como mencionado anteriormente, ao investigar determinado estado da arte os pesquisadores costumam adotar o levantamento e a avaliação do conhecimento como opções metodológicas. Portanto, utilizam-se ambos, considerando que o levantamento tem uma série de benefícios, entre os quais Gil (2002) destaca a obtenção do conhecimento direto da realidade, a economia e rapidez, enquanto ao utilizar a avaliação do conhecimento “procura-se verificar a existência de diferenças reais em investigações” (Gil, 2002, p. 187).

Esta pesquisa caracteriza-se também como bibliográfica, pois abrange o referencial teórico publicado. Um dos benefícios de adotar a pesquisa bibliográfica “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla [...]. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos” (Gil, 2002, p. 45), como o é caso de quando se busca um estado da arte.

Para a obtenção dos resultados, primeiramente definiu-se os materiais que seriam procurados, entre eles: artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, onde constasse pelo menos uma ou mais palavras-chave que pudessem remeter ao patrimônio documental de Roraima, as quais delimitamos como: acervo documental; arquivo(s); arquivologia; arquivística; documentação; documentação histórica; documental; documento(s); documento(s) histórico(s); fonte(s) documental(is); patrimônio(s) documental(is) – acompanhadas pelas palavras: Roraima, roraimense e/ou Boa Vista.

A partir disso, foram escolhidos os locais a serem investigados. Ao estabelecer o critério para seleção dos locais, levaram-se em consideração os apontamentos de Chartier (1999), o qual compreende bibliotecas como os principais locais de buscas de referências para estudos acadêmicos e as distingue em três categorias: biblioteca de pesquisa, biblioteca pública e biblioteca eletrônica. Segundo Chartier, nas bibliotecas de pesquisas “você só encontra livros que são procurados”, enquanto nas bibliotecas públicas é “como se fosse eles que o procurassem” e as bibliotecas eletrônicas “permitem, por sua vez, compartilhar aquilo que até agora era oferecido apenas em espaços onde o leitor e o livro deveriam necessariamente estar juntos. O lugar do texto e do leitor podem então estar separados” (Chartier, 1999, p. 119).

Dessa forma, os locais de busca desta investigação compreenderam as três categorias de bibliotecas apresentadas por Chartier, de modo presencial e virtual, nas instituições que possivelmente possuíam materiais para encontrar o estado da arte do patrimônio documental de Roraima.

Os locais e formas de busca ocorrem da seguinte forma: presencialmente na Biblioteca Pública Estadual de Roraima, localizada no Palácio da Cultura do Estado, e na Biblioteca de Pesquisa Central do Instituto Federal de Roraima (IFRR), localizada no campus Boa Vista Centro, virtualmente no portal eletrônico da biblioteca digital do IFRR,<sup>5</sup> presencialmente na Biblioteca de Pesquisa Central da Universidade Federal de Roraima (UFRR), localizada no campus Paricarana, virtualmente no portal eletrônico da biblioteca digital da UFRR,<sup>6</sup> bem como nos portais eletrônicos acadêmicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),<sup>7</sup> na Scientific Electronic Library Online (SciELO)<sup>8</sup> e por fim no Google acadêmico.<sup>9</sup>

Após esta etapa, optou-se por compreender as pesquisas encontradas segundo alguns aspectos, os quais Ferreira (2002) aponta como fundamentais para a realização de um estado da arte, entre eles o foco no título, nas palavras-chave e no resumo.

Contudo, a própria autora questiona até que ponto é possível tecer um discurso que contemple os trabalhos de uma determinada temática analisando apenas estes itens, ignorando a leitura das pesquisas na íntegra. Nesse sentido, parece que o pesquisador do estado da arte tem dois momentos distintos. O primeiro, no qual “interage com a produção” por meio da quantificação das pesquisas, identificação dos dados básicos (título, palavras-chave e resumo) “com o objetivo de mapear a produção” (Ferreira, 2002, p. 265). E o segundo momento, que é facultativo e peculiar a cada investigador, quando ele “aproxima ou diferencia trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento”. E nesse momento deve questionar “quando”, “onde”, “quem”, “o que”, e “como” estas pesquisas foram produzidas. Para tanto, a simples leitura do resumo não será suficiente, pois haverá “a sensação de que sua leitura a partir apenas dos resumos não lhe dá a ideia do todo, a ideia do que verdadeiramente trata a pesquisa” (Ferreira, 2002, p. 265-266).

Portanto, partindo desse pressuposto, nesta investigação adotam-se os dois momentos apontados por Ferreira. Dessa forma, acredita-se que será possível uma melhor obtenção, compreensão, apresentação e discussão dos dados obtidos.

Os dados foram coletados, analisados e são apresentados pelas autoras deste artigo de forma qualitativa por meio da interpretação, apoiando-se no referencial teórico da área, bem como apontando algumas citações presentes nos materiais encontrados.

---

5 Disponível em: <<http://pergamum.ifrr.edu.br/pergamum/biblioteca/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

6 Disponível em: <[http://www.btdt.ufrr.br/tde\\_busca/index.php](http://www.btdt.ufrr.br/tde_busca/index.php)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

7 Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

8 Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

9 Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Primeiramente, cabe esclarecer que em nenhum dos locais investigados de modo presencial e virtualmente encontrou-se algum material com as palavras-chave estipuladas. Apenas na última busca, pesquisou-se pelas palavras-chave no Google acadêmico, onde inúmeros resultados apareceram. Contudo, não contemplavam especificamente o patrimônio documental de Roraima. Encontraram-se dois artigos científicos que se aproximaram da temática investigada: “Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização” e “Um olhar sobre o arquivo indígena da diocese de Roraima”, os quais serão denominados “artigo 1” e “artigo 2”, respectivamente.

O fato de encontrarmos apenas dois artigos reforça e comprova a ideia de que o patrimônio documental roraimense ainda é carente de estudos, investigações, publicações e difusão, seja na comunidade acadêmica, entre pesquisadores ou na sociedade em geral.

No que diz respeito à compreensão do primeiro momento defendido por Ferreira (2002), pode-se observar na sequência o título, as palavras-chave e o resumo dos dois artigos encontrados.

### Imagem 1 – Artigo 1

**PAULINA ONOFRE RAMALHO<sup>1</sup>**

CARLA GISELE MACEDO S. M. MORAES<sup>2</sup>

ARTIGO

**CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO DE BOA VISTA/RR:  
DIAGNÓSTICO E PROBLEMATIZAÇÃO**

**RESUMO:** Este artigo apresenta as conclusões da primeira etapa da pesquisa “Diagnóstico e Cadastramento do Acervo Documental dos Centros de Informação de Boa Vista/RR”, cujo objetivo é a identificação das principais dificuldades que pesquisadores e instituições enfrentam, respectivamente, para acessar, conservar e difundir a documentação histórica de Roraima. A coleta de dados através de questionário e observação in loco revelou, como resultado, o diagnóstico sobre a segurança, as condições de acondicionamento do acervo, as instalações físicas e os recursos materiais dos principais centros de documentação de Boa Vista.

**Palavras-chave:** Centro de documentação. Conservação de acervos. Diagnóstico.

Fonte: revista *Textos e Debates* (UFRR).<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/741/641>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

## UM OLHAR SOBRE O ARQUIVO INDÍGENA DA DIOCESE DE RORAIMA

Laiana Pereira dos Santos<sup>20</sup>  
Bernardo Farias dos Santos<sup>21</sup>

### RESUMO

Este artigo é fruto de inúmeras reflexões e questionamentos acerca de um local importante para a pesquisa na área indígena: o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima. Pensar as fontes e onde elas estão guardadas é um grande desafio para qualquer pesquisador. Ao conhecermos o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima levantamos inúmeras indagações sobre este lugar, mas nem todas foram respondidas. Este trabalho visa fazer uma breve descrição do Arquivo Indígena da Diocese de Roraima, das fontes disponibilizadas neste local e a partir daí problematizá-lo. Historicamente, a necessidade da criação deste arquivo foi ao encontro com o momento que o século XIX vinha passando, onde a Antropologia acreditava que a cultura indígena era imutável e tinha que ser pura, e havendo o contato com não-índios ou ditos “brancos” a cultura se perderia e seria extinta havendo a aculturação e perda de identidade étnica. Nessa perspectiva, a Igreja Católica em Roraima fez a guarda de todas as fontes que se referiam aos povos indígenas, pois se um dia essa cultura acabasse eles guardariam ao menos as fontes escritas. A partir dessa premissa é que nasce o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima em 1907, funcionando até aos dias atuais na Prelazia e contando com uma grande massa documental composta por Atas, Relatórios de Assembleias, Cartas, Processos, Fotografias, Jornais, Relatos de índios, Boletins, Livros, Dicionários na língua materna, entre outros; fontes essas que merecem atenção dos pesquisadores uma vez que elas constituem parte da Historiografia de Roraima.

Palavras-chave: Arquivo Indígena da Diocese de Roraima. Prelazia. Cultura Indígena.

Fonte: revista *Examãpaku* (UFRR).<sup>11</sup>

Por meio da análise destes três aspectos, percebe-se que cada artigo aborda em sua pesquisa os documentos e a temática patrimônio documental de uma forma diferente. O primeiro artigo traz apontamentos sobre o diagnóstico e a conservação de acervos documentais da cidade de Boa Vista, enquanto o segundo analisa o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima, e, sob uma ótica histórica, apresenta diferentes tipos de fontes documentais.

A partir disso, seguimos para o segundo momento desta pesquisa, em que se responde “quando”, “onde”, “quem”, “o que” e “como” esses artigos foram produzidos.

O artigo 1 foi elaborado no ano de 2009, enquanto o artigo 2 é mais recente, começou a ser pensado em 2014 e foi produzido no ano seguinte. Ambos foram publicados em edições de revistas on-line da UFRR. O primeiro artigo foi publicado na revista *Textos e Debates*,

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/examapaku/article/view/3081/1768>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

e resulta de uma atividade do Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), desenvolvido no âmbito dos centros de documentação de Boa Vista. O segundo foi publicado na revista *Examãpaku*, e é fruto da busca de fontes documentais para a materialização de dissertação do mestrado em história da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), desenvolvido no âmbito do Arquivo Indígena da Diocese de Roraima.

O artigo 1 foi elaborado pelas pesquisadoras Paulina Onofre Ramalho, graduada no curso de licenciatura em história e cursando especialização em patrimônio no Iphan, e Carla Gisele Macedo Moraes, graduada em arquitetura e urbanismo, mestre em desenvolvimento urbano e técnica do Iphan. O artigo 2 tem como autores Laiana Pereira dos Santos, graduada no curso de licenciatura em história pela UFRR e mestranda em história pela Ufam, e Bernardo Farias dos Santos, graduado em biblioteconomia pela Ufam, especialista em arquivologia pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte) e mestrando em história pela Ufam.

Ao observar a formação desses pesquisadores, pode-se constatar que nenhum possui graduação em arquivologia, apenas um deles é graduado em uma área próxima, a biblioteconomia, e possui especialização em arquivologia. Contudo, se por um lado isso é positivo, pois existem pesquisadores interessados na produção acadêmica da temática envolvendo os documentos, estudando-a e difundindo-a, por outro lado, pelo viés arquivístico, esse fato é preocupante, já que os pesquisadores podem até ter conhecimento teórico sobre documentação, documentos históricos e arquivos, mas não possuem a formação técnica, como os graduados em arquivologia. Bellotto (2003) não tira o mérito dos investigadores de áreas afins, até porque a arquivística é interdisciplinar, mas afirma que, dependendo do contexto, ao tratar da área dos documentos, esse papel cabe fundamentalmente ao arquivista.

É o papel do arquivista na sociedade contemporânea colaborar estreitamente para que os fluxos informacionais na sua área de atuação arquivística possam se dar de forma plena e o mais satisfatória possível, dentro desta sociedade, toda ela beneficiária de seus arquivos e de seus arquivistas (Bellotto, 2003, p. 6).

Então, surge uma indagação: afinal por qual(is) motivo(s) os pesquisadores graduados e graduandos em arquivologia não exploram a temática patrimônio documental do estado de Roraima? Tema este que, como mencionado anteriormente, é tão inexplorado quanto rico.

No que se refere ao que foi produzido, pode-se observar, ao ler o artigo 1, que este traz em 18 páginas reflexões sobre as principais dificuldades que pesquisadores e instituições enfrentam ao acessar e conservar os documentos históricos dos centros de documentação de Boa Vista. As autoras justificam seu interesse pelo desenvolvimento da pesquisa nessa temática, e conseqüente elaboração do artigo, pelo fato de constatarem que Roraima é o único estado brasileiro que não tem um arquivo público, e também salientam a dificuldade de acesso às fontes documentais roraimenses.

Percebemos no estado de Roraima, nos últimos anos, um relativo incremento no quadro das pesquisas desenvolvidas nas mais diversas áreas. No entanto, elas continuam extremamente escassas se comparadas ao potencial do estado. Analisando essa insuficiência dos trabalhos realizados, percebemos que a grande dificuldade de se desenvolver uma pesquisa são as fontes documentais, ou melhor, o acesso a elas. Nesse sentido, consideramos importante um trabalho que se destine a fazer um diagnóstico do atual estado dos centros de informação de Boa Vista e das condições de acesso às fontes documentais (Ramalho; Moraes, 2009, p. 18).

Inicialmente, as autoras realizam uma discussão teórica-conceitual a partir de princípios da arquivologia e biblioteconomia voltados ao acesso e à conservação. Na sequência, apresentam a metodologia, em conjunto com o diagnóstico situacional dos centros de documentação de Boa Vista e as considerações finais.

Quanto ao diagnóstico:

Selecionamos instituições de Boa Vista que se caracterizam por apresentarem documentos que são referências para os pesquisadores do estado. Das sete instituições consultadas, seis são públicas e apenas uma é de caráter privado (Ramalho; Moraes, 2009, p. 23).

Cabe destacar que essas instituições são: o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima (privado), o arquivo da Fundação Nacional do Índio, o centro de documentação do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima, a biblioteca pública do estado de Roraima, o centro de informação ambiental científica e tecnológica e reserva técnica do Museu Integrado de Roraima, o laboratório de análise documental do departamento de história da Universidade Federal de Roraima e o núcleo de documentação histórica do estado da Divisão de Patrimônio Histórico de Roraima. As autoras tomaram como premissa para realizar o diagnóstico as regras básicas de conservação documental, tendo como foco o acondicionamento, armazenamento, conservação, restauração, segurança, gestão de arquivos e acesso à informação, embasadas pela legislação arquivística vigente e pelo referencial teórico da área.

De modo geral, as autoras constataram que todos os locais investigados estavam irregulares quanto ao armazenamento e a conservação dos documentos, bem como à disponibilização do acesso à informação. Um ponto destacado no artigo 1 como a grande dificuldade constatada para que se realize a conservação documental e se oportunize o acesso às informações é o fato de que os centros de documentação de Boa Vista

não possuem profissionais especializados que possam atender satisfatoriamente e acompanhar o usuário em sua pesquisa, visto que não há uma política de formação e capacitação de recursos humanos nas áreas de museologia, biblioteconomia e/ou arquivologia (Ramalho; Moraes, 2009, p. 23).

Isso pode responder à indagação feita anteriormente quanto ao(s) motivo(s) dos pesquisadores graduados e graduandos em arquivologia não explorarem a temática patrimônio documental do estado de Roraima: os profissionais dessas áreas são escassos, tanto quanto as investigações.

Além disso, outro aspecto alarmante destacado pelas autoras é que “a Divisão de Patrimônio Histórico, referência mais lembrada quando se fala em documentação histórica de Roraima, também não possui condições estruturais para a guarda, conservação e acesso aos documentos” (Ramalho; Moraes, 2009, p. 23).

Contudo, ao conhecer essa realidade descrita no decorrer do artigo 1, surge uma nova indagação: se hoje em dia ainda existem poucos profissionais da área e não existe um arquivo público estadual, mas, por outro lado, existem sete órgãos considerados referências de centros de documentação no estado de Roraima e profissionais que desenvolvem trabalhos nesses locais, então, por que motivo são raras as divulgações de pesquisas na temática?

O segundo artigo encontrado diz respeito ao único centro de documentação privado apontado no artigo 1, o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima. Os autores do artigo 2 apresentam em 14 páginas a constituição histórica e a descrição de alguns aspectos do arquivo, como recursos humanos, gestão documental, tipos de usuários e de fontes documentais disponíveis. O desenvolvimento da pesquisa é justificado pelo surgimento de “uma preocupação acerca das fontes que se encontram no Arquivo Indígena da Diocese de Roraima” (Santos; Santos, 2015, p. 75).

Embora não tenhamos ido frequentemente como gostaríamos, das vezes que estivemos lá eram somente nós, as fontes e os livros no arquivo. Encontrar as fontes que localizamos e descobrir que existem mais ainda do que conhecemos nos deixou mais curiosos como pesquisadores e viemos compartilhar nesse texto (Santos; Santos, 2015, p. 75).

Inicialmente, os autores refletem acerca de conceitos sobre memória, história, documento e arquivo. Apresentam um breve histórico sobre a Prelazia de Roraima, local onde se encontra o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima, embasando-se em boletins informativos do ano de 1982, do Setor Indigenista, armazenados no próprio arquivo. Por fim, os autores apresentam o Arquivo Indígena da Diocese e suas considerações finais.

Ao tratar do histórico da Prelazia de Roraima, os autores apresentam uma menção quanto aos bens documentais do estado e suas relações culturais e identitárias, da qual destaca-se que

a Igreja Católica, antes da criação da Prelazia, só fazia o resguardo de documentos oficiais como os de batismo, eucarístico, de entrada e saída. E somente depois pensou-se em criar um Arquivo Indígena, já quando a Prelazia existia. A ideia surgiu a partir da concepção de que os povos indígenas eram de cultura imutável e tinha que ser pura, e havendo o contato com não índios ou ditos “brancos”, a cultura se perderia e seria extinta, havendo a aculturação e perda de identidade étnica (Santos; Santos, 2015, p. 80).

Os autores esclarecem que nenhuma pessoa sabia informar quais tipos de documentos compõem o arquivo, bem como suas datas. Por meio de observação direta, eles encontraram os seguintes tipos documentais:

atas de assembleia geral de Tuxauas, atas e relatórios de reuniões regionais de lideranças, relatórios da assembleia da Opir (Organização dos Professores Indígenas de Roraima), boletins informativos da diocese, alguns em parceria com o Cinter (Conselho Indígena do Território do Rio Branco), projetos, mapas de demarcação de terras indígenas expedidos pela Funai, cartas de lideranças indígenas à Funai, cartas da imprensa internacional, jornais, relatos de índios (alguns escritos na língua Macuxi), relatos de missionários e viajantes, livros, dicionários na língua materna, dissertações, teses e algumas fotografias, todos datados da década de 70 a 90 (Santos; Santos, 2015, p. 80).

Os autores realizaram uma entrevista aberta com o padre responsável pelo arquivo, dom Roque Paloski, bispo da Diocese de Roraima. Por meio dessa entrevista, em conjunto com a observação direta, eles conseguiram obter informações sobre a organização e o acondicionamento dos documentos do arquivo. A constatação foi de que essas atividades estão ocorrendo de forma irregular. Entre as principais dificuldades mencionadas pelo entrevistado e pelos autores encontra-se a falta de recursos de diversos tipos.

É difícil, porque nós não dispomos de recursos, né, então a gente procura mantê-los dentro de um espaço razoável como você viu. Não temos parceria com ninguém e nos ressentimos disso, ou seja, porque com as nossas próprias pernas nós não podemos fazer muito, sem profissional específico, um ordenamento melhor, catalogação melhor, então temos que estudar alternativas de como podemos dar um passo no sentido de manter e não perder aquilo que temos hoje aí no arquivo (Santos; Santos, 2015, p. 84, trecho da entrevista).

Quanto ao acesso ao arquivo e aos documentos, os autores constataram que

o acesso ao Arquivo Indígena é limitado, e essa restrição é por conta de outras experiências em que houve perda de documentos [...]. Não é que se proíba a entrada nesse arquivo, mas se tem critérios. E esse arquivo é sempre procurado por universitários, principalmente da história e da antropologia (Santos; Santos, 2015, p. 85).

Por fim, os autores destacam que os sujeitos envolvidos com o Arquivo na Diocese têm boas perspectivas de que a instituição se torne um local de guarda adequado, principalmente devido ao fato de a prelazia onde se encontram estes documentos ter sido tombada como patrimônio histórico do estado, fato este que deve, ou deveria dar, maior visibilidade para o arquivo.

Apesar dos artigos 1 e 2 abordarem a temática patrimônio documental, pode-se observar que a contemplam de formas distintas. O primeiro artigo realizou um diagnóstico e discutiu o que foi encontrado, apontando reflexões e questionamentos. O segundo se apro-

fundou em um embasamento teórico e discutiu pouco os dados obtidos. Contudo, pode-se afirmar que ambos contribuem para uma compreensão, ainda que breve, da situação dos documentos históricos no estado de Roraima, bem como com o estado da arte dessa temática. Cabe ressaltar que o ideal é que sejam pesquisadores da área que desenvolvam essas investigações, mas, como podemos observar nesses dois artigos, nada impede que acadêmicos de áreas afins também contribuam. Afinal, tão importante quanto a elaboração e desenvolvimento, é a divulgação das pesquisas e a difusão das fontes documentais para a comunidade acadêmica, pesquisadores e sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa mostrou particularidades importantes acerca de investigações desenvolvidas sobre a temática patrimônio documental roraimense. Vale destacar que não se buscou nesta investigação trazer respostas engessadas e sim questionamentos e reflexões frente ao que foi encontrado.

Após implantar diferentes estratégias de busca para encontrar o estado da arte do patrimônio documental roraimense, é possível afirmar que são raras as pesquisas que envolvem esta temática. Nesta investigação, foram encontrados apenas dois artigos.

Contudo, constatou-se que existem locais que armazenam fontes documentais com potenciais de bens patrimoniais do estado, como os sete centros de documentação referências, apresentados no artigo 1. Porém, conforme consta em ambos os artigos, diversos são os fatores necessários para que se realize e divulgue trabalhos e pesquisas voltadas aos documentos históricos do estado de Roraima, tais como o apoio governamental, instalações adequadas, recursos humanos capacitados, recursos financeiros, materiais, entre outros.

No que diz respeito aos recursos humanos, sugerimos que pesquisadores em geral e sobretudo investigadores-arquivistas se apropriem desse tema, o compreendam, reflitam e o difundam para a comunidade acadêmica, pesquisadores, e sociedade, os quais poderão ter uma melhor compreensão sobre esse bem patrimonial ainda pouco (re)conhecido em Roraima: o documento histórico.

Por fim, espera-se que esta pesquisa sirva como alerta, base e motivação para que novos estudos nesta área sejam desenvolvidos. Além disso, este trabalho pode vir a contribuir com posteriores estudos do estado da arte acerca desse tema, pois ainda existe um longo caminho a ser trilhado e explorado na trajetória roraimense.

## Referências

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BALTAZAR, A. *Patrimônio cultural: técnicas de arquivamento e introdução à museologia*. Bata-tais: Claretiano, 2011.

- BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria n. 600B, de 1975. Regimento interno do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V8N11980.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Portaria n. 259, de 2 de setembro de 2004. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 172, Seção 1 de 6 set. 2004.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/51319150/BELLOTTO-Heloisa-Liberalli-Arquivistica-objetos-principios-e-rumos-Sao-Paulo-Associacao-de-Arquivistas-de-Sao-Paulo-2002>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- \_\_\_\_\_. *O arquivista na sociedade contemporânea*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4a eEd. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BOTELHO, S. M. de P. D. *Escola Técnica de Roraima: retrospectiva da trajetória de desenvolvimento através da memória*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), 2009.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- DELPHIM, C. F. de M. *Manual de intervenções em jardins históricos*. Brasília: Ministério da Cultura, Iphan, 2005.
- FERREIRA, N. S de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXIII, n. 79, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- FREITAS, A. *Geografia e história de Roraima*. Ed. rev. e ampl. Boa Vista: DLM, 2000.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dicionário do patrimônio cultural: documentação*. 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/27/documentacao>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. *Linha do tempo Iphan 80 Anos*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- LAGE, M. O. P. *Abordar o patrimônio documental: territórios, práticas e desafios*. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS 4).
- MAGALHÃES, D. de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro, 1986.
- MATTAR, E. (org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MESSINA, G. Estudio sobre el estado da arte de la investigación acerca de la formación docente en los noventa. In: REÚNION DE CONSULTA TÉCNICA SOBRE INVESTIGACIÓN EN FORMACIÓN DEL PROFESORADO. Organización de Estados Ibero Americanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura. México, 1998.
- RAMALHO, P. O.; MORAES, C. G. M. S. M. Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização. *Textos e Debates*, Boa Vista, n. 16, 2009. Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/741/641>>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- RORAIMA. Lei n. 718, de 6 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/2009/Lei%20Estadual%20718-2009.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SANTOS, L. P. dos; SANTOS, B. F. dos. Um olhar sobre o Arquivo Indígena da Diocese de Roraima. *Examãpaku*, Boa Vista, v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revista.ufrr.br/examapaku/article/view/3081/1768>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

WILLIAMS, T. *À margem da vida*. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1968.

---

Recebido em 27/4/2018

Aprovado em 25/1/2019

## FOCO E ESCOPO

*Acervo* é a revista do Arquivo Nacional, com periodicidade quadrimestral, publicada desde 1986. Tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia e história.

A revista é composta pelas seções:

**Dossiê Temático** – cada número da revista apresenta um conjunto de artigos sobre o tema selecionado. Até 20 laudas escritas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

**Artigos Livres** – textos resultantes de estudos e pesquisas, concernentes a temas de interesse da revista, adequados ao foco e ao escopo da publicação. Até 20 laudas escritas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

**Documento** – textos técnicos sobre o acervo do Arquivo Nacional, relevantes para a pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas: documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório e reproduzidos em fac-símiles; obras raras, coleções, bibliotecas e arquivos descritos e analisados. Os autores são convidados pelos editores de cada dossiê. Até 15 laudas (cerca de 30 mil caracteres com espaços);

**Resenha** – texto crítico sobre obra – livro ou filme – lançada até dois anos antes da chamada para o número da revista. Até cinco laudas (cerca de 10 mil caracteres com espaços).

Os originais apresentados para publicação nas seções Dossiê Temático, Artigos Livres e Resenhas serão submetidos ao processo de avaliação por pares.

## DIRETRIZES PARA AUTORES

### Normas para apresentação dos originais

A revista *Acervo* publica somente trabalhos inéditos em português, espanhol e inglês, assinados por autores com doutorado ou que tenham doutores como coautores, e submetidos por meio do sistema Open Journal Systems (OJS). Os artigos expressam única e exclusivamente as opiniões e conclusões de seus autores. O envio de originais implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista, por um ano, a partir da data de submissão. Não nos comprometemos com a devolução das colaborações recebidas.

Os textos em língua estrangeira – tanto os artigos como as citações – serão traduzidos para o português, salvo aqueles em espanhol e inglês.

Para preservar o sigilo na avaliação cega por pares, os dados sobre a autoria devem ser indicados nos metadados, no passo 3 da submissão pelo OJS, e não devem constar no corpo do texto. Da mesma forma, as informações sobre autoria que constam nas propriedades dos arquivos devem ser apagadas.

Todo artigo enviado à revista *Acervo* deve ser acompanhado de até quatro palavras-chave e de um resumo com, no máximo, 60 palavras (400 caracteres com espaços). As palavras-chave e o resumo devem ser encaminhados com versões em inglês e em espanhol, e os títulos dos artigos, com uma versão em inglês.

Os textos deverão ser submetidos em .doc, .docx ou .rtf, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, formato de página A4.

**Imagens** – Cada artigo pode conter até cinco imagens, com as respectivas legendas e referências, e a indicação de sua localização no texto. As imagens devem ter resolução mínima de 300dpi no formato .tif e ser submetidas como documento suplementar, no passo 4 da submissão pelo OJS.

**Tabelas, quadros e gráficos** – Tabelas e quadros podem ser compostos em Word e inseridos no próprio arquivo do artigo; os gráficos, preferencialmente em Excel.

**Notas e remissões bibliográficas** – As notas explicativas devem constar no rodapé das páginas, em algarismos arábicos, e ter no máximo cinco linhas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas e sim no corpo do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula do ano de publicação: (Bessone, 1997). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: Bessone (1997). Quando houver necessidade de indicar a página, esta deverá vir separada por vírgula e precedida de “p.”: (Bessone, 1997, p. 25). Quando o autor possui mais de uma obra no mesmo ano, discrimina-se por letra minúscula após a data, sem espaçamento: (Bessone, 1997a) ou (Bessone, 1997b). Para obras com dois autores, ambos serão indicados, usando “;”: (Bessone; Cabral, 1998). Se possuir mais de dois autores, indica-se somente o primeiro seguido de “et al.”: (Bessone et al., 1999).

**Referências bibliográficas** – Devem constituir lista única ao final do artigo, em ordem alfabética, seguindo as normas estipuladas pela ABNT na NBR 6023: 2002.

Caso o artigo reproduza documentos, imagens e/ou material legalmente protegido, cabe ao autor obter as autorizações e direitos de reprodução. É igualmente do autor a responsabilidade pelos danos decorrentes da ausência dessa medida.

## **CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
- O arquivo da submissão está em formato .doc, .docx ou .rtf.
- URLs para as referências foram informadas quando possível.
- O texto está em espaço 1,5; com fonte corpo 12; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em “Diretrizes para autores”.
- Para seções com avaliação por pares (artigos e resenhas), as instruções disponíveis em “Assegurando a avaliação pelos pares cega” foram seguidas.

